

Áreas Protegidas e Desenvolvimento em Meio Rural. O Parque Natural do Vale do Guadiana 20 Anos Depois

Marco Gonçalo da Silva Costa

Dissertação de Mestrado em Gestão do Território – Ambiente e Recursos Naturais

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Outubro/2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Ambiente e
Recursos Naturais, realizada sob a orientação científica da Professora
Doutora Maria do Rosário Oliveira.

Dedicatória Pessoal

Aos meus pais por toda a dedicação que tiveram por mim, mostrando a importância de trilhar o caminho do saber para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. A minha esposa por todo o seu apoio, carinho e companheirismo incondicionais que trouxeram o equilíbrio necessário nesta caminhada.

Agradecimentos

Esta Dissertação representa a materialização de uma conquista da qual fizeram parte algumas pessoas, as quais gostaria de deixar o meu sincero agradecimento.

Primeiramente, agradeço a Professora Doutora Maria do Rosário Oliveira por sua dedicação e inteira disponibilidade na condução desta Dissertação.

Aos meus pais José Leonel e Maria Ondina por todo o incentivo que prestaram ao longo da minha caminhada académica, oferecendo-me todas as condições para que eu aqui chegasse.

Aos meus familiares e amigos do lado de cá e de lá do Atlântico, pelas boas vibrações emitidas.

Um muito obrigado a todas as entidades do Concelho de Mértola que gentilmente aceitaram o convite para participar das entrevistas. Sem elas, a riqueza deste trabalho não seria a mesma.

E por último, mas não menos importante, a minha esposa Thays Nunes, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem nos momentos mais difíceis.

Áreas Protegidas e Desenvolvimento em Meio Rural. O Parque Natural do Vale do Guadiana 20 Anos Depois.

Marco Gonçalo da Silva Costa

RESUMO

Esta Dissertação tem como objetivo, avaliar o impacto da criação do Parque Natural do Vale do Guadiana no desenvolvimento local. Esta área protegida que em 2015 completa 20 anos de existência, está inserida numa região marcada profundamente por problemas de ordem estrutural, assinalados pela reduzida oferta de emprego, forte emigração e envelhecimento, baixa densidade populacional e níveis críticos de infraestruturas, equipamentos e serviços.

Assim sendo, passadas duas décadas desde a sua criação, importa saber de que modo uma área com este estatuto de proteção, neste território específico, influenciou a estrutura socioeconómica da região, procurando entender até que ponto é possível existir desenvolvimento sem comprometer a conservação dos recursos naturais e das belezas cénicas existentes na região e, ao mesmo tempo, constituindo-se como uma mais-valia para a população residente na geração de emprego e rendimento.

Para chegar aos resultados obtidos, a metodologia desta avaliação consistiu na integração de duas abordagens, uma de natureza mais quantitativa, baseada na seleção de indicadores estatísticos e outra qualitativa a partir de dados empíricos recolhidos com base em entrevistas presenciais com representantes de diversas entidades atuantes na região. A partir desta análise pode-se constatar que o parque foi benéfico, no sentido em que criou algumas condições favoráveis à dinamização desta área, que até ao início dos anos 90 era um território quase exclusivo das atividades agropecuárias, adicionando novas funcionalidades ao espaço, sobretudo o turismo, nas suas várias vertentes (ambiental, cinegética e cultural). Contudo, mesmo passados vinte anos desde a sua criação, o parque não é unanimemente aceite entre as populações, sendo que algumas das expectativas geradas em torno desta classificação nunca vieram a concretizar-se.

PALAVRAS-CHAVE: áreas protegidas, desenvolvimento sustentável, conservação da natureza, avaliação de impactos, vale do Guadiana

Abstract

This thesis aims to evaluate the impact of the creation of the Guadiana Valley Natural Park in local development. This protected area, which in 2015 celebrates 20 years of existence, is set in a region deeply marked by structural problems, appointed by reduced job offers, strong emigration and aging, low population density and critical levels of infrastructure, equipment and services.

Thus, after two decades since its creation, it is important to know how an area with this protection statute, in this particular territory, influenced the socio-economic structure of the region, trying to understand the extent to which there can be development without compromising the conservation of natural resources and scenic beauty existing in the region and, at the same time, establishing itself as an asset for the resident population in generating employment and income.

To achieve the obtained results, the methodology of this evaluation consisted in the integration of two approaches, a quantitative one, based on the selection of statistical indicators and a qualitative one, from collected empirical data based on personal interviews with representatives of various organizations operating in region. From this analysis it can be seen that the park was beneficial, in the way it created some favorable conditions for boosting this area, which until the early 90s was an almost exclusive territory of agri-pastoral activities, adding new features to space, especially tourism in its various aspects (environmental, hunting and cultural). However, even after twenty years since its implementation, the park has not unanimity among the population, and some of the expectations generated around this classification never succeed.

KEYWORDS: protected areas, sustainable development, nature conservation, impact assessment, Guadiana Valley

Índice

Introdução	13
Capítulo I – Enquadramento Conceptual	15
1.1 – O Conceito de Desenvolvimento Sustentável	15
1.2 – Conceito de Ruralidade	19
1.3 – Conceito de Áreas Protegidas, sua história e evolução no âmbito internacional	21
1.3.1 – O Duelo entre duas correntes: Preservacionistas <i>versus</i> Conservacionistas	23
1.4 – Áreas Protegidas e a Incorporação de Novos Conceitos	24
1.5 – Convenções e Conferências	25
1.6 – Evolução das Áreas Protegidas a Nível Europeu	35
1.6.1 – Áreas Protegidas e a Legislação no Continente Europeu	37
1.7 – Evolução das Áreas Protegidas a Nível Nacional	38
1.7.1 – A Criação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	44
1.8 – A Gestão das Áreas Protegidas	45
Capítulo II – A Conservação da Natureza	51
2.1 – A Evolução do Conceito de Conservação da Natureza	51
2.2 – A Conservação da Natureza (Enquadramento Legal)	51
2.3 – A Conservação da Natureza (Quadro Institucional)	53
2.4 – Estratégias e Planos de Conservação da Natureza: O PACLIP	54
2.5 – Outros Estatutos de Conservação da Natureza	56
2.5.1 – Rede Natura 2000	57
2.5.2 – Convenção de Ramsar	59
2.5.3 – Programa “MAB” e a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO	62
2.5.4 – Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa	63
2.5.5 – Áreas Importantes Para Aves (IBAs)	64
2.5.6 – Geossítios	66
2.5.7 – A Geoconservação em Portugal	66
2.5.8 – Áreas de Continuidade	68
2.5.9 – Domínio Público Hídrico	68
2.5.10 – Reserva Agrícola Nacional (RAN)	69
2.5.11 – Reserva Ecológica Nacional (REN)	71
Capítulo III – Caracterização Geral	74
3.1 – Localização e Limites da Área de Intervenção	74
3.2 – Contextualização Histórica	75

3.2.1 - Exploração Moderna da Mina de São Domingos e Período Cerealífero (1864–1960)	75
3.2.2 - Encerramento da Mina e Êxodo Rural (1960 - 1985)	79
3.2.3 - Entrada na Comunidade Económica Europeia (1986) até a Atualidade.....	80
3.3 – Caracterização Biofísica	83
3.3.1– Geologia e Geomorfologia	83
3.3.2 – Hidrogeologia.....	85
3.3.3 – Hidrologia e Hidrografia	86
3.3.4 – Solos e Capacidade de Uso	88
3.3.5 – O uso do solo ao longo do tempo	89
3.3.6 – Clima	92
3.4 – Caracterização Biológica.....	94
3.4.1 – Aspetos Biogeográficos	94
3.4.2 – Flora e Vegetação	96
3.4.3 – Fauna.....	97
3.5 – Caracterização Socioeconómica.....	101
3.5.1 – População Residente	101
3.5.2 – População Agrícola	102
Capítulo IV - Metodologia	104
4.1 – Opções Metodológicas	104
4.2 – A Utilização de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Análise Quantitativa)	106
4.3 – A Entrevista Base Para a Análise Qualitativa.....	108
Capítulo V – Resultados.....	110
5.1 – Análise Quantitativa: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	110
5.2 – Análise Qualitativa: Entrevistas	121
5.3 – Resultados Finais: confrontação das análises quantitativa e qualitativa.....	130
5.4 – Limitações e Importância da Investigação.....	136
Conclusão.....	137
Referências Bibliográficas	142

Lista de Quadros

Quadro 1 - Tipologia e área das várias tipologias de áreas protegidas em Portugal Continental	57
Quadro 2 - Áreas da Rede Natura 2000 em Portugal Continental.....	58
Quadro 3 - Zonas húmidas classificadas como Sítios Ramsar em Portugal Continental	61
Quadro 4 - Reservas da biosfera em Portugal Continental.....	63
Quadro 5 - Reservas biogenéticas em Portugal Continental	64
Quadro 6 - Área das figuras de conservação da natureza em Portugal continental	65
Quadro 7 - Nível de escolaridade nos concelhos de Mértola e Serpa	114
Quadro 8 - Confrontação das análises quantitativa e qualitativa.....	135

Lista de Figuras

Figura 1 - Percentagem de AP's existentes, nos países europeus, que garantem a proteção das espécies referenciadas na Diretiva habitats existentes no território	37
Figura 2 - Constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza	52
Figura 3 - Estatuto de proteção da área de intervenção do Plano de Gestão do Vale do Guadiana	59
Figura 4 - Número de sítios Ramsar e evolução da área acumulada	60
Figura 5- Organização espacial das Reservas da Biosfera	63
Figura 7 - Enquadramento geológico da faixa piritosa portuguesa	84
Figura 8 - Bacia hidrográfica do Rio Guadiana em Portugal.....	87
Figura 9 - Carta dos solos de Portugal Continental segundo a classificação da FAO	88
Figura 10 - Mapa da temperatura média diária do ar em Portugal Continental	93
Figura 11 - Mapa da precipitação total em Portugal Continental.....	94
Figura 12 - Carta biogeográfica de Portugal Continental.....	95
Figura 13 - Variação da população residente - Baixo Alentejo 1991-2011	102
Figura 14 - Produtores agrícolas por faixa etária no concelho de Mértola	103
Figura 15 - População residente nos concelhos de Mértola e Serpa	110
Figura 16 - Índice de envelhecimento nos concelhos de Mértola e Serpa	111
Figura 17 - População ativa nos concelhos de Mértola e Serpa	112
Figura 18 - Saldo migratório nos concelhos de Mértola e Serpa	113
Figura 19 - Taxa de desemprego nos concelhos de Mértola e Serpa	115
Figura 20 - Número de empresas nos concelhos de Mértola e Serpa	115
Figura 21 - Explorações agrícolas nos concelhos de Mértola e Serpa	116
Figura 22 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos de Mértola e Serpa.....	117
Figura 23 - Despesas em ambiente dos municípios por habitante nos concelhos de Mértola e Serpa	118
Figura 24 - Receitas em ambiente dos municípios por habitante nos concelhos de Mértola e Serpa	119
Figura 25 - Associados das organizações não-governamentais de ambiente por 1000 habitantes nos concelhos de Mértola e Serpa	120
Figura 26 - Taxa bruta de natalidade	148

Figura 27 - Taxa bruta mortalidade	148
Figura 28 - Número de indivíduos em idade ativa por idoso	148
Figura 29 - Densidade populacional	149
Figura 30 - Taxa de analfabetismo	149
Figura 31 - População empregada	149
Figura 32 - Poder de compra per capita	150
Figura 33 - Bombeiros (Nº)	150

Lista de Anexos

Anexo I - Gráficos e tabelas: Análise quantitativa	149
Anexo II - Guião das entrevistas	152
Anexo III - Tabelas de dados qualitativos	154

Lista de Abreviaturas

ADPM: Associação de Defesa do Património de Mértola

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

CEE: Comunidade Económica Europeia

CEEVF: Centro Experimental de Erosão do Vale Formoso

CMM: Câmara Municipal de Mértola

CMS: Câmara Municipal de Serpa

CNA: Comissão Nacional do Ambiente

CNUAD: Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento

DGA: Direção-Geral do Ambiente

DGADR: Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

DPH: Domínio Público Hídrico

EEA: European Environment Agency

ENCNB: Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

FCSH: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

FPG: Fórum Português de Geoparques

ICNF: Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

LPN: Liga para a Proteção da Natureza

MAOTE: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

ONGA: Organizações Não-Governamentais do Ambiente

PAC: Política Agrícola Comum

PACLIP: Plano de Ação para a Conservação do Lince Ibérico em Portugal

PAPCAM: Projeto Agropecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola

PDGL: Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

PEDAP: Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa

PNVG: Parque Natural do Vale do Guadiana

RAN: Reserva Agrícola Nacional

REN: Reserva Ecológica Nacional

RFCN: Rede Fundamental de Conservação da Natureza

RNAP: Rede Nacional de Áreas Protegidas

SNAC: Sistema Nacional de Áreas Classificadas

SNPRCN: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza

UICN: União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WCED: World Commission on Environment and Development

ZEC: Zona Especial de Conservação

ZPE: Zonas de Proteção Especial

ZSP: Zona Sul Portuguesa

Introdução

Esta dissertação foi realizada no âmbito do Mestrado em Gestão do Território, área de especialização em Ambiente e Recursos Naturais.

Tem como objetivo principal, analisar as consequências da implementação do Parque Natural do Vale do Guadiana na região do Baixo Alentejo, situado entre os concelhos de Mértola e Serpa, dois territórios que têm vindo a sofrer consecutivamente graves perdas em suas estruturas demográficas. Esta é uma região de solos pobres, agravados por anos de usos inadequados, que vieram acentuar ainda mais os problemas já existentes referentes a debilidade estrutural deste recurso, traduzindo-se atualmente em graves consequências no que diz respeito ao esgotamento e erosão do solo.

A metodologia que serviu de base a esta avaliação foi desenvolvida recorrendo a dois métodos diferentes: a análise quantitativa, fundamentada na utilização de indicadores de desenvolvimento sustentável e análise qualitativa baseada na recolha de dados empíricos através da entrevista presencial com representantes das várias entidades com intervenção no território. A partir dos resultados obtidos nas duas análises separadamente foi possível então realizar uma confrontação entre as duas ferramentas metodológicas de maneira a extrairmos uma avaliação global dos efeitos da criação do parque nesta região.

A principal conclusão extraída desta avaliação prende-se, sobretudo, com a mudança no uso do solo, que até então era tipicamente agropecuária. Esta alteração favoreceu o despontar de um novo setor turístico na região, com novas possibilidades, revigorado a partir da “patrimonialização” do que antes era “apenas” rural. Porém, outros acontecimentos favoreceram também esta atividade, como o ordenamento cinegético, criando as reservas de caça associativas e turísticas no território, atividade esta de grande impacto, sobretudo, no concelho de Mértola assumido como: “Mértola, capital nacional da caça” adicionando desta forma, para além das vertentes já existentes rural e ambiental, uma nova vertente turística: a cinegética.

Este trabalho é organizado por cinco capítulos, começando pelo enquadramento conceptual, onde são apresentados alguns dos conceitos basilares importantes para um maior entendimento do tema proposto. Neste ponto são ainda abordados os acontecimentos históricos que alicerçaram a evolução dos conceitos inerentes as áreas

protegidas. Em seguida, passamos para o segundo capítulo, onde se explora o conceito de conservação da natureza e a sua evolução, expondo esta matéria mediante ao seu enquadramento legal e ao seu quadro institucional. Constam ainda deste capítulo a enumeração dos outros estatutos conservacionistas, e os regulamentos integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.

O Capítulo terceiro aprofunda a discussão sobre a caracterização geográfica do território em estudo. Neste ponto serão expostos as principais características em termos históricos, biofísicos e biológicos que estiveram na base da classificação desta área protegida. Posto isto, o Capítulo IV dá o seguimento natural desta investigação e entra no ponto referente às opções metodológicas consideradas para a análise, em que serão apresentados os métodos de avaliação em ciências sociais e o modo como eles foram aplicados nesta avaliação.

Por fim, no Capítulo V serão apresentados os resultados alcançados da investigação a partir da utilização dos métodos anteriormente descritos, acompanhados da respetiva reflexão acerca das suas particularidades. Com base nas ilações obtidas será desenvolvida a conclusão que encerra este estudo, procurando demonstrar quais foram os impactos da criação do parque para a região no desenvolvimento local.

Capítulo I – Enquadramento Conceptual

Para desenvolver e apoiar o tema proposto, torna-se necessário a descrição de alguns conceitos, que servirão como parâmetros de embasamento para a abordagem ao tema:

1.1 – O Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Os modelos de crescimento e desenvolvimento recentes têm promovido o aumento dos problemas de qualidade ambiental derivados ao rápido crescimento populacional, dos processos de urbanização, do progressivo uso de recursos e consequente geração de resíduos e da incrementação dos níveis de consumo e resultantes impactos ambientais, o que conduz à procura de modelos que reduzam estas ações visando o desenvolvimento sustentável.

Em 1983, as Nações Unidas encarregou a primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, de conceber e presidir uma comissão especial e independente para tratar de “uma agenda global para a mudança”, o relatório “Nosso Futuro Comum”. Divulgado em 1987, o relatório é resultado de mais de três anos de trabalho da Comissão Brundtland e um dos elementos mais importantes no que consiste sobre a conservação da natureza e desenvolvimento no mundo (Rios e Irigaray, 2005). O documento tinha como mensagem principal evidenciar a urgência na tomada de ações de maneira a garantir um futuro para as gerações futuras. A reorientação dos percursos do desenvolvimento, a adoção de novas normas de conduta e, acima de tudo, a consciência de que apenas a ação integrada poderia levar o mundo ao desenvolvimento sustentável (Rios e Irigaray, 2005, p.18).

Desta forma, surge assim a primeira conceituação oficial que agregava os elementos de tempo e espaço ao conceito de desenvolvimento: “*Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades*” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987).

Este documento destacou-se, sobretudo, no início do debate sobre a tomada de consciência em que o desenvolvimento e o ambiente são dois conceitos que devem caminhar juntos. Crescimento e desenvolvimento económicos geram modificações nos

ecossistemas e nenhum ecossistema, seja onde estiver, está totalmente a salvo da ação humana. O desenvolvimento torna-se um processo devastador, na medida em que tende a simplificar os ecossistemas e a reduzir a sua diversidade biológica (Rios e Irigaray, 2005). No seguimento desta linha, a diminuição e/ou extinção de espécies vegetais e animais pode acarretar em limitações para as gerações futuras, ou seja, o desenvolvimento sustentável tem por princípios a conservação da diversidade biológica em suas diferentes formas, através da diversidade genética, diversidade de espécies, diversidade de ecossistemas e de processos ecológicos.

Desta maneira, ao conceito definido pela Comissão Brundtland foi integrada a componente ambiental: *“desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende da melhor forma possível às necessidades atuais e futuras do homem sem afetar o ambiente e a diversidade biológica”* (Lubchenco *et al.*, 1991).

Com o conceito definido, o desafio maior consistia em transformar a teoria em prática e em ações políticas internacionais. A ideia de desenvolvimento sustentável nos finais dos anos de 1980, já discursava sobre a necessidade de mudança nos padrões de consumo das sociedades, apelava para o crescimento económico em regiões carentes de condições humanas básicas e ao mesmo tempo exigia uma diminuição de consumo nos países onde seu grau e/ou tendência no tempo fosse muito elevado.

Mas a essência conceptual do desenvolvimento sustentável vai além das relações de consumo humano e equidade social. O ponto central está na definição de sustentabilidade. A sustentabilidade, conforme estabelecida no conceito em questão, é uma propriedade complexa que pressupõe a sustentabilidade ecológica, económica e social, no tempo e no espaço.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável abrange diferentes proporções de análise, como: espaço, tempo, sistemas sociedade-natureza, teorias económicas, modelos tecnológicos e o conhecimento disponível. Assim como também, os elementos de políticas locais, nacionais e internacionais, e da análise de potenciais catástrofes naturais e daquelas correlacionadas com a ação humana, como as guerras, vazamentos radioativos e epidemias (Rios e Irigaray, 2005).

Rodrigues (in Cavalcanti, 1997) define três requisitos básicos para a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável:

- **Participação:** entendida como a capacidade do cidadão de participar e influenciar os processos de tomada de decisões e no meio transformar as relações de poder vigentes;
- **Descentralização:** é o processo de estabelecimento de instâncias intermediárias de tomada de decisões e de poder de atuação, legitimamente representativas dos setores envolvidos;
- **Política ambiental:** trata-se da adequação dos instrumentos – sociais, jurídicos e económicos – e da articulação com outras categorias das políticas públicas – económicas, sociais e territoriais. Deverá caracterizar-se por ser reguladora e por permitir o controlo social e estatal sobre o ambiente.

Porém, ainda que se tenham conseguido avanços significativos nas teorias científicas e políticas, dos modelos teóricos, da definição de seus princípios e pressupostos, não há parâmetros definidos para o “desenvolvimento sustentável” (Rios e Irigaray, 2005).

No entanto, o ano de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), realizada no Rio de Janeiro tornou-se num marco histórico nas questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável. O objetivo primordial desta conferência seria criar condições para conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a conservação e proteção da natureza. A base para esta noção estava na conjugação dos três pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social). O desenvolvimento sustentável baseia-se num modelo desenvolvimentista que possibilita o equilíbrio entre as três vertentes expostas, diferindo do modelo tradicional, onde a grandeza económica sobressai-se relativamente às outras duas vertentes. Tradicionalmente, representa-se a ideia de sustentabilidade recorrendo-se a um triângulo equilátero com três dimensões e três vértices, a qual a área central condiz com o equilíbrio para o desenvolvimento sustentável.

Mediante o exposto no relatório a **vertente económica** incorpora-se sempre a ambiental na totalidade dos níveis de decisão, onde são revistos os objetivos e modelos de desenvolvimento, servindo-se, para tal, de análises e repartição equitativa de benefícios e custos económicos e ambientais desenvolvidos, utilizando o avanço tecnológico e a reorganização de processos produtivos, de consumo e diminuição da

produção de resíduos mediante ao aumento da eficiência e alterações nos hábitos de vida. A **vertente social** está ligada à estabilização do crescimento populacional, a difusão das condições de bem-estar social, educacional, do acesso às redes de informação e da inclusão nos procedimentos de decisão. A **vertente ambiental** está relacionada à conservação e à apreciação dos valores e recursos naturais e ambientais, onde estão incluídos ar, água, solo e a diversidade biológica, diminuindo o ritmo de extinção de ecossistemas e habitats; ajustando-os aos padrões e a intensidade de uso de recursos; à capacidade dos sistemas naturais e à referente capacidade de carga; bem como ao desenvolvimento de informação e ações de educação ambiental (WCED, 1987).

A prática da sustentabilidade ambiental relativamente aos processos de tomada de decisão é desenvolvida, entre outros aspetos, mediante a definição de indicadores de sustentabilidade que possibilitem determinar medidas de avaliação do desempenho dos Governos (Jacob, 1991, p.237). Porém, a utilização de indicadores clássicos como o PIB ou o consumo de combustíveis fósseis *per capita*, passaram a ser considerados não representativos da realidade de uma região ou país. Verdadeiramente, a aplicação de indicadores como ferramentas de medição tem gerado um enorme debate entre diferentes autores. O ponto fulcral desta discussão prende-se, sobretudo, com o nível de objetividade, pertinência, significância e enviesamento relativamente à informação a ser sintetizada e transmitida.

Apesar dos esforços com o passar dos anos, os indicadores demonstram haver dificuldade em atingir os objetivos propostos a nível mundial. Se por um lado, segundo a definição do Banco Mundial, verificou-se uma real diminuição do número de pessoas em situação de pobreza, a verdade é que as diferenças entre nações e territórios continuavam cada vez maiores (Fisher *et al.*, 2005). Todavia, na perspetiva ambiental do desenvolvimento sustentável, observa-se que apesar do aumento no número de áreas estatuto de proteção um pouco por todo o mundo, continuam também a persistir a perda de áreas húmidas, o declínio das superfícies florestais e ao mesmo tempo, um aumento no número de países com graves dificuldades no abastecimento de água para consumo humano. (Fisher *et al.*, 2005).

Estas constatações leva-nos a uma consideração sobre o real efeito das estratégias de desenvolvimento que têm vindo a ser realizadas ao longo dos anos. Pois apesar do conceito de desenvolvimento sustentável estar orientado de acordo com a

junção dos três pilares, que em teoria são inseparáveis, segundo alguns autores o que se observa é uma clara tendência no favorecimento de estratégias puramente económicas e nesse sentido, a sobrevalorização desse aspeto pode vir a ser comprometedor do ponto de vista da conservação dos recursos naturais, ao mesmo tempo, retirar da sociedade a sua importância dentro do conceito inicial, colocando em causa toda a sustentabilidade do próprio sistema de desenvolvimento (Fisher *et al.*, 2005).

1.2 – Conceito de Ruralidade

Por ruralidade compreende-se a combinação das características que definem a presença de uma condição ou qualidade rural, ou seja, que pertence ao campo e à vida agrícola. Assim, ruralidade é um estado. Um estado em que se encontra determinado espaço, de tal forma que as atividades e características das suas populações são marcadamente rurais. Significa isto que vivem de uma economia ligada à produção agrícola ou pecuária, diretamente dependentes da terra e da aptidão dos seus solos e recursos (Burnay, 1989).

Deste modo o mundo rural distingue-se, para além das suas fronteiras geográficas, através do reconhecimento de todo um tecido económico e social composto pela conjugação de diversas atividades, intimamente relacionadas às competências de cada área. Ainda assim, o espaço rural abrange, para além do enquadramento da vida e da atividade social e económica das suas populações, encargos essenciais para a sociedade como um todo. Trata-se portanto, de áreas indispensáveis ao equilíbrio ecológico, as quais têm vindo a desempenhar, cada vez mais, a função de espaços singulares de recreação, repouso e lazer.

Neste sentido, é essencial dotar o espaço rural de estruturas que proponham uma dinamização económica e social, de maneira a criar vias que possibilitem a integração social dos habitantes rurais em complemento ao que são as necessidades urbanas e, ao mesmo tempo, reconhecendo o seu papel num processo global político e económico de um mesmo território fornecendo as inovações necessárias em seu proveito.

A ruralidade é esse habitat construído durante gerações pela atividade agropecuária, é o território em que esse setor teceu uma sociedade. Esse conceito engloba uma visão

multidisciplinar que reivindica aspetos antropológicos, sociopolíticos, ecológicos, históricos e etnográficos. (Perico, Ribeiro, 2002, p.27).

Em Portugal, a paisagem rural domina 92,7% do território nacional, dividido entre áreas agrícolas (46,3%), florestal (26,4%) e áreas naturais ou naturalizadas (20%), onde cerca de 70% das freguesias são consideradas predominantemente rurais (PNDR, 2005). Com relação à distinção entre o rural e o urbano, podemos verificar, que as famílias residentes em áreas rurais estão mais passíveis de sofrerem situações de pobreza quando comparadas com famílias residentes em áreas urbanas. Diante desta realidade em Portugal o Alentejo é a região que apresenta as mais altas taxas de pobreza (Alves, 2009).

Nesta área do território português profundamente marcada pelas atividades ligadas ao setor primário, principalmente a agricultura, existem diversos problemas relacionados com as estruturas demográficas, sociais e económicas, onde a perda de importância económica da agricultura, contribuiu em grande parte para a desestruturação do tecido social e económico da região, dando origem a movimentos migratórios e, conseqüentemente, ao envelhecimento e decréscimo populacional.

A conservação da natureza é normalmente vista como um obstáculo, que impede ou condiciona o desenvolvimento. Normalmente essa associação é feita a favor de políticas que visam unicamente o crescimento económico em detrimento de um desenvolvimento integrado e sustentado.

Através da utilização racional dos recursos é que poderemos enfrentar as crescentes necessidades alimentares da população, respondendo assim aos desafios surgidos nas últimas décadas, que apontam inevitavelmente, para a necessidade de aumento da capacidade de produção por parte da sociedade. Esta situação deverá ser resultado da exploração equilibrada das paisagens, de forma a permitir a manutenção da biodiversidade e não comprometer a utilização futura desses mesmos recursos. Esses propósitos há muito pensados por estudiosos de diversas áreas são, sem dúvida, o suporte para uma política de conservação da natureza, que não opõem crescimento a desenvolvimento, pelo contrário, um complementa o outro, e a conjugação desses entendimentos é vista cada vez mais como conceitos de grande relevância para as questões atuais.

1.3 – Conceito de Áreas Protegidas, sua história e evolução no âmbito internacional

Este capítulo tem por objetivo apresentar a evolução do conceito de áreas protegidas no âmbito internacional, desde a sua origem no século XIX até à atualidade, evidenciando o modo como se foi articulando, primeiro com a conservação da natureza e, mais tarde, com o desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, a noção de se salvaguardar determinados espaços, baseava-se em pelo menos dois princípios: a proteção de territórios considerados sagrados, como por exemplo, a criação de florestas sagradas na Rússia e a manutenção dos *stocks* de recursos naturais, como as reservas reais de caça, presentes nos registos históricos assírios de 700 a. C. (Bensusan, 2006). Contudo, somente em meados dos séculos XIX é que surge, verdadeiramente, a noção de consagrar espaços para a conservação de paisagens naturais, mais concretamente, através da criação do Parque Nacional de Yellowstone nos EUA, em 1872.

Alguns autores consideram, que os parques nacionais surgiram para defender a vida selvagem ameaçada pela civilização urbano-industrial, “aniquiladora da natureza”. Esta noção exemplifica de forma contundente a rutura da relação sociedade-natureza, onde os parques são considerados vitais para a perpetuação da biodiversidade num mundo dominado pela intervenção humana, no entanto a conservação de tais espaços dependia diretamente da dinâmica externa aos seus limites (Therborg e Van Schaik, 2002).

A partir dos anos 60, do século passado, a problemática da degradação ambiental generalizada, tornou-se tema de maior repercussão na sociedade. É diante deste momento que são assinados vários acordos internacionais que visavam minimizar os principais impactos causados por essa deterioração do ambiente. Estes acordos contribuíram, em grande parte, para a formação futura de legislação nacional ambiental dos países envolvidos.

As alterações profundas nos ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros, decorrentes da exploração intensiva pelo homem dos serviços que prestam, têm um impacto profundo particularmente na biodiversidade e, por isso, tornou-se imperativo criar instrumentos dirigidos à pesquisa dos impactos das atividades humanas na diversidade biológica, à manutenção dos processos ecológicos, à preservação da

natureza e à utilização sustentável dos recursos naturais (*Millennium Ecosystem Assessment*, 2005).

Dentro deste contexto, a conservação da natureza é a disciplina que se dedica a resolução dessa problemática. Trata-se, portanto, de uma matéria multidisciplinar, onde estão agrupados os conhecimentos de diversas disciplinas aplicadas como a ecologia, a genética, a taxonomia e a dinâmica de populações mas também fatores económicos e sociais favorecendo desta forma uma abordagem holística dos dilemas que afetam a diversidade biológica. Os instrumentos que têm sido utilizados com o objetivo de travar a perda de biodiversidade pertencem às mais diversas áreas de atuação, e são geralmente agrupados de uma forma prática em diferentes áreas: a social, a económica, a financeira, a científica, a institucional e a legislativa. A articulação entre as diversas áreas é essencial para a eficácia das políticas de conservação da natureza, sendo desta forma incluídos também nas demais estratégias nacionais de conservação da natureza.

Apesar destas estratégias enfatizarem a responsabilidade da sociedade em geral pela conservação e uso sustentável dos recursos naturais, são na verdade os governos os que têm grande comprometimento neste assunto, pois são eles os responsáveis pela composição de legislação e gestão da conservação da natureza ao mais alto nível.

De certa forma, os diplomas de legislação ambiental possuem algum efeito, mesmo que de modo indireto na conservação da natureza e a sua incorporação nas diversas políticas setoriais são aspetos essenciais no contexto das políticas de conservação. Todavia, existem dois conjuntos de leis que estabelecem a base da legislação referente à proteção da natureza: os alusivos à declaração de áreas protegidas e às listas de espécies ameaçadas.

Diversos são os acordos internacionais voltados para o interesse de proteção das áreas mais frágeis e emblemáticas do património natural, entre os mais emblemáticos destaca-se o programa *Man and Biosphere* da UNESCO de 1971, a Convenção sobre Zonas Húmidas do mesmo ano, a Convenção sobre a Proteção do Património Natural e Cultura de 1972, a Convenção de Paris de 1974, a Convenção de Bona de 1979, a Convenção de OSPAR para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste de 1992 e a Convenção sobre a Diversidade Biológica decorrente da Conferência do Rio de Janeiro de 1992. Estas iniciativas revelaram-se de grande importância no que diz respeito a preservação de áreas de elevado valor ecológico, paisagístico e cultural.

Atualmente a extensão da superfície terrestre coberta por áreas protegidas situa-se nos 15,4% (UICN, 2014).

1.3.1 – O Duelo entre duas correntes: Preservacionistas *versus* Conservacionistas

As ações contemporâneas de criação de áreas protegidas possui suas origens muito antes destas convenções e até mesmo ao movimento ambientalista, ainda durante o século XVIII. Serviram de base para o desenvolvimento das teorias conservacionistas e preservacionistas que surgiram nos Estados Unidos da América no século XIX e que atualmente ainda exercem grande preponderância nas estratégias ambientais e de conservação da natureza.

Com ênfase na teoria preservacionista, criou-se nos Estados Unidos o primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone National Park, em 1872, ainda que a definição do conceito de Parque tivesse surgido anos antes (1830) por George Catlin (McCormick, 1992), e até mesmo, a existência de outros modelos de áreas protegidas definidas anteriormente a esse período.

O desenvolvimento de parques nacionais ou de outras áreas naturais protegidas é considerado por alguns autores como um fenômeno global. A intenção inicial que alicerçou a criação de áreas naturais protegidas em vários países foi com o propósito de sociabilizar a fruição, pela totalidade da população, das belezas cénicas presentes nesses territórios. Nos EUA, a implementação do Parque Nacional de Yellowstone patenteou um triunfo da corrente preservacionista, entre eles consta o nome do naturalista Jonh Muir, na época o maior expoente preservacionista.

Na visão dos preservacionistas, as áreas virgens deveriam receber proteção total, sendo permitido no seu interior apenas atividades de caráter educativo ou de recreação (McCormick, 1992). No entendimento dos preservacionistas, havia uma separação intrínseca entre homem e natureza. Para eles, “natural” era aquilo que prescindia da presença ou atuação humana, e que permanecia tal como foi originalmente criado pela “ação divina”.

Exemplo dessa consciência, Diegues (1994) cita o “Wilderness Act” dos EUA, de 1964, que circunscrevia as áreas selvagens como aquelas que não haviam sofrido a ação humana, onde o homem era visitante e não morador.

Porém, esse pressuposto que fazia parte das formas de percepção da sociedade urbana perante a natureza, não era o único. Conservacionistas, com pressuposições distintas, também admitiam ser praticável a exploração dos recursos naturais de forma racional e sustentável. Seu maior representante foi Gifford Pinchot, para o qual a conservação deveria estar apoiada em três princípios: desenvolvimento (o uso dos recursos pela geração presente); prevenção do desperdício; e o desenvolvimento dos recursos naturais para todos (McCormick, 1992).

A contenda conceptual à volta dos objetivos de conservação da natureza, exposta pelos ideais de Muir e Pinchot nos finais do XIX, permanece bastante presente. A noção da desagregação homem-natureza prosseguiu orientando os pressupostos vinculados as ideologias nacionais de áreas protegidas. Para Holdgate,

O movimento de Parques Nacionais foi criado por pessoas que acreditavam que os lugares mais selvagens e bonitos do mundo deveriam ser protegidos, como fios de ouro na tapeçaria da cultura humana. E esses pioneiros foram impelidos pela urgência e paixão. Eles constataram as ameaças aos lugares selvagens chegando através de várias formas – das madeiras, das minerações, das estradas, dos reservatórios, e por trás de tudo, a arrogância, que tratava a vida selvagem como algo sem valor em comparação ao mundo artificial construído como parte dos sistemas económicos humanos (IUCN, 1993).

1.4 – Áreas Protegidas e a Incorporação de Novos Conceitos

Progressivamente, aos objetivos originais dos sistemas de áreas naturais protegidas foram sendo incorporados novos conceitos que priorizavam, cada vez mais, a conservação da biodiversidade das áreas escolhidas (Ghimire, 1993), e não apenas as belezas cénicas, como anteriormente.

O surgimento desses novos conceitos levaram com que sucedesse o alargamento dos limites das áreas naturais protegidas, para que os ecossistemas, seus processos biológicos e espécies fossem plenamente contemplados e mantidos. Então, sob o prisma da conservação da biodiversidade e dos bancos genéticos, as áreas naturais protegidas passaram a cumprir o papel de “antítese do desenvolvimento”, servindo principalmente

como laboratórios para a pesquisa básica das ciências biológicas. Como por exemplo, pode-se citar os objetivos para o estabelecimento de um dos parques nacionais na Suíça, em 1914: “criar e manter um laboratório de campo nos Alpes, onde pesquisa sobre flora e fauna pudesse ser realizada a longo prazo, em condições ambientais inalteradas, evitando os efeitos decorrentes de qualquer atividade humana” (Quintão, 1983:15).

O interesse clamado à conservação da biodiversidade e dos bancos genéticos, como um dos objetivos dos parques nacionais e de outras áreas naturais protegidas, fortaleceu a noção de que a presença humana nessas áreas deveria ser consentida unicamente em posições muito particulares e restritas. Empregando a categoria parque como exemplo, pode-se averiguar que bastantes deles foram concebidos onde já havia ocupações humanas antecedentes, que foram removidas e tiveram de abandonar áreas que originalmente ocupavam. Essa situação ocorreu, por exemplo, com os Maasai no Quênia, os Ik em Uganda e os pescadores artesanais no Canadá.

1.5 – Convenções e Conferências

Nos primeiros anos da década de 30 já haviam sido fundados parques nacionais em várias partes do planeta. Porém, não estava instituído um conceito mundial para essa área natural protegida. Com o intuito de estabelecer a definição deste conceito, realizou-se a Convenção para a Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, em 1933, na cidade de Londres. Essa Convenção determinou que os parques nacionais deveriam ser áreas:

- a) Que fossem geridas pelo poder público, e cujos limites não poderiam ser alterados, onde nenhuma parte poderia estar sujeita à alienação, a menos que decidido pelas autoridades legislativas e competentes;
- b) Que fossem definidas para propagação, proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa, e para a preservação de objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico e outros de interesse científicos, para o benefício e o desfrute do público em geral;
- c) Onde a caça, abate ou captura da fauna, e os danos ou a coleta da flora, deveriam ser proibidos, exceto sob a direção ou controle das autoridades responsáveis;

- d) Onde existiriam instalações de auxílio construídas para o público em geral a observar a fauna e a flora.

Em 1948, a UNESCO juntamente com o governo francês realizaram um encontro que visava a coordenação e início dos trabalhos de cooperação internacional no campo da conservação da natureza. Nesta reunião, foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) (Amend, 1991), que abrangia agências governamentais e não-governamentais. Sendo seu objetivo:

A promoção de ações em bases científicas, que possam garantir a perpetuidade dos recursos naturais, dos quais todos os seres vivos dependem, não apenas por seus valores culturais e científicos intrínsecos, mas também para o bem-estar económico e social da humanidade (Quintão, 1983).

A partir de sua origem, foram concebidas, dentro da própria UIPN, instâncias que abordavam questões referentes aos parques nacionais. Uma dessas instâncias foi a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (CPNAP), instalada em 1960. Essa comissão visava a “promoção e manutenção dos Parques Nacionais e outras áreas, as quais são dedicadas à proteção dos recursos naturais; bem como dar orientação nas situações de administração e manutenção de tais áreas” (Quintão, 1983).

No ano da formação da CPNAP, foi editado o *Red data book*, onde estavam listadas 135 espécies animais ameaçadas de extinção, em especial os mamíferos mais comuns e de grande porte. No entanto, alguns anos antes, em 1954, a partir da tomada de consciência do aumento do número de exemplares de plantas em extinção, tornou-se necessária a adoção de práticas que apontassem para manutenção dos habitats propriamente ditos em vez de espécies específicas. Essa noção teve grandes influências dentro da própria UIPN, que passou a considerar principalmente à conservação e não apenas à Proteção. Tal mudança de visão dentro da entidade levou a alteração do seu nome, de UIPN para UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), a partir de 1965.

A primeira Conferência Mundial sobre Parque Nacionais foi realizada no ano de 1962 na cidade de Seattle nos EUA. Essa Conferência chamou a atenção para a necessidade de se conservar os ambientes marinhos; de se realizar interpretações dos

atributos dos parques nacionais, visando programas educativos; de se impedir alguns tipos de obras (como barragens, por exemplo); e de se planejar e coordenar pesquisas científicas com base interdisciplinar (Quintão, 1983).

Um dos êxitos mais importantes dessa Conferência, com relação à convivência homem-natureza, são as chamadas exceções ao princípio geral estabelecido para os parques, as quais foram assim expressas:

Podem justificar-se exceções ao princípio básico da não-exploração dos recursos naturais, quando se relacionem com direitos privados que existam antes da criação do parque: direito de habitação, direito de agricultura e pecuária, direito de prospecção, direito de caça. Sem dúvida, estas atividades se devem permitir apenas em pequenas áreas do parque e no que for possível não devem ser de natureza permanente. A longo prazo se deve aspirar a uma redução ou finalização das atividades. (Harroy, 1963 apud Amend, 1991:459).

Harroy verificou, que era tarefa quase impossível traçar apenas uma descrição na definição de uma área inteira, essa constatação levou a adoção de zonamento de parque. Pois para o autor, desenvolver o sistema de zonamento gerava a hipótese de proteger extensos ecossistemas sob a configuração de parques nacionais, mesmo que alguns espaços dentro desse contexto fossem utilizados pelo homem.

As recomendações resultantes da primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais (1962), em conjunto com as experiências em curso nos países sedes de parques nacionais, redefiniram um novo conceito para este modelo de área natural, durante a 10ª Assembleia Geral da UICN, realizada em Nova Deli, em 1969. Desta forma um Parque Nacional necessitaria de ter uma área relativamente extensa, e cumprir com os seguintes requisitos:

- a) Que um ou mais ecossistemas não estivessem materialmente modificados pela exploração e ocupação humana, e onde espécies de plantas e animais, e sítios geomorfológicos e habitats fossem de especial proveito científico, educacional e recreativo, ou abrangesse paisagens naturais de grande beleza;

- b) Que a mais alta autoridade capacitada do país tomasse medidas no sentido de prevenir ou eliminar, ao máximo, a exploração ou ocupação de toda a área, e mantivesse, verdadeiramente, os aspetos ecológicos, geomorfológicos ou estéticos que justificaram a instituição da referida área;
- c) Que fosse autorizada a entrada de visitantes sob condições especiais, para fins educativos, culturais e recreativos.

A partir dos anos 50, e principalmente durante a década de 70, houve um significativo crescimento no estabelecimento de áreas naturais protegidas um pouco por todo o planeta, com o incremento de cerca de 1300 novos parques. De acordo com o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento (1987), durante os anos 70 a expansão em extensão da rede de áreas naturais protegidas foi superior a 80%, sendo que deste total $\frac{2}{3}$ são pertencentes a áreas de proteção estabelecidas em países em desenvolvimento. A década seguinte manteve, em média, a mesma tendência registada na década anterior.

As perdas de biodiversidade registadas em todas as regiões do planeta, principalmente nos trópicos, foi uma das razões apontada por Ghimire (1993) como um dos fatos determinantes para o significativo aumento do número de áreas naturais protegidas instituídas em países em desenvolvimento. Estes países passaram a considerar essas áreas como espaços potencialmente geradores de rendimentos através das atividades turísticas e reconheceram nesse conceito uma ferramenta política proveitosa para o controle de recursos florestais.

Neste cenário que configurava a expansão do número de áreas naturais protegidas, foi realizada a Conferência da Biosfera, em Paris no ano de 1968. Esta Conferência foi importante ao abordar assuntos relacionados com o uso e conservação mais racionais da biosfera, analisando o impacto das atividades humanas sobre a mesma, levantando a discussão sobre os efeitos da poluição do ar e da água, os desmatamentos, a excessiva exploração de monoculturas e a drenagem de áreas inundadas. Para além disso, a Conferência desempenhou um relevante papel na sensibilização das nações menos desenvolvidas da necessidade da conservação.

De entre as conclusões mais importantes da Conferência da Biosfera está a tomada de consciência da necessidade de enfatizar o entendimento do caráter inter-

relacional do ambiente, onde o uso e a conservação racional do ambiente humano e das áreas naturais protegidas não estavam apenas relacionadas com as questões científicas, ou seja, existiam outras dimensões que deveriam ser englobadas nessa discussão como as dimensões política, social e económica, que até então estavam fora do seu raio de ação.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano ocorreu no ano de 1972, na cidade de Estocolmo. Em termos práticos a Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, foi quase uma continuidade da Conferência da Biosfera que havia sido realizada quatro anos antes em Paris.

Segundo McCormick (1992), a Conferência de Estocolmo foi um marco fundamental no desenvolvimento do ambientalismo mundial. Pela primeira vez foram abordados de forma concreta as questões políticas, sociais e económicas do ambiente global, num fórum que contou com o envolvimento de vários governos de todo o mundo, onde a intenção principal era de interprender ações corretivas. A Declaração de Princípios adotada durante a Conferência menciona que: *“Os recursos da terra incluindo, o ar, a água, o solo, a flora, a fauna e exemplos especialmente representativos dos ecossistemas naturais têm que ser salvaguardados para o benefício das gerações presentes e futuras através de um cuidadoso planeamento ou gestão, conforme apropriado.”* E que: *“O Homem tem a responsabilidade de salvaguardar e gerir sabiamente a vida selvagem e respetivos habitats atualmente em perigo devido a uma combinação de fatores adversos.”*

Este encontro conduziu a resultados imediatos e importantes como, por exemplo, a elaboração de um plano de ação, aprovado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas a 15 de Dezembro de 1972, o qual levou a criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), constituindo-se como a primeira agência mundial voltada unicamente às questões ambientais e cujas recomendações referentes aos parques nacionais e áreas protegidas estimularam a implementação de áreas protegidas à escala global como estratégia para a conservação da natureza.

Importantes foram também os debates entre os países menos desenvolvidos e mais desenvolvidos em relação as diferentes prioridades relacionadas com as questões ambientais, a evolução do pensamento ambientalista, (que passou de objetivos limitados à proteção da natureza e conservação da biosfera e dos recursos naturais para

uma visão mais ampla, que abordava o modo irracional da biosfera pelos seres humanos) e, por fim, da intensificação do envolvimento das organizações não-governamentais.

Porém, a maior herança da Conferência de Estocolmo tenha sido talvez, a inclusão de forma definitiva das questões ambientais na agenda mundial e a determinação da ideia de que os dilemas ambientais eram transcendentais às linhas fronteiriças, e que estavam fortemente ligadas a questões políticas, económicas, sociais e culturais.

Ainda durante os anos 70, foi criado o Programa *Man and Biosphere* (MAB) da UNESCO, tinha por objetivo introduzir as noções de desenvolvimento equilibrado nas relações do homem com o seu ambiente. Deu-se então início à incorporação na realidade da ocupação humana no interior das áreas naturais protegidas, através de reservas da biosfera.

As reservas da biosfera são espaços que pretendem ir ao encontro da otimização da relação homem-natureza. Desta forma, são observadas, ao mesmo tempo, como amostras representativas dos biomas do globo de ecossistemas diferentes, como exemplificação de gestão em harmonia de culturas variadas, como locais de experiência do desenvolvimento sustentado e como núcleos de monitoramento, pesquisa e educação ambiental das condições dos ecossistemas englobados (Brito, 2000).

Em 1972, em Banff, no Canadá, realizou-se a 11ª Assembleia-Geral da UICN, neste evento foi dado outro importante passo relativo à ocupação humana em áreas naturais protegidas. Diz respeito à incorporação oficial do princípio de zonamento às definições de parques nacionais adotadas durante a Assembleia de Nova Deli e ratificadas pelo 2º Congresso Mundial de Parques Nacionais, realizado em Yellowstone, durante o ano de 1972. Sem dúvida, este passo possibilitou reconhecer que as comunidades humanas com características culturais singulares eram parte integrante desses mesmos ecossistemas. Desta forma, foram assim definidas 11 “zonas”:

- a) Zonas Naturais Protegidas;
 - Zona de Proteção Integral;
 - Zona de Maneio de Recursos;
 - Zona Primitiva ou Silvestre;
- b) Zonas Antropológicas Protegidas;

- Zona de Ambiente Natural com Culturas Humanas Autóctones;
 - Zonas com Antigas Formas de Cultivo;
 - Zona de Interesse Especial;
- c) Zonas Protegidas de Interesse Arqueológico ou Histórico;
- Zona de Interesse Arqueológico;
 - Zona de Interesse Histórico.

Em 1978 o PNUA requisitou a IUCN a produção de uma estratégia para a conservação, inicialmente as primeiras delineações debatidas na Assembleia-Geral da IUCN de 1978 em Ashkhabad, faziam referência apenas à conservação de espécies e áreas protegidas, o documento definitivo editado em 1980 juntamente com o WWF (Fundo Mundial para a Proteção da Natureza) e o PNUA, incluiu outras questões como a população, o desenvolvimento e os recursos (Adams, 2004). A definição de conservação da natureza referente no texto salienta essa visão: “ (...) *gestão da utilização humana da biosfera de modo a que possa proporcionar de forma perene, os maiores benefícios às gerações atuais, mantendo ao mesmo tempo o seu potencial para satisfazer as necessidades e as aspirações das gerações futuras.*”

Para seus autores, esse documento refletia um compromisso tanto dos membros da UICN, como dos organismos envolvidos na sua elaboração, dava uma visão genérica dos problemas ambientais mais importantes, e buscava auxiliar na conquista do desenvolvimento sustentável, através da conservação dos recursos vivos (McCormick, 1992). A Estratégia era composta por três objetivos principais a alcançar:

- Manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas vitais;
- Preservar a diversidade genética;
- Assegurar o aproveitamento sustentado das espécies e dos ecossistemas.

Na sequência do lançamento da *Estratégia mundial para a conservação*, realizou-se o III Congresso Mundial de Parques, na cidade indonésia de Bali, em 1982. Este evento reafirmou a posição a ser tomada quanto a problemática existente nas relações entre homem e áreas naturais protegidas, com ressaltos para importância dos direitos das comunidades residentes as quais possuíssem atributos culturais característicos, e recomendações para o exercício da gestão dessas áreas em conjunto com os seus habitantes originais (Diegues, 1994). No universo das comunidades com

características específicas, estão as comunidades indígenas, cujos direitos já haviam sido expostos na 12ª Assembleia Geral da UICN, no Zaire em 1975.

O estabelecimento de áreas naturais protegidas não deve trazer como consequência o deslocamento de indígenas ou causar a rutura de seus estilos de vida tradicionais sempre e quando estes grupos não afetem a integridade ecológica da área (Eidsvik, 1990 apud Amend & Amend, 1992: 461).

Em meados da década de 80, os debates sobre as populações residentes em áreas naturais protegidas já se encontrava bastante difundido, porém, ainda persistia uma carência na adoção de ações práticas em muitos países. No ano de 1985, houve a inclusão na lista de parque nacionais da ONU/UICN de unidades cujo interior existissem áreas com povoados, cidades, serviços de comunicação e atividades correlatas, desde que permanecessem numa zona específica e não prejudicassem a conservação efetiva das demais zonas (Amend & Amend, 1992).

Apesar da forte influência do conceito inicial americano, juntamente com a difusão do termo parque nacional, em alguns países europeus, o Canadá e o Japão passaram a ensaiar diferentes particularidades no conceito até então existente dando origem, com o passar dos anos, a modelos alternativos de parques nacionais mais tolerantes às questões relacionadas com o uso e à ocupação de suas áreas por parte das populações residentes (West & Brechin, 1991). As novas dinâmicas adotadas por esses países foram uma mais-valia para a evolução do conceito internacional, tanto dos próprios parques nacionais, como também das áreas naturais protegidas, impulsionando o surgimento de outras categorias de utilização. Segundo West & Brechin (1991).

The conservation movement has increasingly adopted concern for cultural preservation and ecodevelopment and expanded its repertories of types of protected areas to include biosfere reserves and other designations that are not as exclusionary in their concept and definitions as the traditional United States model of national parks (West & Brechin, 1991: xix).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento foi realizada na cidade brasileira do Rio de Janeiro, em 1992. A Rio-92, como ficou conhecida, tinha por objetivo avaliar o percurso percorrido desde a Conferência de Estocolmo e conceber um novo plano de ação. A Convenção sobre a Diversidade Biológica foi enfim posta em prática, a qual atualmente ainda mantém um papel decisivo na composição das políticas de conservação da natureza e a estrutura de sistemas de áreas protegidas funcionais nos países assinantes. O êxito da Convenção deve-se ao fato do comprometimento dos países signatários em adotar estratégias e programas nacionais que visem a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica, incluir a conservação da biodiversidade nos seus diversos planos, programas e políticas setoriais e intersectoriais, gerar um sistema de áreas protegidas e desenvolver diretrizes para a seleção, implementação e gestão dessas áreas.

Este evento foi de enorme relevância na inclusão das áreas naturais protegidas aos planos de desenvolvimento dos diversos países, para que estas conseguissem conduzir, ao mesmo tempo, benefícios à população local e tivessem garantida sua conservação; e a necessidade de existência de mais áreas naturais protegidas.

Até então, a maior parte das nações, mesmo tendo desenvolvido ferramentas para a proteção da natureza não tinha produzido um documento de referência onde consistissem os objetos da conservação da natureza, a sua conexão com os outros aspectos de importância nacional, a sua preferência em relação a esses e quais as principais medidas a adotar.

No ano de 1994, foi adotada pela UICN a definição de área protegida que vigora atualmente: *“área de terra e/ou mar particularmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados e gerida através de meios legais ou outros eficientes”* ao mesmo tempo apresentou também o atual sistema composto por seis categorias de áreas protegidas de acordo com o seu objetivo de gestão:

- I. *Reserva Nacional Estrita/Área Selvagem – área protegida gerida particularmente para a ciência e proteção da vida selvagem;*
- II. *Parque Nacional – área protegida gerida particularmente para a proteção dos ecossistemas e recreação;*

- III. *Monumento Natural – área protegida particularmente para a conservação de características naturais específicas;*
- IV. *Área de gestão de Habitats/Espécies – área protegida gerida particularmente para conservação através de gestão intervencionada;*
- V. *Paisagem terrestre/marinha Protegida – área protegida gerida particularmente para a proteção da paisagem terrestre/marinha e recreação;*
- VI. *Área Protegida para a Gestão de Recursos – área protegida particularmente para o uso sustentável dos ecossistemas naturais.*

Este sistema de seis categorias tinha sido já definido no ano de 1992, durante a realização do IV Congresso Mundial de Áreas Protegidas da UICN, em Caracas na Venezuela, onde foi defendido o estabelecimento de práticas de gestão que envolviam parcerias com um elevado número de setores diretamente interessados para o benefício das populações, das áreas protegidas e da biodiversidade. Passa então a ser cada vez mais importante harmonizar as necessidades das comunidades com a defesa da natureza, tendo em conta um panorama futuro da ampliação dos conflitos devido à carência de recursos, às alterações climáticas, ao crescimento da população, ao incremento do consumo, a fragilidade económica e ao uso sucessivo de tecnologias inapropriadas.

A interdependência entre o bem-estar humano e a manutenção dos recursos naturais é largamente reconhecida internacionalmente, nesse sentido, cresce o interesse em estimular o envolvimento das comunidades locais, das instituições não-governamentais e das entidades do setor privado na gestão das áreas protegidas. A interação entre as componentes naturais e humanas aliadas à utilização racional dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentado da região e das atividades económicas e culturais tradicionais, estão na base dos critérios que atualmente promovem a criação de áreas protegidas.

Uma das práticas mais comuns na gestão de áreas protegidas diz respeito ao conceito de zonamento, essa noção tem por objetivo assegurar o desenvolvimento sem por em causa a conservação das áreas em questão, consiste na delimitação de áreas restritas, onde o nível de proteção é total (reservas integrais), nessas áreas o acesso é feito de forma limitada, onde é admitida haver interferência humana de forma

controlada, e adicional na implementação de medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos para garantir a fixação dos habitantes e o progresso socioeconómico local.

Durante o V Congresso Mundial de Áreas Protegidas realizado em Durban, na África do Sul, no ano de 2003, estudos demonstraram que três em cada cinco das ameaças mais habituais nas áreas naturais protegidas estão relacionadas a uma gestão ineficaz e não a impactos diretos sobre os recursos existentes (ESPARC, 2004). Esta conclusão revelou que a eficácia na adoção de modelos de gestão permanece, porém, em muitas áreas aquém do desejável.

A Assembleia-Geral das Nações Unidas, através da Resolução 61/2003, de 20 de Dezembro de 2006, afirmou o ano de 2010 *Ano Internacional da Biodiversidade*. Este ano coincide com o *Objetivo Biodiversidade 2010* sancionado no Plano Estratégico para a Conservação da Diversidade Biológica. A partir dos compromissos firmados, países de todo o mundo adotaram o compromisso de obter em 2010 uma considerável diminuição do atual ritmo de perda de biodiversidade ao nível global, regional e local.

A iniciativa do *Ano Internacional Da Biodiversidade* tem por objetivo a sensibilização da opinião pública para a relevância da biodiversidade, de intensificar as ações de combate a perda de biodiversidade e de propagação e estimação das medidas executadas e dos resultados alcançados. O movimento crescente dos constrangimentos ambientais confere a essa iniciativa um valor especialmente importante para o melhoramento dos modelos de gestão de áreas protegidas existentes ou mesmo a criação de novos modelos que garantam a concretização dos objetivos das áreas.

1.6 – Evolução das Áreas Protegidas a Nível Europeu

A Europa abriga uma enorme diversidade de habitats naturais e seminaturais que sustentam uma ainda maior multiplicidade de espécies. Em muitos casos tratam-se, sobretudo, de espécies endémicas e/ou em vias de extinção, no entanto, o continente europeu é marcado por um longo historial no que diz respeito ao uso e ocupação do solo para fins agrícolas, resultando numa considerável perda de biodiversidade nos ecossistemas primitivos e uma alteração substantiva da paisagem.

Porém, a intensidade da desflorestação e os seus impactos variam de região para região. Relativamente a Europa mediterrânica, por exemplo, a desflorestação e o

fortalecimento da agricultura revelaram-se territorialmente prejudiciais para os ecossistemas primitivos, excessivamente vulneráveis à deterioração.

Cada uma das onze regiões biogeográficas de Europa¹ possuem características distintas e específicas, resultado da combinação de fatores naturais (climáticos, geológicos, ecológicos etc.) culturais e sociais, desta forma, contrariamente ao conceito americano, a noção de conservação da natureza no continente europeu abrangeu, desde início, uma combinação de instrumentos determinados para a proteção das florestas originais, conjuntamente, com a preservação das comunidades secundárias, consideradas familiares e associadas às atividades humanas tradicionais, principalmente na porção ocidental do continente europeu.

Remontam do final do século XIX, início do século XX, as origens do interesse pela conservação da natureza na Europa, especialmente a partir de instituições não-governamentais. Foram de grande relevância nesse período inicial a gestão de *Wicken Fen* em Inglaterra pela organização voluntária, *National Trust for Places Historic Interest and Natural Beauty*, a criação da primeira organização de conservação da natureza na Holanda em 1905, da Liga Suíça para a Proteção da Natureza em 1906 e o estabelecimento do primeiro parque nacional na Suécia no ano de 1909.

Sobre o modelo de Yellowstone, de não intervenção, Suíça e Espanha fundaram também em 1914 e 1918 respetivamente, parques nacionais em seus territórios. O modelo de parques nacionais amplamente adotado pelos americanos não se adequava a realidade da maioria das regiões da Europa, pois o mesmo era destinado à salvaguarda de extensas áreas selvagens, situação esta bastante diferente da realidade europeia, cujo território encontrava-se já amplamente humanizado e ainda, a particularidade de não intervenção característica do modelo americano de não apoiar as demandas das esferas económicas e sociais, criava obstáculos que dificilmente seriam ultrapassados na implementação em regiões povoadas, como sendo o caso do continente europeu.

Desta forma, nos anos seguintes, principalmente no período pós II Guerra Mundial foram inevitáveis as mudanças ocorridas na legislação relativa às áreas protegidas com a criação de categorias de espaços protegidos distintas. No caso em concreto do continente europeu, que possui áreas especificamente modificadas,

¹ ártica, boreal, continental, atlântica, macarrónica mediterrânea, alpina, panoniana, anatoliana, estepária e do mar morto

mantém-se a tendência, por parte dos conservacionistas, de optar por redes ecológicas bem organizadas e amplas reservas naturais.

1.6.1 – Áreas Protegidas e a Legislação no Continente Europeu

Em 1970, o Conselho Europeu declara o *Ano Europeu da Conservação da Natureza* com o objetivo de alertar a opinião pública para a relevância da preservação ambiental, essa iniciativa serviu de estímulo nas origens da cooperação entre as nações europeias no estabelecimento de áreas protegidas em seus territórios.

Diante desta realidade, nos anos 70, foi apresentada a Diretiva Aves, posteriormente adotada em 1979 através da Resolução 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, alguns anos depois, em 1992, surge a Diretiva Habitats através da Resolução 92/43/CEE, do conselho, de 21 de Maio, estes dois instrumentos consistem, ainda hoje, como o suporte da política de conservação da natureza na UE.

A Diretiva Aves tem por objetivo, constituir-se como um meio de proteção, gestão e controlo das espécies de aves selvagens no espaço da União Europeia a partir da demarcação e gestão de zonas de proteção especial (ZPE) e através também da definição de medidas que visem a proteção das mesmas. Estas zonas dizem respeito a áreas onde o resguardo, por meio da adoção de medidas específicas, é fundamental para a manutenção ou recuperação das populações de espécies selvagens de aves e dos seus habitats e de grande importância para aves migratórias que periodicamente atravessam o território dos países da EU.

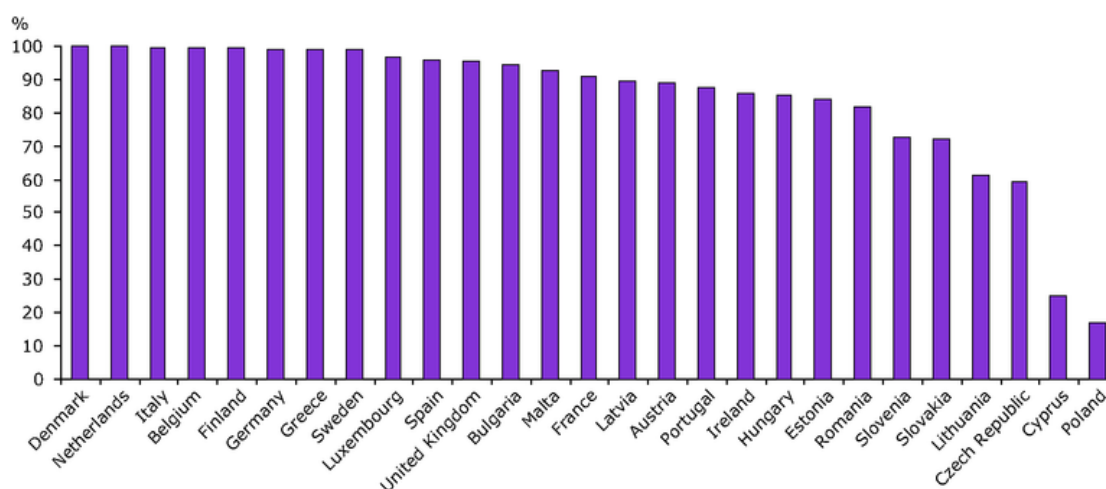


Figura 1 - Percentagem de AP's existentes, nos países europeus, que garantem a proteção das espécies referenciadas na Diretiva habitats existentes no território / Fonte: EEA

Por outro lado, a Diretiva Habitats propõe-se a reger a conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens presente no território dos países comunitários, para isso são implementadas zonas especiais de conservação (ZEC).

A iniciativa Rede Natura 2000 tem por base os dois instrumentos da legislação comunitária, as Diretivas Aves e habitats, englobando as áreas classificadas como ZEC e as áreas classificadas com ZPE. Atualmente a rede compreende mais de 25 000 sítios, alcançando cerca de 20% do território total da EU (cerca de 800 000 km²), bem como 100 000 km² do meio marinho. (CE, 2009).

A União Europeia como integrante da Convenção para a Diversidade Biológica desde 1993, adotou em 1998 a Estratégia Comunitária para a Biodiversidade de onde resultaram quatro Planos de Ação. No ano de 2001, a UE assumiu o ambicioso compromisso de travar a perda da Biodiversidade até 2010, para esta finalidade desenvolveu-se, em 2006, um plano de ação intitulado Travar a perda de biodiversidade até 2010 – e mais além – Preservar os serviços dos ecossistemas para o bem-estar humano. A biodiversidade torna-se uma questão prioritária do Programa de Ação para o Ambiente da UE em vigor entre 2002 e 2012.

No entanto, a avaliação intercalar da implementação do Plano de Ação Comunitário sobre a Biodiversidade revelou que mesmo com a ampliação no número de unidades protegidas e dos programas de conservação, o objetivo traçado para 2010 de travar a perda de biodiversidade, não foi totalmente cumprido e apesar de melhoras significativas relacionadas com o estatuto de conservação de algumas espécies, estimativas aponta para 40% a 85% dos habitats e 40% a 70% das espécies com interesse comunitário apresentam ainda uma condição desvantajosa relativamente ao estatuto de conservação (EEA, 2008).

O aumento das responsabilidades do Estado Português em matéria de conservação da natureza que se refletiu, nomeadamente, na ampliação do Sistema Nacional de Áreas Classificadas, impõe uma revisão do modelo de gestão de áreas protegidas em vigor. A extraordinária diversidade relativamente às áreas protegidas, que se constata ainda hoje na UE reflete a diversidade geográfica, histórica, cultural e política do velho continente (UICN, 1994).

1.7 – Evolução das Áreas Protegidas a Nível Nacional

A Reserva Ornitológica do Mindelo constituiu a primeira área protegida portuguesa, foi criada pelos Serviços Florestais a 2 de Setembro de 1957 através da dedicação do Prof. Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, muito antes de haver a consagração de espaços protegidos na legislação portuguesa.

Realmente, a primeira lei a consagrar no panorama jurídico nacional a possibilidade de conferir um estatuto de proteção especial a certas áreas foi a Lei nº 9/70, de 19 de Junho, exatos treze anos após a Reserva Ornitológica do Mindelo. Através desta lei estava prevista a atribuição ao Governo de compromissos na promoção da: *“defesa de áreas onde o meio natural deva ser reconstituído ou preservado pelo homem”*, e do *“uso racional e a defesa de todos os recursos naturais, em todo o território, de modo a possibilitar a sua fruição pelas gerações futuras”* e gerando as noções de parque nacional e de reserva, onde as áreas classificadas ficariam sujeitas ao regime florestal obrigatório, em modo total ou parcial.

Este decreto foi elaborado de acordo a política de classificação e gestão de áreas protegidas que vigorava então nos demais países europeus, que previa a criação de reservas com objetivos distintos. A gestão dos parques era composta por Comissões administrativas com habilitação administrativa, financeira e competências jurídicas, juntamente com a constituição de um órgão técnico consultivo e científico. As receitas dos parques incluíam: a) a dotação inscrita no Orçamento Geral do Estado; b) o produto da exploração dos bens móveis e imóveis que lhes pertenciam ou de que tinham a administração; c) o produto das taxas, concessões, licenças, autorizações, direitos e receitas cuja cobrança estivesse autorizada; d) a importância das multas e indemnizações cobradas por força da regulamentação, e) quaisquer subvenções públicas ou particulares, subsídios das autarquias e das demais entidades regionais, nacionais ou estaduais; f) heranças e legados.

O diploma consagrava ainda a possibilidade dos proprietários de bens compreendidos no contexto dos parques nacionais e reservas participarem em coletividades de economia mista de serventia turística, como forma de compensação dos mesmos cujos direitos sem que sofressem qualquer diminuição de valor por conta de servidões ou restrições administrativas. Para além dos direitos já aqui consagrados, a Lei incluía ainda

para os residentes dos parques uma série de direitos ².

Em 1973, o Ministério das Obras Públicas solicita a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), instituição fundada em 1948, a elaboração de uma listagem das zonas e áreas de maior relevância para a proteção da Natureza. No início dos anos 80 este trabalho viria a ser retomado e desenvolvido no âmbito de uma solicitação da EDP (Energias de Portugal), para elaboração de um parecer que comunicasse sobre os locais com menor interesse para a proteção da Natureza onde se pudessem desenvolver empreendimentos hidroelétricos e implementar linhas de distribuição de energia (Sequeira, 2008).

Através da Lei de 1970 foi fundado o Parque Nacional da Peneda-Gerês (1971) e diversas reservas, como por exemplo, a Reserva da Serra da Arrábida, a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, e a Reserva Paisagística de Almada.

Com o advento do 25 de Abril de 1974 foram criados, no mesmo ano o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente e no ano seguinte a Secretaria do Estado do Ambiente. De entre os objetivos desta secretaria estavam: *“a conservação da fauna e flora silvestres”* e *“a proteção das paisagens naturais primitivas e humanizadas, dos sítios e dos valores culturais, estéticos e históricos neles incluídos”*.

O secretário de Estado do Ambiente superintendia: a) a Comissão Nacional do Ambiente (CNA), criada em 1971, constituindo-se como a primeira entidade do Estado voltada às questões ambientais, com o seu aparecimento relacionado aos trabalhos de preparação alusivos a participação portuguesa na Conferência de Estocolmo em 1972. A CNA, requalificada após a criação da Secretaria de Estado conciliava dois serviços inovadores: O Fundo Nacional do Ambiente e o Serviço Nacional de Participação das populações, estas duas ferramentas tinham o objetivo de assegurar a realização de campanhas de divulgação, participação, e formação da população em geral e em particular das camadas mais jovens, visando a execução de uma política nacional,

² Direito de preferência na ocupação de cargos e de funções remuneradas em todas as atividades exercidas no parque; direito a manterem os contratos de arrendamento dos imóveis que fossem adaptados a fins turísticos; direito a receberem da comissão administrativa do parque uma renda justa pelas propriedades que tendo sido ocupadas em consequência do estatuto do parque sofressem uma quebra de rentabilidade mas não fossem expropriadas; direito de receberem as percentagens que lhes viessem a ser atribuídas nas taxas de acesso ao parque, caça ou pesca ou à exploração das zonas turísticas.

regional e local do ambiente; *b*) o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP), é a entidade responsável pelo inventário de paisagens e sítios, a delimitação de áreas de proteção, a análise e proteção das paisagens naturais, sejam elas primárias ou já humanizadas, a elaboração e promoção de planos de ordenamento dos parques nacionais, reservas e paisagens e sítios protegidos, a organização e manutenção de uma equipa de guias e vigilantes da natureza e um regime de manutenção de parques nacionais e reservas. Beneficiava ainda de um fundo: o fundo de parques, reservas e património paisagístico; *c*) o Serviço de Estudos do Ambiente, constituído por quatro gabinetes, de entre os quais o da Conservação da Natureza e Proteção da Paisagem que continha em si a função de planeamento de um sistema nacional de conservação da natureza e proteção da paisagem; e por último *d*) as Comissões Regionais do Ambiente, que tinham como objetivos assegurar a conservação da natureza e a gestão racional dos recursos naturais, através de uma atuação coordenada que envolvia os diversos intervenientes no espaço físico.

O domínio do direito do ambiente é reconhecido a partir da promulgação da Constituição da República Portuguesa em 1976, aumentando de forma considerável o número de áreas em condições de serem classificadas com a publicação do Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de Julho mediante a valorização das componentes estética e cultural como fatores determinantes para a classificação das mesmas.

Este diploma funcionou como uma reformulação da Lei antecedente alargando as normas de classificação e equiparando-a ao disposto no Decreto-Lei 550/75, de 30 de Setembro. Esta Lei estabeleceu o regime de classificações das áreas passíveis de medidas que visassem a defesa e conservação, distintas nas seguintes categorias: reservas naturais (integrais e parques nacionais), reservas naturais parciais (biológicas, botânicas, zoológicas, geológicas, aquáticas e marinhas), reservas de recreio, paisagens protegidas, objetos, conjuntos, sítios e lugares classificados e parques naturais. O SNPRPP juntamente com as autarquias locais passaram a constituir os gestores legais dos parques e reservas.

Nesse contexto, o ano de 1979 ficou assinalado com a criação de duas novas ferramentas respeitantes a proteção da avifauna, surgidas com o Decreto-Lei n.º 264/79, de 1 de Agosto, são eles: o refúgio ornitológico e a área ornitológica a recuperar. Estava previsto então neste documento que a gestão destas áreas protegidas privadas

ficaria a cargo dos proprietários. Vários pedidos para a criação de refúgios foram apresentados à autoridade nacional, tanto por iniciativa privada como de municípios. Porém, apenas um refúgio ornitológico viria a ser concretizado baseado nesse Decreto-Lei, o do Monte Novo do Roncão a partir da Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/91, de 12 de Março (Oliveira, 2008).

No ano de 1983, através do Decreto-Lei n.º 49/83, de 31 de Janeiro (Lei Orgânica do Ministério da Qualidade de Vida), o então SNPRPP foi transformado no Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN).

Ainda durante a década de 80 é dado outro importante passo no que concerne a proteção da natureza em Portugal, é então criada em 1987 a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (posteriormente reformulada no ano de 2014 através da Lei 19/2014, de 14 de Abril). De entre os artigos presentes neste diploma constava o artigo 4º onde estavam previstas medidas e objetivos que visavam nitidamente criar condições para a instauração de um *continuum naturale* através do território nacional, mediante a estruturação de parques e reservas naturais e outras figuras de áreas protegidas, corredores ecológicos e espaços verdes urbanos e suburbanos, o documento preconizava também a execução de uma estratégia nacional de conservação. Ainda diante do contexto deste diploma, no que diz respeito às áreas protegidas, lugares, sítios, conjuntos e objetos classificados o documento previa a implementação e regulamentação de uma rede nacional continuada de áreas protegidas, que poderiam ser de âmbito nacional, regional ou local, sendo a gestão das mesmas, de acordo com cada caso, a cargo da administração central, regional ou local.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica foi assinada por Portugal no ano de 1992, onde o país assumia com o compromisso internacional de executar os objetivos da Convenção e atuar em concordância com as suas disposições.

Ainda durante o início da década de 90, foi estabelecida a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), através do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, que por sua vez revogou o Decreto-Lei anterior n.º 613/76, este diploma visava a preservação e/ou recuperação de espécies, habitats, biótopos e formações geológicas, a implementação de reservas genéticas, a promoção do desenvolvimento sustentável, a pesquisa e a apreciação dos dinamismos culturais e económicos tradicionais de cada região.

Quatro categorias de classificação de áreas protegidas de interesse nacional foram definidas então a partir da constituição desse diploma, que são elas: Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural todas sob a tutela do SNPRCN. Consta também dessa publicação a criação da categoria de sítio de interesse biológico direcionado para as áreas protegidas privadas e de paisagem protegida para as áreas protegidas de interesse regional e local cabendo às autarquias locais ou agrupamentos formados pelos municípios a administração das áreas de acordo com o prenciado na Lei de Bases do Ambiente.

Tanto as entidades públicas como as organizações privadas podiam propor a classificação de áreas protegidas sendo o SNPRCN encarregado de conduzir as propostas ao Ministério competente. A classificação da área em questão era feita mediante decreto regulamentar. Este Decreto-Lei desempenhou um papel determinante no quesito referente a obrigatoriedade dos parques nacionais e naturais e igualmente as reservas naturais em obterem um plano de ordenamento conjuntamente com respetivo regulamento, sendo atribuído ao SNPRCN a elaboração do mesmo.

Quanto às áreas denominadas por paisagens protegidas, estas passavam também pela obrigatoriedade de existência de um plano de ordenamento acompanhado de regulamento equivalente a um plano de pormenor, com as alterações necessárias para tal. A elaboração de planos de ordenamento de áreas protegidas estava já prevista nos referentes procedimentos de classificação antes mesmo da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º19/93. Apesar disso, os prazos estabelecidos para a elaboração dos planos foi largamente ultrapassado, sendo que muitas das áreas classificadas vieram a ter o seu plano aprovado mais de 20 anos após a sua criação.

As categorias de Parque Nacional, Reserva Natural e Parque Natural passaram a contar com o estabelecimento para cada área protegida de uma comissão diretiva, tratava-se então de um órgão formado por um presidente e um vogal, que por sua vez, eram nomeados pelo SNPRCN e outro integrante o qual deveria possuir competência na área, este último designado pelas câmaras municipais. Existia ainda um órgão com funções consultivas, constituído por indivíduos nomeados por instituições científicas, pesquisadores e especialistas e representantes políticos indicados pelas câmaras municipais, juntas de freguesia, serviços da governação central e também das associações de defesa do ambiente e património construído.

As comissões diretivas passaram a figurar como o órgão executivo das áreas protegidas, competindo a eles a produção dos planos e programas anuais e plurianuais de gestão e investimento, a elaboração de pareceres sobre o estado da área protegida e ainda a autorização das ações e atividades circunscritas dentro dos limites da área protegida. Quanto ao conselho consultivo, este tinha por direito, o dever de analisar as propostas de planos, programas e pareceres compostos pela comissão diretiva.

1.7.1– A Criação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Ainda durante o ano de 1993, é criado o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), mediante o Decreto-Lei n.º193/93, de 24 de Maio, segundo o Diário da República, o ICN constitui-se como uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira mantendo-se sob a tutela do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais (Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, 1993).

De entre as suas funções consideram-se responsabilidades do ICN as atividades nacionais nos domínios da conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas. São ainda atribuições do instituto: *a)* promover a estratégia, planos e programas de conservação da natureza; *b)* estudar e inventariar os fatores e sistemas ecológicos quanto à sua composição, estrutura, funcionamento e produtividade, em colaboração com os serviços interessados; *c)* elaborar estudos e propor medidas visando a preservação do património genético, a gestão racional da flora e fauna selvagens e a proteção das espécies; *d)* propor a criação de áreas protegidas e assegurar a sua implementação e gestão, através da rede nacional de áreas protegidas; *e)* promover e elaborar os planos de ordenamento das áreas protegidas de âmbito nacional; *f)* promover e elaborar estudos relacionados com a dinâmica do litoral e com a microclimatologia dos ecossistemas e biótopos; *g)* colaborar com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, ou autarquias locais no âmbito das suas atribuições; *h)* ser autoridade administrativa e científica da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES); *i)* Apoiar técnica e financeiramente entidades públicas e privadas legalmente constituídas cujas finalidades se incluam no âmbito das atribuições do ICN.

O ICN viria a ser reformulado no ano de 2007 através do Decreto-Lei n.º 136/2007 que aprova a Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e da

Biodiversidade (ICNB), dando enfoque as questões da biodiversidade que passa a ser entendida como um compromisso de todos e interiorizada como instrumento de desenvolvimento económico ambientalmente sustentado e gerador, no médio prazo, de mais-valias e vantagens diferenciadoras.

Finalmente em 2012, a entidade é novamente reformulada. A Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente, e do Ordenamento do Território procedeu à criação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), como resultado da fusão da Autoridade Florestal Nacional com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e da integração do Fundo Florestal Permanente.

A evolução desta instituição tem por base a interdependência existente entre as duas áreas e a necessidade estratégica de desenvolver medidas adequadas visando alcançar a integridade e sustentabilidade nos ecossistemas, onde o objetivo primordial é a busca por uma maior eficácia na definição, implementação e avaliação de políticas integradas para os dois setores.

Através da fusão, criam-se sinergias que permitem atingir um novo patamar potenciador do desenvolvimento económico e social, ambientalmente sustentável, competindo ao novo instituto a coordenação e o apoio à definição de políticas para os espaços silvestres e recursos naturais, assegurando a sua salvaguarda e valorização (Diário da República, 1.ª série N.º 125 de 29 de Junho de 2012).

1.8 – A Gestão das Áreas Protegidas

A simples classificação de uma área, por si só não garante que sejam cumpridos os objetivos fixados dessa classificação. É preciso oferecer condições para que os órgãos competentes possam fazer a gestão de recursos económicos, administrativos, humanos e materiais de maneira que os objetivos inicialmente traçados sejam alcançados. Os objetivos concebidos variam conforme as diversas categorias de áreas, onde o processo de gestão do território pode variar, desde uma gestão considerada ativa a uma gestão de nível mais básico, que, de um modo geral contempla apenas medidas de contornos administrativos e de vigilância.

O conjunto de medidas de vigilância de áreas protegidas atua no sentido de identificar e precaver atividades ilícitas ou prejudiciais para a manutenção do ambiente natural. Com relação às ações administrativas estão sobretudo relacionadas com a

atribuição de autorizações, concessões, subsídios, indemnizações e na elaboração de pareceres. A gestão ativa de áreas protegidas abrange, por sua vez, a totalidade das ações orientadas para a preservação do património natural, incluem a prevenção de fogos, a recuperação de habitats e zonas degeneradas, ações de extirpação de espécies invasoras e reintrodução de espécies, adoção de planos que visem a conservação de espécies e controlo das populações, como também ações que forneçam informação, como por exemplo, censos e inventários, de modo a que possam favorecer as linhas de investigação, o crescimento socioeconómico e o uso e ocupação das áreas protegidas.

Após a classificação de uma área protegida é esperado que a gestão da mesma evolua por diferentes estágios, em virtude do aumento e consolidação dos recursos que dispõe. Nesse sentido é possível identificar-se quatro fases principais desse processo:

-Fase de criação ou inicial: a partir da disposição de um diploma legal é procedida a classificação da área protegida, havendo ou não um plano de ordenamento sancionado. Neste momento inicial ainda não estão reunidos os recursos humanos, materiais nem económicos satisfatórios para manter o cumprimento dos objetivos de conservação, desenvolvimento ou educação.

-Fase de desenvolvimento: Onde está envolvido um grupo de pessoas, que tem por finalidade realizar algumas das ações indispensáveis para o seguimento dos objetivos traçados, ainda que não haja uma regulamentação legítima nem recursos humanos satisfatórios. Persistem ainda nessa fase a indefinição quanto às tarefas a serem definidas para cada cargo. Mantém-se a irregularidade e insuficiência dos recursos materiais e económicos, totalmente desfasados em relação às necessidades, não garantindo, a médio e longo prazo, a realização de planos ou programas de gestão.

-Fase de consolidação: a área protegida encontra-se abrangida por um documento legal completo e de meios administrativos como também de uma programação de gestão de acordo com a realidade dos recursos económicos disponíveis possibilitando satisfazer as necessidades básicas de gestão a médio e longo prazo. Porém, carece ainda de estrutura necessária capaz de desenvolver os processos de qualidade e da aplicação contínua de ações de avaliação.

-Fase de gestão ativa: Nesta fase são cumpridos a maior parte dos objetivos de gestão definidos, privilegiando-se uma integração consistente. As dificuldades presentes nesse momento não estão relacionadas com a falta de recursos, mas e sim

com a capacidade de cumprir com os objetivos traçados transversalmente aos diversos âmbitos de gestão. As ações concentram-se em programas nas áreas de conservação, desenvolvimento socioeconómico, vigilância, educação, divulgação e infraestruturas de uso público e são realizados de forma constante. E ainda, as ações de controlo dos processos de qualidade e de avaliação são cumpridas com regularidade.

Distintas instituições com competências diferenciadas e diversos interesses dentro de uma mesma área revelam, manifestamente, objetivos distintos que podem, em alguns casos, constituir motivo de divergência que se exprimem em programas de ação desajustados entre si. Por isso, na gestão das áreas protegidas são de extrema importância os processos de planeamento e ordenamento que admitam a inclusão dos objetivos específicos de cada área nas estratégias de ação dos diversos atores (Cunha, 2002).

Na realização de uma gestão ativa eficiente a médio e longo prazo, por parte das organizações responsáveis pela gestão das áreas protegidas, torna-se fundamental a adoção de planos de ordenamento. Na estrutura desses planos deve constar, basicamente, as normas regulamentares para a gestão das áreas protegidas, a planta de ordenamento e um programa de gestão que permita estabelecer as ações e medidas a realizar nos diversos temas. Podem também, numa fase mais adiantada de gestão, desenvolver-se planos setoriais exclusivos orientados para uma única matéria em especial. A eficiência das entidades responsáveis pela gestão das áreas protegidas pode ser aperfeiçoada significativamente através da assistência dos relatórios anuais de gestão, que para além da promoção, transparência e comunicação, facilitam a avaliação da eficiência e eficácia da gestão implementada.

Diante do aumento notável da quantidade de áreas protegidas nas últimas décadas, tem sido tema cada vez mais recorrente nos debates sobre a conservação da natureza a sustentabilidade financeira das áreas protegidas. O conceito pode ser determinado como a *capacidade de garantir a longo prazo recursos financeiros suficientes e a sua alocação adequada de modo a cobrir todos os custos, diretos e indiretos, das áreas protegidas e de autenticar a gestão útil e eficiente destas com respeito à conservação e aos seus objetivos* (Emerton et al, 2006).

Cada vez mais, torna-se evidente, que os recursos humanos, institucionais e financeiros são insuficientes para a gestão efetiva do número crescente de áreas

protegidas e implementação de redes de áreas protegidas. Desta forma, é imperativo encontrar novas formas de financiamento que complementem as existentes. A maior parte do financiamento destinado às áreas protegidas provém dos orçamentos alocados pelo Estado para essa finalidade e de fundos comunitários e internacionais. Porém, os recursos investidos pelo setor privado e organizações não-governamentais têm vindo a ganhar um papel de destaque na componente do financiamento das áreas protegidas (Morsello, 2001).

A inclusão das áreas protegidas no prisma do desenvolvimento sustentável juntamente com constituição de conexões entre a conservação da biodiversidade e diversos setores da economia, figuram como uma das experiências mais reconhecidas que visam ampliar ou, no mínimo, manter o financiamento oriundo do Estado. De entre essas experiências, como forma de atração dos decisores políticos e maiores verbas orçamentárias, são exemplos, a produção de planos financeiros e de desenvolvimento socioeconómico e o recurso a avaliações económicas dos custos e benefícios das áreas protegidas. Todavia, perante dificuldades orçamentais, as áreas protegidas tendem a não ser entendidas como questões prioritárias para os governos, o que fortalece a ideia de que a combinação de diferentes fontes de financiamento constitui um elemento chave para a sua sustentabilidade (Castro, 2003).

Apesar de as autoridades públicas serem as maiores gestoras de áreas protegidas, outras instituições podem contribuir expressivamente na defesa das mesmas havendo já inúmeros instrumentos que possibilitam essa participação através dos diversos atores no território, designadamente, apoios fiscais concedidos aos que auxiliam monetariamente a conservação da biodiversidade ou desenvolvam atividades que preservem as propriedades (áreas protegidas privadas) mantendo-as em conformidade com o objetivo de conservação da natureza e ainda a constituição de fundos para pequenas e médias empresas onde as atividades desenvolvidas por elas cooperem para a conservação da biodiversidade (agricultura biológica, silvicultura sustentável, ecoturismo, artesanato etc.).

O estabelecimento de áreas protegidas privadas têm sido de grande relevância no alargamento das redes nacionais de áreas protegidas, principalmente a partir de iniciativas das ONGA na obtenção de superfícies de grande importância ecológica. Essas iniciativas tendem a ser cada vez mais significativas e, nesse sentido, devem ser tomadas

decisões que reforcem essa disposição. As áreas protegidas privadas foram compreendidas no Congresso Mundial sobre Parques da UICN *como parcelas de território de tamanho variável que são 1) predominantemente geridas para conservar a biodiversidade presente; 2) protegidas com ou sem reconhecimento formal por parte do Governo e 3) propriedade de indivíduos, comunidades, corporações ou organizações não-governamentais.*

A sustentabilidade financeira das áreas protegidas pode ainda ter em conta outros instrumentos os quais incluem as taxas turísticas, as taxas de extração de recursos (minerais, caça, pesca, etc.), as compensações ambientais e, além disso, o pagamento dos serviços consagrados pelos ecossistemas, tais como, a absorção de carbono, a proteção dos solos ou a recarga de aquíferos. No que diz respeito às taxas turísticas, estas podem ser obtidas de modo indireto, para além das possíveis taxas de acesso, designadamente, através da cobrança de taxas às estruturas turísticas, a receita obtida é posteriormente empregue em ações de conservação. As taxas de concessão, por exemplo, implicam contratos que concedem ao concessionário direitos de ocupação e uso comercial de um terreno ou instalação sob determinadas condições (Fearnhead, 2003). No entanto, embora exista essa possibilidade, na prática a aplicação destes contratos é ainda uma realidade pouco usual em Portugal.

De entre os vários valores económicos das áreas protegidas está o setor turístico, considerado um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento nas áreas protegidas, realidade esta facilmente observada na região do PNVG. Nesse sentido, tem vindo a ganhar papel de destaque a relação de parcerias entre as estruturas que gerem áreas protegidas e outros setores e agências de modo a proporcionar atividades turísticas na região. Porém, é preciso acautelar devidamente os custos ecológicos inerentes da comercialização turística, nomeadamente, as visitas e atividades recreativas e turísticas, pois, apesar de se constituírem como agentes de beneficiação económica e oportunidades para as comunidades locais, assim como, de valorização do património natural e cultural, transformando-se em objeto de conservação, estas atividades geram custos ambientais consideráveis, desta forma merecem ser levados em consideração em ações de planeamento e gestão do setor turístico no interior de áreas protegidas, sendo crucial manter um relacionamento direto e colaborativo entre

os agentes turísticos e os diversos domínios responsáveis pela gestão das áreas protegidas.

A arrecadação de novos tipos de financiamento, por si só, não é suficiente para remediar as dificuldades de gestão de áreas protegidas. Regra geral, as áreas protegidas são suportadas através de rendimentos alocados ao orçamento do Estado e mantêm-se sujeitas a um sistema de receitas centralizado, ou seja, as áreas que, eventualmente, gerarem receita através de algum tipo de atividade desenvolvida em seu território não têm do direito de reter as receitas criadas pois as mesmas são repassadas para a agência central criando um sentimento de desincentivo nos responsáveis pelas áreas em criar receitas. Atualmente apenas 2% do valor total arrecadado pelas áreas protegidas no mundo é investido na salvaguarda do seu futuro, resultado que demonstra uma clara necessidade de um maior investimento na conservação (UICN, 2015).

Capítulo II – A Conservação da Natureza

2.1 – A Evolução do Conceito de Conservação da Natureza

Os antecedentes da conservação da natureza encontram-se na pré-história, nas práticas de uso da terra e na gestão de recursos naturais, baseadas nos modelos socioculturais e sistema de crenças, de proteção e de culto religioso-espiritual dos eventos, elementos e processos naturais (Magalhães, *et. al.*, 2013).

Encontram-se também registos históricos do movimento de conservação da natureza nas práticas de proteção de espécies de plantas e animais, e na manutenção da produtividade dos agroecossistemas desenvolvidas na Europa feudal, onde foram constituídas reservas e tapadas florestais e de caça, que estabeleceram práticas e técnicas tradicionais posteriormente concretizadas em preceituários legais nestes domínios.

2.2 – A Conservação da Natureza (Enquadramento Legal)

O conceito de Conservação da Natureza e da Biodiversidade tem vindo a ser progressivamente alterado e desenvolvido, assumindo uma importância crescente na sociedade atual, na medida em que contribui para a inversão da perda de biodiversidade e fragmentação de habitat, tendo como lógica subjacente a utilização sustentável dos recursos naturais (Magalhães, 2013).

De acordo com o artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, considera-se tarefa fundamental do Estado: *“a proteção e valorização do património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”*. Da mesma forma, o artigo 66.º salienta que para assegurar o direito ao ambiente, no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: *“criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico”*; e *“promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações”*.

A Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril), documento que enquadra a temática ambiental no quadro normativo nacional, define Conservação da Natureza como a “gestão da utilização humana da Natureza, de modo a viabilizar de forma perene a máxima rentabilidade compatível com a manutenção da capacidade de regeneração de todos os recursos naturais” (Magalhães, 2013).

É a partir desta lei que emana a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), ratificada por Portugal em 1993 e adotada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, este documento está igualmente previsto tanto na Lei de Bases do Ambiente como na Convenção sobre a Diversidade Biológica, sendo considerado como uma ferramenta fundamental para a continuação de uma política integrada, em um cenário cada vez mais importante para o ambiente e para o desenvolvimento sustentável. É vista como o principal instrumento de referência a nível nacional, onde a realização das opções estratégicas consideradas conduziu à adoção de uma série de medidas e à redefinição do regime jurídico da conservação da natureza.

O enquadramento da ENCNB antecipou instrumentos de acompanhamento, avaliação e revisão da própria estratégia, chamou a atenção também para a elaboração de uma Lei-Quadro que regularize as ações de conservação da natureza. De acordo com o previsto, foi publicado o Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de Julho, que circunscreve o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e constitui a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), integrando neste a Rede Nacional de Áreas Protegidas (Magalhães, 2013). No ano a seguir é publicada a Portaria n.º 1181/2009, de 7 de Outubro relativa às áreas protegidas privadas.

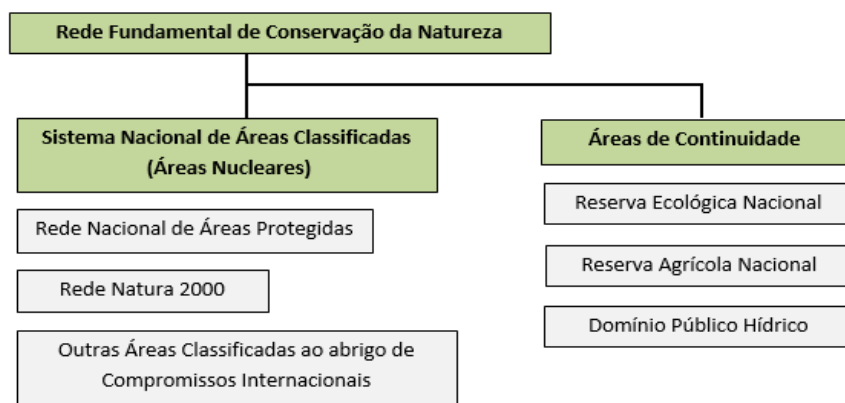


Figura 2 - Constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza / Fonte: CEAP

Para além destes, outros documentos figuram com particular relevância na esfera do desenvolvimento económico-social, como a Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96, de 8 de Julho, referente à abordagem de medidas que visam obtenção de práticas de desenvolvimento sustentável em áreas protegidas e, o Decreto n.º 117/2009, de 3 de Agosto, alusivo ao Fundo para a Conservação da Natureza.

A Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, institui a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, recentemente, revogada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de Maio, que tem por objetivo estabelecer as Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, através da definição de instrumentos de gestão territorial, particularmente, os de natureza especial, designados planos especiais de ordenamento do território. Constituem-se como, entre outras medidas, a valorização do potencial dos solos, garantia de desenvolvimento sustentável e o reforço da coesão nacional (PGDL, 2014).

O regime jurídico destes instrumentos foi publicado através do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, porém, estas políticas têm vindo a ser alvo de várias alterações nos últimos anos, a mais recente diz respeito ao Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de Janeiro, que define o regime de elaboração, aprovação execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Conforme o estabelecido nestes documentos, são estabelecidos os chamados planos especiais de ordenamento do território, compostos pelos planos de ordenamento de áreas protegidas, os planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas, os planos de ordenamento da orla costeira e os planos de ordenamento dos estuários. Estes são planos de âmbito nacional, de natureza regulamentar que, *“visam a salvaguarda de objetivos de interesse nacional com incidência territorial”* de modo a estabelecer *“regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais”* associados a um *“regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território”* (PGDL, 2014).

2.3 – A Conservação da Natureza (Quadro Institucional)

Recentemente, o Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de Fevereiro, aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE) trata-se do departamento governamental que tem por missão *“a definição, coordenação e execução das políticas de ambiente, ordenamento do território e*

conservação da natureza” numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de coesão social e territorial, neste sentido, tem por atribuições promover a proteção, a valorização e a utilização dos recursos naturais, territoriais, energéticos e geológicos com vista a um desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação do património natural, o bom estado e funcionamento dos ecossistemas, a manutenção e fomento da biodiversidade, da conservação da natureza e da proteção e valorização da paisagem.

As atribuições do MAOTE prosseguem através dos serviços integrados direta ou indiretamente na administração do Estado, dentre eles encontra-se a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a sua orgânica está prevista mediante o Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de Março, que tem por missão: *propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas setoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos.*

As responsabilidades do MAOTE relativas à conservação da natureza estão a cargo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), publicadas através do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de Junho, dentre os organismos que constituem o ICNF estão os Conselhos estratégicos das áreas protegidas, formados como órgãos de natureza consultiva que funcionam junto de cada área protegida de interesse nacional, são constituídos por um representante do ICNF responsável pela gestão da área protegida; representantes designados pelas instituições científicas e representantes indicados pelos serviços da administração central.

2.4 – Estratégias e Planos de Conservação da Natureza: O PACLIP

Através da Resolução de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, é adotada a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB). Esta estratégia assume, entre outros, *o objetivo geral de conservar a natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia* (MAOTE, 2015).

De maneira a viabilizar tais objetivos a estratégia contou com a formulação de dez opções estratégicas, com destaque para a opção estratégica n.º 5 que: *prioriza o desenvolvimento da ações específicas de conservação e gestão de espécies e habitats*

em todo o território nacional, bem como à salvaguarda e valorização do património paisagístico.

Diante deste cenário, tornou-se fundamental o desenvolvimento de iniciativas abrangentes a todo o território nacional, que serviam especificamente para a conservação e gestão de espécies e habitats, aplicadas através de planos específicos de ação.

É neste contexto, que são estabelecidas intervenções prioritárias de conservação da natureza e biodiversidade, como por exemplo, o Plano de Ação para a Conservação do Lince-Ibérico, *Lynx pardinus*, em Portugal (PACLIP), aprovado através do Despacho N.º 12697/2008, de 23 de Abril de 2008, este plano surge em consonância com as orientações da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Estratégia da União Europeia em Matéria de Diversidade Biológica.

O plano tem por finalidade possibilitar a conservação da espécie em território nacional, de modo a *inverter o processo de declínio continuado das suas populações e a recuperação dos núcleos históricos da espécie*. Entre outras aplicações, faz-se uma ressalva quanto à pertinência da gestão multifuncional das extensões agrícolas e florestais, complementada com uma adequada gestão cinegética, onde os valores conservacionistas desta espécie são incorporados nas condutas de gestão, elemento vital no processo de recuperação e manutenção do *habitat*.

O PACLIP funciona como uma ferramenta utilizada na aplicação das orientações estratégicas do Plano Europeu para a Conservação do Lince-ibérico através da Convenção Relativa à Proteção da Vida Selvagem e do Ambiente Natural na Europa (Convenção de Berna, Recomendação n.º 74/99). Em Portugal este plano encontra-se enquadrado num conjunto de documentos programáticos, jurídicos e de ação, onde evidenciam-se os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, particularmente, na região do troço médio do Guadiana, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 161/2004, de 10 de Novembro relativa ao Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG). Em território nacional a espécie encontra-se numa situação de pré extinção, classificada como “ criticamente em perigo” (CR) pelo Livro Vermelho dos Vertebrados em Portugal (2005).

O PACLIP visa contribuir para a recuperação das populações de lince-ibérico em Portugal, assegurando a viabilidade da espécie

no contexto ibérico, enquanto elemento fundamental dos ecossistemas mediterrânicos (PACLIP, 2015).

Estão previstas ações a desenvolver no âmbito deste plano entre 2015 e final de 2020, sendo o ICNF o órgão responsável pela coordenação do mesmo. Finalizado este período está previsto a revisão e atualização, com base nas recomendações do plano.

2.5 – Outros Estatutos de Conservação da Natureza

A consagração dos conceitos de áreas protegidas de âmbito regional e local, geridas pelas autarquias ou associações de municípios é patente a partir da promulgação da Lei de Bases do Ambiente (1987), somando assim, mais duas categorias de classificação, para além da configuração já reconhecida de AP de âmbito nacional. O diploma previa também o reconhecimento de áreas protegidas de estatuto privado, por iniciativa dos próprios proprietários.

No início da década de 90, a publicação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, veio concretizar juridicamente a criação da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Posteriormente, revogado pelo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, no qual se simplificaram as tipologias de áreas protegidas e se definiu a gestão e os processos de classificação das mesmas. (Magalhães *et al.*, 2013).

Atualmente em Portugal, as categorias de AP existentes são: Parque nacional, Parque natural, Reserva natural, Paisagem protegida e Monumento natural. A exceção do “Parque Nacional”, estas tipologias de AP são válidas tanto no círculo regional como local, sendo que as mesmas devem passar a adotar a designação de “regional” ou “local”, de acordo cada situação. Conserva-se da mesma forma, o estatuto que prevê a criação de AP privadas, quando solicitado pelo proprietário. Para além das categorias atrás referidas, existe ainda a categoria de “Sítio Classificado”, criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 613/76, não é atualmente uma categoria oficial de área protegida na RNAP. Assim, os sítios classificados já deveriam ter sido objeto de reclassificação para outra tipologia de área protegida, estando, neste momento desprotegido do ponto de vista jurídico.

Atualmente em Portugal estão classificadas 49 áreas protegidas, ocupando uma área de 757024 hectares, correspondendo a cerca de 8% do território nacional (IGEO, 2009).

Área Protegida	Número de Áreas Protegidas	Áreas (ha)	% da RNAP
Parque Nacional	1	69588	9,19%
Parque Natural	13	596608	78,8%
Reserva Natural	9	74081	9,78%
Reserva Natural - Local	2	121	0,02
Paisagem Protegida	2	1897	0,25
Paisagem Protegida Regional	9	13299	1,76
Monumento Natural	7	1156	0,15
Área Protegida Privada	1	215	0,03
Sítio Classificado *	5	129	0,02
Total	49	757094	100
Sobreposições	-	70	-
Total sem sobreposições	-	757024	-

Quadro 1 - Tipologia e área das várias tipologias de áreas protegidas em Portugal Continental / Fonte: CEAP

2.5.1 – Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia criada na sequência da aplicação das Diretivas n.º 79/409/CEE (Diretiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Diretiva Habitat) e tem como objetivo assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos *habitats* mais ameaçados da Europa (Magalhães *et al.*, 2013). Esta constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia e consiste num conjunto de áreas criadas por imposição comunitária, a partir do contributo individual e obrigatório de todos os países membros (ICNF, 2012).

A Rede Natura 2000, que também se aplica ao meio marinho, é composta por:

- 1) Zonas de Proteção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam a garantir a conservação das espécies de aves e os seus *habitats*;
- 2) Zonas Especiais de Conservação (ZEC), previamente denominadas por Sítios de Importância Comunitária (SIC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitat, com o objetivo de “ contribuir para assegurar a Biodiversidade através da conservação dos *habitats*”

naturais de espécies da flora e da fauna selvagens, considerados ameaçados no espaço da União Europeia” (ICNF, 2012).

Neste estatuto de conservação, é expectável que as atividades humanas devem respeitar a preservação dos valores naturais de maneira a alcançar uma gestão sustentável do território. Contudo, a execução desses objetivos requiere a elaboração e execução de políticas de conservação articuladas com as restantes políticas setoriais e com as comunidades locais e as suas atividades no território, como a agro-silvo-pastorícia e o turismo (ICNF, 2012). A cada seis anos, os Estados-Membros deverão comunicar à Comissão Europeia a realidade atual do estado de conservação, de maneira a avaliar o papel que a Rede Natura 2000 tem vindo a desempenhar ao longo do tempo. Para isso são desenvolvidas ações de monitorização e acompanhamento dos *habitat* e das espécies, visando desenvolver esse acompanhamento.

Em Portugal Continental, foram classificadas 60 ZEC e 40 ZPE, localizados sobretudo em zonas húmidas, áreas montanhosas ou na faixa litoral. Esta rede ecológica ocupa 2070429 hectares em Portugal Continental, dos quais cerca de metade corresponde a Zonas Especiais de Conservação, ao passo que as Zonas de Proteção Especial correspondem a 24% da área total.

Existe ainda uma grande extensão de território (593850 hectares – 28, 7% da área ocupada pela Rede Natura 2000) com áreas afetas simultaneamente à Diretiva Aves e à Diretiva *Habitat*, onde ZEC’s e ZPE’s se sobrepõem espacialmente e em alguns casos essa sobreposição acontece também à RNAP (Magalhães *et al.*, 2013).

Rede Natura 2000	Área (ha)	% da Rede Natura 2000
ZEC	978867	47.3
ZPE	497712	24.0
ZEC+ZPE	593850	27.8
Total	2070429	100

Quadro 2 - Áreas da Rede Natura 2000 em Portugal Continental / Fonte: CEAP

A Rede Natura 2000 compreende uma área considerável (perto de 20% de Portugal Continental), valor bastante superior ao da Rede Nacional de Áreas Protegidas, porém considerado insuficiente, por si só, para obter a desejável manutenção da diversidade biológica e conservação de *habitat*. Por outro lado, considera-se que a

forma como a Rede Natura 2000 se apresenta lhe confere uma importante limitação: a falta de conectividade entre as áreas que a compõem (UICN, 2011). Apesar da sua indiscutível relevância na conservação dos *habitat* e da biodiversidade, ao ignorar o conceito de continuidade natural e conectividade, a Rede Natura 2000 consiste mais numa estrutura estática do que numa rede ecológica propriamente dita (Magalhães *et al.*, 2013).

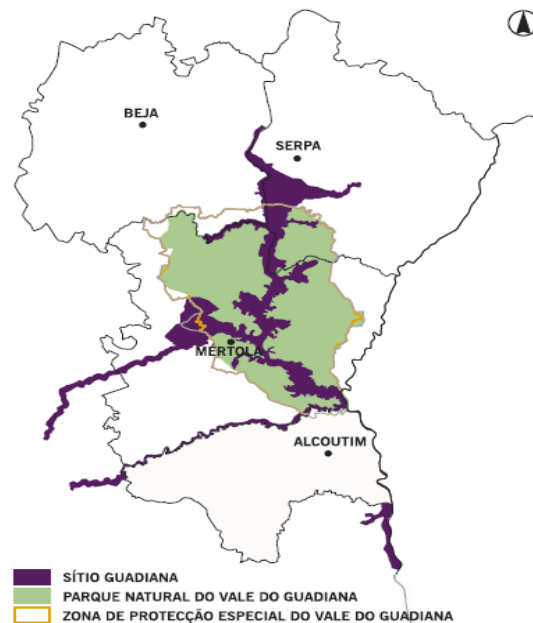


Figura 3 - Estatuto de proteção da área de intervenção do Plano de Gestão do Vale do Guadiana / Fonte: ICNF

2.5.2 – Convenção de Ramsar

As zonas húmidas estão entre os habitats mais produtivos do mundo. São grandes reservatórios de diversidade biológica, de onde provêm importantes benefícios para as comunidades humanas como o armazenamento de água, a agricultura e a pesca, a manutenção dos aquíferos e a retenção de nutrientes nos leitos de cheia, entre outros (Magalhães *et al.*, 2013). Em todo o caso, são consideradas áreas de grande vulnerabilidade ecológica, normalmente sujeitas a ações de drenagem, poluição e sobre-exploração, sendo de enorme relevância as atuações que visem a sua conservação.

A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um tratado intergovernamental adotado em 2 de Fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar, sendo por este motivo esta Convenção conhecida como “Convenção de Ramsar”. No ano de 1975, a convenção entrou em vigor estando atualmente presente em 168 países contratantes em todos os

continentes. Ao todo foram declarados pelas partes contratantes cerca de 2.161 Sítios de importância internacional, ocupando uma área superior a 205 milhões de hectares de Zonas Húmidas. (Ramsar, 2013). As nações que ratificaram a convenção responsabilizam-se a eleger zonas húmidas para o abrangimento na lista de zonas húmidas com importância internacional e a trabalhar no sentido do seu uso sustentável, através do planeamento territorial, desenvolvimento de políticas, publicação de legislação e ações de gestão e educação das suas populações. Comprometem-se também a cooperar internacionalmente relativamente a zonas húmidas transfronteiriças.

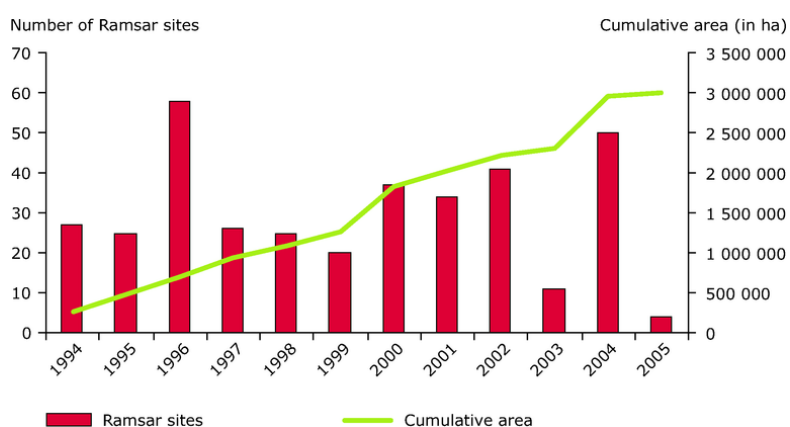


Figura 4 - Número de sítios Ramsar e evolução da área acumulada / Fonte: EEA

De acordo com o texto aprovado pela Convenção as Zonas Húmidas são definidas como: *“zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros”*. A última revisão feita a este diploma consagra também: *as “Zonas Húmidas podem incluir zonas ribeirinhas ou costeiras a elas adjacentes, assim como ilhéus ou massas de água marinha com uma profundidade superior a seis metros em maré baixa, integradas dentro dos limites da zona húmida, principalmente onde estas tiverem importância como habitat de aves aquáticas (ICNF, 2014).*

O Estado Português assinou a Convenção sobre Zonas Húmidas em 1980, através da publicação do Decreto-Lei n.º 101/80 de 9 de Outubro e ratificou-a em 24 de Novembro do mesmo ano. Portugal Continental conta atualmente com a classificação de 18 Sítios Ramsar, abrangendo uma área total de 117.689 hectares, correspondendo a pouco mais de 1% do território nacional (Magalhães *et al.*, 2013). Na área de

intervenção do Parque Natural do Vale do Guadiana, existe o Sítio Ramsar da Ribeira de Vascão (44330 ha), classificada no ano de 2012.

O governo português mantém a obrigação de: *a)* designar Zonas Húmidas para a inclusão na Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional. Estes Sítios são reconhecidos a partir de critérios de representatividade do ecossistema, de valores faunísticos e florísticos e da sua importância para a conservação de aves aquáticas e peixes; *b)* elaborar Planos de Ordenamento e de Gestão para as Zonas Húmidas, com vista à sua utilização sustentável; *C)* Promover a conservação de Zonas Húmidas e de aves aquáticas, estabelecendo Reservas Naturais, e providenciar a sua proteção apropriada (ICNF, 2014).

Data da Classificação	Sítio Ramsar	Área (ha)
24-11-1980	Estuário do Tejo	14416
24-11-1980	Ria Formosa	14685
08-05-1996	Paúl de Arzila	600
08-05-1996	Paúl de Madriz	243
08-05-1996	Paúl Boquilobo	626
08-05-1996	Lagoa de Albufeira	1408
08-05-1996	Estuário do Sado	25658
08-05-1996	Ria de Alvor	1430
08-05-1996	Lagoa de Sto. André e Sancha	2705
08-05-1996	Sapal de Castro Marim	2142
24-10-2001	Paúl da Tornada	54
24-10-2001	Paúl do Taipal	232
02-12-2005	Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos	346
02-12-2005	Planalto da Serra da Estrela e troço superior rio Zêzere	5075
02-12-2005	Polje de Mira-Minde e nascentes associadas	662
02-12-2005	Estuário do Mondego	1518
27-07-2012	Pateira de Fermentelos e vale dos rios Águeda e Cértima	1559
30-10-2012	Ribeira de Vascão	44330

Quadro 3 - Zonas húmidas classificadas como Sítios Ramsar em Portugal Continental / Fonte: CEAP

Em Março de 2014, ao todo, entre Portugal Continental e ilhas, eram contabilizados 31 Sítios Ramsar, totalizando uma área total de 132. 487, 7 ha (ICNF, 2014).

2.5.3 – Programa “MAB” e a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO

No princípio da década de 70, mas precisamente em 1971, é criado o programa MAB Homem e Biosfera, por iniciativa da UNESCO, centrado na relação entre as sociedades humanas e os ecossistemas. Trata-se de um programa interdisciplinar de pesquisa e formação que tem como principal objetivo a contribuição para a conservação da biodiversidade, o fomento do desenvolvimento económico sustentável e o suporte para a investigação, monitorização e educação ambiental (UNESCO, 1996). A partir do desenvolvimento deste programa surge a Rede Mundial de Reservas da Biosfera, uma estrutura essencial para a concretização dos objetivos estabelecidos pelo programa, que de acordo com a UNESCO, em 2012, contava com 610 sítios em 117 países (UNESCO, 2012).

Em 1995, foi realizada na cidade espanhola de Sevilha, uma Conferência Internacional das Reservas da Biosfera, que tinha como principal objetivo vincular o compromisso assinado pelos países e, perante as grandes mudanças mundiais ocorridas nesse período juntamente com as recentes tendências do desenvolvimento, estabelecer novas orientações para o reconhecimento e implementação das Reservas da Biosfera. Esta conferência foi essencial em vários sentidos, particularmente, na definição de uma estratégia e de um quadro legal que estabeleceram definições critérios e processos de implementação e gestão das Reservas da Biosfera. Durante a conferência ficou também estabelecido a realização a cada dez anos, de uma revisão periódica às reservas, através de um relatório a ser elaborado pela autoridade responsável (UNESCO, 1996).

Perante o exposto, a Reserva da Biosfera concilia três funções complementares: conservação, desenvolvimento e suporte logístico, mediante a definição de um modelo que incorpore áreas com diferentes graus de proteção, preconizando o seu desenvolvimento sustentável. As Reservas da Biosfera devem obedecer a critérios científicos e estratégicos para sua classificação, mantendo-se essencial o desenvolvimento de um modelo de gestão com a participação do governo e das entidades locais. Este modelo tem a função fomentar a partilha de experiência e

conhecimento a nível internacional, com um forte enfoque na preservação da diversidade ecológica e cultural (STRA-REP, 1998).

De acordo com a organização espacial, as áreas compreendidas pelas Reservas da Biosfera deverão conter:



Figura 5- Organização espacial das Reservas da Biosfera / Fonte:RBMA

Em Portugal existe atualmente quatro Reservas da Biosfera, que juntas ocupam uma área de 70.486 hectares.

Data de Classificação	Reserva da Biosfera	Área (ha)
1981	Paul do Boquilobo	818
2009	Peneda-Gerês (Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurês)	69 588
2011	Berlengas	80
2015	Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica	1 132 606

Quadro 4 - Reservas da biosfera em Portugal Continental / Fonte: CEAP

2.5.4 – Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa

Em 1973, durante a realização da primeira conferência do Conselho da Europa sobre o ambiente em Viena, na Áustria, nasce a ideia de criação de um programa, cujos objetivos era a conservação de amostras representativas de *habitat* naturais europeus. Esta ideia atingiu outros patamares no decorrer da década de 1970 e em 1979 com o desenvolvimento da rede europeia de reservas biogenéticas, através da resolução (76)

17 (Council of Europe, 1976) e as respetivas regulamentações, através da resolução (79) 9 (Council of Europe, 1979).

Os Estados Membros passam então a ser responsáveis pela cooperação na identificação e proteção de *habitat* naturais identificados como essenciais para a conservação da natureza na Europa. De acordo ainda com a resolução (76) 17, uma reserva biogenética é definida como uma área protegida com estatuto jurídico, caracterizada pela existência de um ou mais *habitat*, biocenose ou ecossistemas típicos, únicos e raros e/ou ameaçados (Magalhães *et al.*, 2013).

As reservas biogenéticas têm como principais objetivos: 1) Preservar o balanço biológico e assegurar a conservação efetiva dos *habitat* terrestres ou aquáticos, biocenoses e ecossistemas, garantindo a sua evolução genética; 2) Estimular a investigação científica, estabelecendo verdadeiros laboratórios naturais com vista a: a) Melhor definir as interações ecológicas; b) Elaborar planos científicos para uma correta proteção e gestão dos ecossistemas; c) Monitorizar alterações nos ecossistemas; d) Integrar e instituir as populações humanas.

Atualmente, em Portugal Continental estão constituídas oito reservas biogenéticas, as quais abrange uma área a volta dos 45.000 hectares.

Data de Classificação	Reserva Biogenética	Área (ha)
1988	Berlengas	77
1988	Matas de Palheiros/Albergaria	901
1988	Ponta de Sagres	4831
1988	Serra da Arrábida	11153
1988	Serra da Malcata	16155
1990	Paul de Arzila	587
1992	Mata da Margaraça	70
1993	Planalto Central da Serra da Estrela	10881

Quadro 5 - Reservas biogenéticas em Portugal Continental / Fonte: CEAP

2.5.5 – Áreas Importantes Para Aves (IBAs)

Criado em 1981, o programa IBA (do inglês *Important Bird Area*) é desenvolvido pela *BirdLife International*. As IBAs são constituídas por sítios de relevância internacional para a conservação das aves à escala global. Estas áreas são relacionadas através da aplicação de critérios científicos internacionais e a união destas áreas integra a rede de sítios fundamentais para a conservação de aves selvagens com estatuto de conservação desfavorável (Magalhães *et al.*, 2013).

A frequência de aves selvagens revelou ser um indicador pertinente da diversidade biológica animal e vegetal de uma região. De acordo com a *BirdLife International*, o programa tem por objetivo identificar, monitorizar e proteger uma rede global de sítios importantes para as aves selvagens e para a biodiversidade (Magalhães *et al.*, 2013).

O funcionamento deste programa tem por base classificar as várias tipologias de áreas importantes para aves, como: locais onde as espécies migratórias se reúnem com maior frequência; sítios onde se concentram espécies ameaçadas e de importância europeia ou global de conservação; zonas de pequena dimensão que reúnem espécies únicas; locais que representem um bioma característico e distinto e que albergue espécies migratórias (STRAP-REP, 1999)

Figuras de Conservação da Natureza	Área (ha)	% em relação à área total da conservação da natureza	% sem combinação com outras figuras de conservação da natureza	% com combinação com outras figuras de conservação da natureza
Rede Natura 2000	2070429	46	32	68
RNAP	757024	17	10	90
Ramsar	117689	3	25	75
IBAs	1470650	32	15	85
Reservas Biosfera	70485	2	0	100
Reservas Biogenéticas	44659	1	0	100
Total	4530936	100	-	-

Quadro 6 - Área das figuras de conservação da natureza em Portugal continental / Fonte: CEAP

2.5.6 - Geossítios

A geodiversidade diz respeito à variedade natural de minerais, rochas, fósseis e geoformas, sendo o seu valor diversificado, contemplando fatores intrínsecos, culturais, ecológicos, estéticos, económicos, funcionais, científicos e educativos (Gray, 2004). Diversos estudos realizados durante as últimas décadas demonstram que os elementos distintos da geodiversidade estão expostos a diferentes formas de ameaças, resultantes tanto em decorrência de processos naturais como também de intervenções humanas.

O Termo geossítios é utilizado na designação desses elementos notáveis da geodiversidade. São constituídos por áreas onde os minerais, as rochas, os fósseis ou as geoformas possuem características próprias que nos permitem conhecer a história geológica do nosso planeta (Magalhães *et al.*, 2013). Os geossítios, para além de possuírem valor científico, podem igualmente ter valor educativo e turístico, e devem ser conservados para usufruto das gerações futuras (Brilha, 2005). O património geológico constituído pelo conjunto de geossítios de um país, juntamente com o património biológico, dão forma ao património natural deste país. Desta forma, a geoconservação é encarada como o conjunto de medidas que têm por finalidade a proteção do património geológico, e ao mesmo tempo, a promoção do uso racional desta componente não viva do património natural (Magalhães *et al.*, 2013).

A geoconservação compreende diversas etapas que passam pela inventariação, caracterização, classificação, conservação e divulgação de geossítios. E está, simultaneamente, relacionada com diversos eixos estruturantes da sociedade como a conservação da natureza, o ordenamento do território, as políticas educativas e o turismo de natureza (Brilha e Galopim de Carvalho, 2010).

2.5.7 – A Geoconservação em Portugal

Quando comparado com outros países, as políticas públicas de conservação da natureza em Portugal tiveram o seu início tardiamente, através da Lei n.º 9/70. De 19 de Junho, esta veio a ser a primeira legislação a ser publicada que preconizava a necessidade de promover a proteção da natureza, nomeadamente através da criação de áreas protegidas.

Infelizmente, a criação de áreas protegidas em Portugal sempre desconsiderou a necessidade de proteger geossítios, sendo estas áreas criadas, quase que na sua

totalidade, exclusivamente por necessidade de proteção da biodiversidade. Alguns geossítios estão em áreas protegidas apenas por acaso, enquanto que outros estão fora, a poucos metros do limite da área protegida, apenas porque não foram tidos em conta no momento de se definirem os limites da área protegida (Magalhães *et al.*, 2013).

Durante os anos 90 do século passado, foram criadas algumas áreas protegidas, classificadas como Monumento Natural, de maneira a certificar a proteção legal de algumas ocorrências geológicas, principalmente fósseis de pegadas de dinossauros (Brilha, 2005). Existindo atualmente em Portugal sete monumentos naturais, todos destinados a proteção de geossítios de importância nacional.

No ano 2000, o continente europeu avançou para uma nova estratégia de gestão territorial focada na conservação do património geológico, nasce a partir de então, o conceito de geoparque. Um geoparque tem uma área bem definida, onde conjuga-se geoconservação com desenvolvimento económico sustentável das populações que a habitam, tendo sempre presente, as relações entre a geoconservação e o restante património natural (fauna e flora) e cultural (arqueológico, arquitetónico, etnográfico, gastronómico, etc.) (Magalhães *et al.*, 2013).

Nestes territórios enfatiza-se o desenvolvimento de atividades geradoras de renda baseadas na geodiversidade da região, em particular de natureza turística, com a implicação empenhada das comunidades locais. Em 2004, a UNESCO estabelece a Rede Global de Geoparques, que tem por objetivo a distinção de áreas naturais com elevado valor geológico, nas quais esteja em prática uma estratégia de desenvolvimento sustentável, baseado nos aspetos geológicos em conjunto com valores naturais e humanos. A rede conta atualmente com 100 geoparques em 29 países da Europa, Ásia e América. A presença portuguesa na Rede Global de Geoparques é constituída pelo Geoparque Naturtejo (desde 2006), Geoparque Arouca (desde 2009) e Geoparque Açores (desde 2013).

Ainda no ano de 2011, é criado sob a égide da Comissão Nacional da UNESCO o Fórum Português de Geoparques (FPG), que tem, entre outros objetivos, promover o desenvolvimento de novos geoparques em Portugal e fornecer apoio técnico e científico a novas candidaturas nacionais às redes internacionais de Geoparques (Comissão Nacional da UNESCO).

2.5.8 – Áreas de Continuidade

As áreas de continuidade têm por objetivo estabelecer ou salvaguardar a ligação e o intercâmbio genético de populações de espécies faunísticas e florísticas entre as diversas áreas nucleares de conservação, fortalecendo a continuidade espacial, a coerência ecológica das áreas classificadas e a conectividade das componentes da biodiversidade no território, bem como uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas (Magalhães *et al.*, 2013).

2.5.9 – Domínio Público Hídrico

Em 31 de Dezembro de 1864 foi publicado o Decreto Real cujo objetivo principal consistia em salvaguardar os bens de interesse público da venda arbitrária a quem tinham vindo a ser sujeitos por decisão sustentada pelo poder absoluto do rei, por vezes, não coincidente com o interesse do próprio Estado. Simultaneamente, o Decreto definiu como públicas as águas do mar e respetivos leitos e margens, reconhecendo o seu elevado grau de interesse público para o país, na perspetiva da relevância estratégica da costa, quer no âmbito da defesa nacional, quer no âmbito económico, principalmente, o setor das pescas (com destaque para atividade pesqueira do atum), e na perspetiva da relevância estratégica das águas interiores navegáveis, como vias de comunicação de transporte de pessoas e bens (APA, s/data).

A figura de “domínio público” teve, assim, origem na redação do Decreto Real que, em 1864, criou o conceito de “domínio público marítimo” (APA, s/data). Desta forma, ficou instituído o conceito de “Margem das Águas do Mar” correspondendo a uma faixa com condicionantes especiais, de proteção de acessos, constituindo propriedade pública. Na sequência deste decreto, foram diversas as publicações de legislação relacionadas a esta temática, entre os vários diplomas, destaca-se o Decreto-Lei n.º 5787 de 10 de Maio de 1919 que regularizava o uso da água.

Através do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, toda a legislação relativa ao domínio hídrico foi revista, atualizada e unificada, estabelecendo-se o regime designado por Domínio Público Hídrico (DPH). Juntamente com todas estas questões foram incluídas também matérias relativas à temática ambiental, de conservação, bem como clarificados alguns procedimentos, entre os quais, o reconhecimento das parcelas privadas na margem das águas do mar (APA, s/data).

Posteriormente, os dois primeiros capítulos desse diploma (princípios gerais e servidões administrativas e restrições de utilidade pública) viriam a ser revogados mediante a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2005 de 15 de Novembro, que estabeleceu a titularidade dos recursos hídricos. Neste diploma, o DPH constitui uma servidão administrativa sobre os recursos hídricos, públicos ou privados, e compreende o domínio público marítimo, o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas, que abrangem os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas.

No entanto, em Portugal, estas configurações não se encontram circunscritas espacialmente, deixando as ações de gestão de riscos e de ordenamento do território em um estado de fragilidade. Esta situação influencia negativamente tanto a gestão do próprio DPH, assim como também na gestão do RFCN, uma vez que, a figura do DPH é parte integrante do mesmo (Magalhães *et al.*, 2013).

2.5.10 – Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Criada pelo Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, a figura jurídica que configura a Reserva Agrícola Nacional (RAN), tem sido o principal instrumento de proteção do solo em Portugal (Magalhães *et al.*, 2013).

Estabelecido através do Decreto-Lei n.º 451/82, esta política de âmbito nacional consiste em uma restrição de utilidade pública dos solos que, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentem maior aptidão agrícola, instituindo uma série de condicionalismos às atividades de caráter não agrícola dos mesmos. São objetivos da Reserva Agrícola Nacional: *a)* Proteger o recurso solo, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola; *b)* Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola; *c)* Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território; *d)* Contribuir para a preservação dos recursos naturais; *e)* Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos; *f)* Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza; *g)* Adotar medidas cautelares de gestão com vista a perenidade do recurso “solo” (DGADR, s/data).

Contudo, o objetivo fundamental deste instrumento prende-se com a proteção do recurso “solo”, elemento essencial na produção de bens alimentares, fibra e madeira, da mesma forma, importante elemento na regulação dos ciclos da água e do carbono e na sustentação da biodiversidade, entre outros serviços (Magalhães *et al.*, 2013).

O Decreto-Lei n.º 73/2009 instituiu o novo regime jurídico da RAN, a partir de então, a classificação dos solos é feita de acordo com a cartografia de solos existente no país. Nas regiões onde a cartografia foi elaborada com o sistema de classificação da FAO, a RAN integra as classes A1 e A2, designadas respetivamente, como unidades de terra com elevada ou moderada aptidão agrícola, nos casos em que essa classificação não exista, a RAN é constituída pelos solos das classes de capacidade de uso A, B, Ch e as áreas de baixas aluvionares e coluviais e ainda em casos particulares, onde as classes e unidades citadas anteriormente estejam em maior número, mesmo que em complexo com outras classes e unidades de solo diferentes (DL n.º 73/2009).

O novo regime contempla as áreas de RAN designadas por “integração específica” com objetivo de inclusão das terras e solos de outras classes em casos de relevância para a economia local ou regional quando: *a)* tenham sido efetuados importantes investimentos destinados a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos ou a promover a sua sustentabilidade; *b)* o aproveitamento seja determinante para a viabilidade económica de explorações agrícolas existentes; *c)* assumam interesse estratégico, pedogenético ou patrimonial (DL n.º 73/2009).

Porém, algumas debilidades são apontadas ao modelo da Reserva Agrícola Nacional, nomeadamente, a não inclusão de perímetros urbanos, deixando os solos aptos para a produção agrícola absolutamente desamparados e submetidos às pressões exercidas pela expansão urbana nessas áreas; a falta de articulação entre os municípios; a possibilidade de instalações não agrícolas, baseados em um vasto e indefinido conceito de “relevante interesse geral”; o reconhecimento que a atividade florestal e respetivas fileiras (incluindo as florestações com espécies exóticas de rápido crescimento), constitui parte integrante da atividade agrícola e, como tal, o seu desenvolvimento seja permitido em áreas de RAN.

Apesar da existência de fragilidades nesta política, considera-se que o regime da RAN tem desenvolvido uma função primordial na proteção do solo e dos recursos

naturais ao longo das últimas décadas, sendo vista a sua integração como “área de continuidade” na RFCN algo de bastante positivo (Magalhães *et al.*, 2013).

2.5.11 – Reserva Ecológica Nacional (REN)

A Reserva Ecológica Nacional (REN) foi constituída como um instrumento de Ordenamento do Território no ano de 1983 através do Decreto-Lei n.º 321/83. De acordo com este diploma ficavam então reunidas *“todas as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista o correto ordenamento do território”*.

A legislação referente às áreas da REN surge um ano após a criação da RAN, e desde a sua composição fica então acordado que ambas funcionariam de forma concertada, enquanto instrumento fundamental do ordenamento do território à escala nacional (Magalhães *et al.*, 2013). A evolução do quadro legal em matéria de ordenamento do território levou a uma revisão do regime jurídico da REN, concretizado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto. Este novo diploma estabelece a REN como: *uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais são objeto de proteção especial (CNREN, s/data)*.

A REN surge então neste período, pelas mãos do então Ministro da Qualidade de Vida o Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, na sequência da promulgação do diploma que estabelecia as Áreas Ecológicas Especiais (Decreto-Lei n.º 613/76), como *“áreas de alto valor ecológico, quer quanto à produtividade, quer quanto à natureza e qualidade dos produtos, em que deverá assegurar-se a manutenção da fertilidade e da capacidade de renovação dos recursos naturais e que garantem o equilíbrio biológico da paisagem regional”*.

Perante este cenário, a Reserva Ecológica Nacional visa contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território e tem por objetivos: *a)* Proteger os recursos naturais água e solo e salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas; *b)* Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa de vertentes, contribuindo para a

adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens; c) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza; d) Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológico e da gestão transeuropeia de riscos (CNREN, s/data).

Apesar de ter vindo a ser alvo de diversas críticas por parte de técnicos, grupos políticos e pessoas individuais, as políticas da REN desde a sua criação até os dias de hoje, têm demonstrado uma grande capacidade em conter vastos problemas ambientais, como por exemplo a edificação em leito de cheia e a erosão hídrica do solo. Tem sido responsável também por diversos benefícios ambientais tais como o armazenamento da água no solo, a proteção e qualidade da água e a preservação dos sistemas naturais do litoral (Magalhães *et al.*, 2013). O contexto histórico o qual surge a REN é fortemente marcado por um intensivo crescimento urbano, onde tornava-se cada vez mais essencial a coordenação de ações de ordenamento do território conjuntamente com as corretas práticas de usos dos solos, salientando desta forma, a sua importância vital como instrumento de ação preventiva.

Na sequência desta fase inicial, a REN viria a sofrer diversas transformações, principalmente no seu modo operacional, como por exemplo, dando competência de delimitação das áreas às câmaras municipais. No ano de 2012 é publicado o Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional onde fica estabelecido através do Decreto-Lei n.º 239/2012, o agrupamento dos elementos da REN em três tipos de áreas: 1) áreas de proteção do litoral; 2) de áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e 3) áreas de prevenção de riscos naturais.

De acordo com Magalhães (2013), as políticas da REN apresentam algumas fragilidades entendidas como: o risco de desaparecimento, pela intenção de a transformar num plano setorial de riscos; a falta de critérios de delimitação sólidos, coerentes e de fácil aplicação; o fato de não estar incluída nos planos nacionais e regionais de ordenamento; a desarticulação entre municípios; e a exclusão da sua delimitação nas áreas urbanas.

Por outro lado, são igualmente reconhecidas, as potencialidades do regime da REN como: a proteção de diferentes ecossistemas; o seu caráter de estrutura física da paisagem com potencialidade de ser entendida enquanto “área de continuidade” do

RJCNB; constituir parte da Estrutura Ecológica, na aceção da metodologia do sistema-paisagem; e ser a base para a determinação dos serviços dos ecossistemas (Magalhães *et al.*, 2013).

Capítulo III – Caracterização Geral

3.1 – Localização e Limites da Área de Intervenção

O Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG) possui uma área com 69.773 ha, estende-se ao longo do rio Guadiana, desde as freguesias de Santa Maria e Salvador, localizadas a Sul do concelho de Serpa, até à ribeira do Vascão, que constitui a fronteira do concelho de Mértola com o Algarve. O PNVG encontra-se maioritariamente dentro dos limites do concelho de Mértola, ocupando cerca de metade do território deste concelho, abrangendo as freguesias de Alcaria Ruiva, Espírito Santo, S. João dos Caldeireiros, Santana de Cambas, Corte do Pinto e Mértola. O seu ponto mais a Este é a mina de São Domingos e num dos seus pontos mais a Oeste eleva-se a serra de Alcaria Ruiva, a que corresponde a cota de 370 m, a mais elevada de todo o parque (ICNF, 2012; Cardoso *et al.*, 2008).

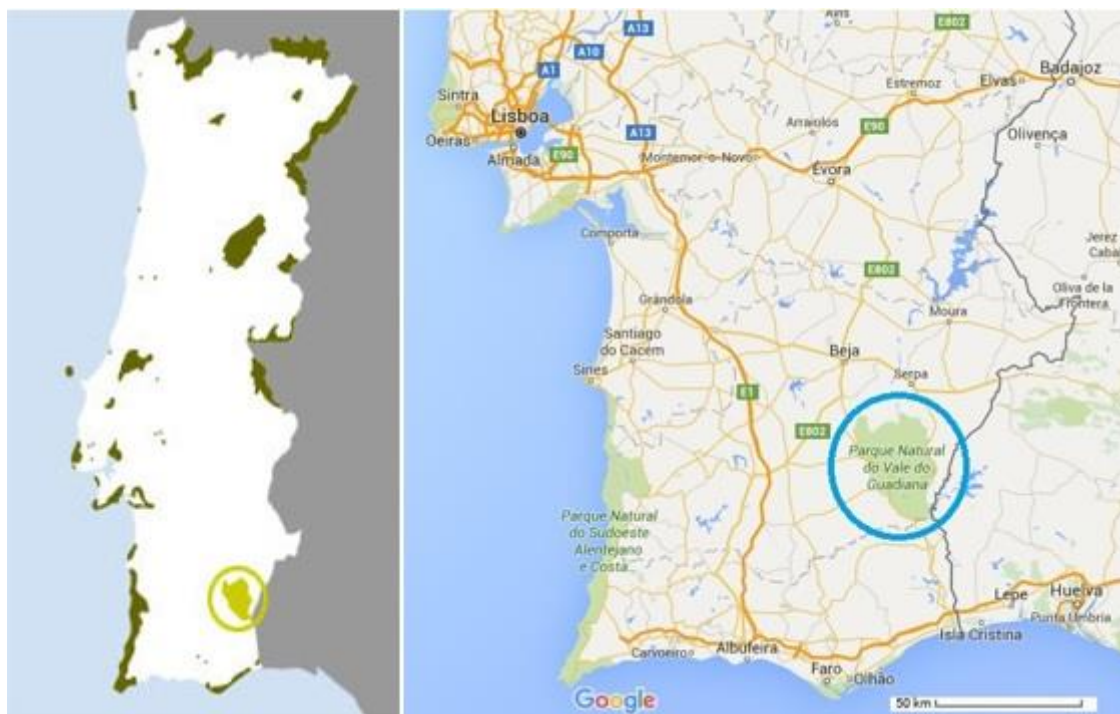


Figura 6 - Mapa de localização do Parque Natural do Vale Guadiana / Fonte: ICNF e Google

O troço médio do vale do Guadiana possui evidente interesse faunístico, florístico, geomorfológico, paisagístico e histórico-cultural. Estes fatores, conjugados com a vincada identidade desta paisagem e pelo fato desta se encontrar ameaçada, pelo progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo justificou a sua classificação, através do Decreto-Lei nº 28/95 de 18 de Novembro, como forma de

salvaguardar os valores existentes e promover o desenvolvimento sustentado da região (ICNF, 2013).

Na área de abrangência do parque, existe ainda a Zona de Proteção Especial (ZPE) “Vale do Guadiana”, criada através do Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro e o “Sítio Guadiana”, que está inserido na Lista Nacional de Sítios no âmbito da Rede Natura 2000. Estes estatutos de conservação realçam ainda mais a importância dada à biodiversidade da região.

3.2 – Contextualização Histórica

A ocupação humana ininterrupta deste território iniciou-se no Paleolítico Superior (Cardoso *et al.*, 2008). Antes dos romanos, a exploração de minérios vários, em especial do cobre e a agricultura com as arroteias, eram as principais atividades humanas desta região, situação que se prolongou durante vários séculos. O Guadiana desempenhou um papel fulcral na exportação de trigo e de minérios na época romana, tornando a região de Mértola um ponto estratégico na produção e exportação destes dois bens, para o Sul do país e para a Andaluzia, aproximando Mértola mais de Castro Marim e da Andaluzia do que da própria capital de distrito, Beja (Simas, 2000).

Com os descobrimentos cresceu o número de áreas arroteadas, visando à aquisição de madeira para construção naval. No decurso dos séculos seguintes as áreas arroteadas continuaram a sua expansão e no século XVIII, os arroteamentos das Serras de Serpa e de Mértola, para a produção de carvão. Eram já considerados atentados ambientais (Simas, 2000).

De modo a simplificar o entendimento dessa evolução, serão aqui expostos três importantes períodos históricos para a região: 1) Exploração Moderna da Mina de São Domingos e Período Cerealífero (1864-1960); 2) Encerramento da Mina e Êxodo Rural (1960-1985); 3) Entrada na CEE (1986) até a atualidade (ESADR, 2013).

3.2.1 - Exploração Moderna da Mina de São Domingos e Período Cerealífero (1864–1960)

Este primeiro período é decisivamente marcado por dois acontecimentos marcantes, com grande influência na dinâmica demográfica: o início do funcionamento da mina de São Domingos e a implementação da política de “Colonização Interna”, associadas às “Campanhas do Trigo”, implementada durante o Estado Novo, cujo

objetivo era alavancar a produção cerealífera no país. Este longo período histórico da região ficou marcado por significativas variações no ritmo de crescimento demográfico (ICNF, 2001). Em 1864, ano do primeiro Recenseamento Geral da População, entrou em funcionamento o complexo mineiro de São Domingos (Mértola) por iniciativa da companhia Mason & Barry (Casimiro, 1993).

A atividade mineira funcionava como o motor da economia local, durante a segunda metade do século XIX o concelho de Mértola vivenciou um crescimento contínuo, localizado ao redor do complexo mineiro. Ainda sim, em algumas freguesias do concelho, sobretudo, as localizadas distantes do complexo mineiro, sofreram, durante este período uma retração no número de habitantes, por outro lado, freguesias como Corte do Pinto e Santana de Cambas, experimentaram um grande impulso populacional. Entre os anos de 1878 e 1890 as duas freguesias apresentaram uma variação positiva, respetivamente, 41,4% e 30,4% na sua população (ICNF, 2001), levando a um saldo concelhio positivo, indícios que apontam para a ocorrência de migrações dentro do próprio concelho (Casimiro, 1993).

A mina foi o refúgio de grande parte da população desempregada em consequência dos maus anos agrícolas, pois desempenhava um importante papel absorvendo essa mão-de-obra barata obstando assim que desgraças maiores devastassem a região. No entanto, esta entrou em crise nos anos quarenta, tendo fechado as portas definitivamente em meados da década de sessenta.

Durante o século XIX, as políticas governamentais referentes aos cereais oscilavam entre o livre-câmbio e o protecionismo. Somente a partir da última década deste século é que foram tomadas medidas para “um regime firmemente protecionista” (Reis, 1993, p. 33). No ano de 1889, foi estabelecida a Lei de Apoio ao Trigo e dez anos depois em 1899 a Lei de Elviro Brito, estas normas diante de um conjunto de medidas, estabeleceram entre outras consequências, a intervenção do Estado no mercado dos cereais, nomeadamente, através do estabelecimento de um valor garantido para o trigo nacional, autenticando que a produção fosse comercializada a esse preço, e ao mesmo tempo, a instituição de tarifas alfandegárias sobre a importação de trigo (Reis, 1993). A partir da iniciativa destas medidas políticas as superfícies de produção nacional de trigo aumentaram, particularmente no Alentejo.

Constata-se que na última década do século XIX, cerca de 63% da área do concelho de Mértola era agrícola (Pousio-pastagens e culturas arvenses), havendo apenas cerca de 30% de solo coberto por matos e charnecas. A região a Sul do concelho de Mértola era, nesse momento, a mais aproveitada para o cultivo e, ao mesmo tempo, humanizada. A norte, especialmente, na margem esquerda do Guadiana, predominavam a charneca e no centro, em torno da vila de Mértola, mantinha-se uma intercalação de ambas (Casimiro, 1993).

No final dos anos 20, é dado início à Campanha do Trigo, já sob a figura do Estado Novo. A campanha serviu como um estímulo às medidas protecionistas, que anteriormente haviam sido retomadas (1923) e, ao mesmo tempo, lançou uma política de proteção à produção de trigo, que se prolongou até ao início dos anos 60.

Surge uma nova vaga de arroteamentos, impulsionada através dos vários incentivos dados aos agricultores na produção de trigo. Os novos arroteamentos trouxeram um aumento da superfície de terras e da produção, para tal, passaram a ser utilizados cada vez mais terrenos considerados marginais. Porém, tratavam-se de terrenos de pouca ou nenhuma aptidão cerealífera, resultando em uma queda brusca dos rendimentos da produção e a destruição definitiva dos solos. Em especial no concelho de Mértola, para além da destruição do solo, a campanha conduziu à “dizimação” de grandes povoamentos de azinheira, de sobreiro e de matos de urze, deixando para trás uma “cicatriz” nos solos e conseqüentemente na paisagem (Casimiro, 1993; Cardoso *et al.*, 2008).

Os efeitos da produção de trigo ao longo dos anos atingiu o seu auge durante a década de 1950, com fortes conseqüências nas características químicas e físicas do solo, traduzindo-se em altas taxas de erosão. Segundo os dados do Centro Experimental de Erosão do Vale Formoso (CEEVF) em Mértola, revelam que foram perdidos ao longo desses anos cerca de 40,9 toneladas/hectare de solo por ano em resultado de más práticas agrícolas e da falta de cobertura vegetal, sobretudo, durante o período do inverno onde o trigo é cultivado (Oliveira, 2007).

Na primeira metade do século XX, as correntes migratórias do país oscilavam entre períodos de aumento e perda no número total de indivíduos. Entretanto, Mértola, a par de outros concelhos do país sofreu igualmente os efeitos das correntes migratórias. Porém, foi justamente nesse período que registou o seu maior aumento

demográfico, segundo estimativas da época a população de Mértola passou de 18.910 habitantes no ano de 1900 para 29.353 em 1950, traduzindo numa variação positiva no número de habitantes de 55% no período (Oliveira, 2007).

Do ponto de vista paisagístico e da qualidade ambiental, as atividades da mina marcaram a região de forma particular, marcas que se fazem sentir até aos nossos dias. Durante largos anos foram despejados diretamente no rio Guadiana os efluentes oriundos da exploração mineira, matérias sulfatadas altamente contaminadas com sedimentos metálicos com baixos valores de pH. Havia procedimentos para o tratamento desses efluentes, que percorriam uma longa distância até chegar aos cursos de água como forma de tratamento, ainda sim, chegavam ao rio extremamente contaminados.

A mina contribuiu também para o assoreamento do rio Guadiana, mas neste caso com menos significado, pois o principal fator que concorreu para este fenómeno foi a erosão dos solos em consequência da agricultura, que possibilitou o crescimento de vegetação com baixas taxas de cobertura, contribuindo de forma decisiva para a erosão e o transporte de sedimentos (Casimiro, 1993).

Ainda hoje, mais de 50 anos após o encerramento das atividades na mina, os efeitos da sua contaminação fazem-se notar, atingindo vários ecossistemas. A região onde a mina está localizada e o seu entorno paisagístico constituem-se como uma cicatriz, que deixou marcas profundas no território, que Casimiro (1993) denomina de “paisagem lunar”, termo este que faz transparecer de forma íntegra o ambiente e o cenário consternador que se sente ao conhecer a região. Contudo, os níveis de contaminação mantêm-se, de certa forma, limitados a área da mina, uma vez que permite o crescimento de floresta de eucaliptos ao seu redor (Matos e Martins, 2006).

Numa região de solos pobres, passivos de diversos arroteamentos intensivos com o intuito de aumentar a produção agrícola, a qual serviu também como campo da exploração intensa dos recursos cinegéticos e piscícolas, associados a uma atividade mineira intensa e duradoura, deixou profundos impactos pouco ou nada mitigados ao longo dos anos, que alteraram de forma definitiva a paisagem e os recursos naturais desta região.

3.2.2 - Encerramento da Mina e Êxodo Rural (1960 - 1985)

A precariedade vivida durante a década de sessenta nas áreas rurais em Portugal, juntamente com o decurso da industrialização do país, levou a que muitos indivíduos das populações rurais em idade ativa emigrassem para outros países ou migrasse para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Nas décadas seguintes, as consequências ambientais e económicas da erosão do solo contribuíram para o despovoamento da região e tornou esta área em uma das mais ameaçadas pela desertificação em Portugal (Oliveira, 2007).

Diante deste cenário, de êxodo rural e a forte emigração que aconteceu um pouco por todo o país, no caso concreto de Mértola, o encerramento da mina veio a acarretar ainda mais os impactos sobre a população do concelho, traduzindo-se numa perda populacional de 44, 7% entre a década de 60 e 70. A partir deste momento a população mertolense começa a sofrer transformações profundas em sua estrutura etária, iniciando-se desta maneira o despovoamento desta região do país (Cardoso *et al.*, 2008; Casimiro, 1993).

Durante a década de setenta com o advento do 25 de Abril de 1974, ocorre uma reforma agrária no país que tinha por objetivos melhorar as condições dos trabalhadores em questões relacionadas com emprego, remuneração fixa, horário de trabalho e assistência social, o aumento da produtividade do setor, criar condições para absorver a mão-de-obra dos trabalhadores regressados com o fim da guerra colonial e ainda amenizar as consequências da crise no setor da construção civil (Casimiro, 1993; Jones *et al.*, 2011). Diante dessas ações, foram desapropriadas ou nacionalizadas as imensas extensões de terra que configuravam como latifúndios, ficando os terrenos em questão entregues a cooperativas de trabalhadores (Casimiro, 1993).

Nos finais da década de setenta, mais precisamente em 1977, foi editada a Lei Barreto, que em termos práticos significou um retrocesso nos avanços até aqui conseguidos, esta lei revogou os diplomas anteriores referentes as expropriações em favor dos proprietários. A Lei Barreto, aliada aos estímulos anteriores concedidos então à produção de leite, carne e a reflorestação, resultaram em uma diminuição da área agrícola nacional, havendo casos em que áreas agrícolas desaproveitadas foram transformadas em florestas plantadas (Jones *et al.*, 2011).

As medidas de reflorestação adotadas previam, entre outras ações, cobrir metade dos custos de instalação. Desta forma, cerca de 130 mil ha foram reflorestados em Portugal, entre os anos de 1968 e 1983, onde 45% desse total eram *Pinus pinaster*, 30% *Pinus spp.*, 14% de *Eucalyptus* e 2% de sobreiros (Jones *et al.*, 2011).

Após o término da atividade mineira, registou-se uma sensível melhora nos anos seguintes das condições de pesca no Guadiana, em decorrência do fim das descargas ácidas no rio, traduzindo-se inclusive num aumento no número de pescadores (Simas, 2000). Nos finais da década de 70 os níveis de poluição do rio voltaram a registar altos índices, a poluição que era sobretudo química originada pela atividades mineira, passou a ser predominantemente bacteriológica em decorrência das atividades agropecuárias, nomeadamente, suiniculturas em Espanha e Portugal e a intensificação das práticas agrícolas, assim como também, aos deficientes tratamentos de esgotos nas cidades espanholas de Mérida e Badajoz.

O resultado visível destas descargas no rio é a eutrofização das suas águas, concorrendo para a extinção de espécies de peixes como é o caso do solho, a redução de outras como o sável ou até mesmo a proibição de pesca, por longos períodos, de algumas espécies acarretando em problemas associados ao desemprego e à pesca ilegal.

3.2.3 - Entrada na Comunidade Económica Europeia (1986) até a Atualidade

Em 1986 dá-se a adesão de Portugal a CEE (Comunidade Económica Europeia), até a data, o cultivo de cereais mantinha-se ainda como o uso de solo predominante no Baixo Alentejo e de igual modo no concelho de Mértola. Este período ficou também marcado por uma significativa redução populacional no concelho, como resultado da emigração e conseqüentemente do abandono dos trabalhos agrícolas e das terras, levando ao aumento das áreas incultas e, ao mesmo tempo, criando condições para uma tímida regeneração da vegetação natural.

No entanto, um ano antes da adesão portuguesa a CEE, é dado início ao processo de reestruturação da política agrícola europeia. Neste momento, a conjuntura agrícola da comunidade encontrava-se numa situação bastante difícil, marcada por excedentes na produção agrícola em diversos países da comunidade, que identificaram em Portugal um potencial mercado para exportação (Casimiro, 1993).

A questão dos excedentes estruturais resultantes da PAC viria a ser resolvida através da designada Nova Política de Estruturas Agrícolas, que tinha por objetivo, acabar com os excedentes na produção agrícola. Portugal encontrou grandes dificuldades na aplicação desta Política de Estruturas, muito devido ao relativo atraso técnico e estrutural da economia portuguesa quando exposta ao avanço alcançado em outros países da comunidade já influenciados pela PAC, que havia sido decisiva no aperfeiçoamento da agricultura comunitária.

De modo a que o país pudesse encontrar condições de ultrapassar as dificuldades e outras insuficiências da sua agricultura, foi implementada uma Ação-Comum constituída por um programa especial de desenvolvimento adaptado às condições específicas estruturais da agricultura portuguesa. É estabelecido então, aquando da adesão e ao longo do período de transição de 10 anos, o Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), que tinha por objetivos a melhoria substancial das condições de produção, comercialização e organização estrutural do setor agrícola português. O programa apresentava, entre outras medidas, ações de financiamento que visavam o melhoramento físico das explorações (irrigação, drenagem, vedações, caminhos), o ordenamento fundiário (reorientação da produção), a valorização dos produtos agroflorestais (Casimiro, 1993).

Estes financiamentos deveriam recair, particularmente, em regiões desfavorecidas (como é o caso do concelho Mértola), definidas com base nos seguintes critérios: 1) Mais de 50% da superfície agrícola do concelho em que se inserem tem solos com limitações significativas à agricultura, 2) Carga pecuária inferior a 0,2 cabeças de gado por hectare de superfície forrageira, 3) Densidade populacional inferior a 56 hab/Km², ou diminuição anual de população igual ou superior a 0,5%, ou percentagem de população ativa a trabalhar na agricultura igual ou superior a 30%.

Na sequência deste programa é desenvolvido em Junho de 1987 um projeto específico para região de Mértola, nascendo assim o *PAPCAM - Projeto Agropecuário da Cooperativa Agrícola de Mértola*, tendo sido implementado por iniciativa de uma associação de agricultores da região de Mértola, um dos objetivos desse projeto era a redução da erosão do solo, através do aumento da fertilidade e diminuição das mobilizações, o fomento da produtividade pecuária, a melhoria das condições de trabalho nas explorações e a fixação dos jovens a terra (Casimiro, 1993). O projeto

pretendia a extensificação das práticas agrícolas, na sequência das diretivas comunitárias, com o objetivo de trazer benefícios diretos ou indiretos a quase 30% da área do concelho de Mértola, além da melhoria nas condições sanitárias dos animais e do aumento desejável do encabeçamento, que implicaram alterações aos usos de solo na região, de uma forma mais ou menos significativa.

A partir de 1992, a Política Agrícola Comum (PAC) passou a incorporar medidas agroambientais e de reflorestação, estas ações tinham por objetivo reduzir os impactos negativos das práticas agrícolas no ambiente, aperfeiçoando os serviços dos ecossistemas e estimulando o desenvolvimento rural. A intenção primordial destas ações era de reduzir a intensidade da agricultura em áreas ambientalmente sensíveis. Estas medidas incluíam ainda, atividades complementares à agricultura, como o turismo e as atividades recreativas e a caça, de modo a transformar as explorações agrícolas em espaços multifuncionais e conseqüentemente limitar a pressão sobre o solo como um recurso. As iniciativas de florestação eram apoiadas mediante ao quadro de apoio comunitário no âmbito do Programa de Ação Florestal Comunitário, tornando-se uma alternativa à agricultura em regiões de solos pobres (Jones *et al.*, 2011, Casimiro, 1993).

Portugal tornou-se recordista nas alterações de uso do solo para reflorestação em toda a Europa durante a década de 1990, em percentagem da superfície e ao mesmo tempo, de arroteamentos (Jones *et al.*, 2011). Desde o início dos anos 2000, Mértola tem vindo a observar um crescimento da área florestal, em contrapartida a área agrícola tem vindo a diminuir, este fato deve-se, principalmente, as medidas implementadas pela reforma da PAC no início da década de 90 e ao seu fortalecimento após a Agenda 2000. Estas medidas, que visavam transformar áreas agrícolas marginais em áreas florestadas, ocorreram com grande intensidade em Mértola, entre os anos e 1986 e 2006, as terras agrícolas diminuíram-se de 73% para 64%, a área de florestas mistas diminuíram-se de 23% para 11% da totalidade do concelho, com isso a área afeta às florestas aumentou de 1% para 22% (Jones *et al.*, 2011).

As medidas agroambientais da PAC não foram suficientes para resolver os problemas da região, na verdade ocorreu um agravamento das condições dos solos, onde a área de solos com taxas de erosão de 10 t/ha/ano passou de 65% em 1990 para 72% em 2006. Segundo Jones *et al.*, (2011), o aumento na taxa de erosão dos solos deu-

se, sobretudo, pela substituição de áreas que já haviam começado a recuperar a sua vegetação natural por florestas plantadas (Jones *et al.*, 2011).

O setor da caça passou por uma ampla reestruturação, a partir de 1986 ano em que foi aprovada a lei da caça, que desenvolveu o modelo de zonas de caça distintas de acordo com o regime cinegético especial. Surgiu como uma alternativa numa altura em que o setor agrícola atravessava uma grave crise, uma vez que, permitia aos proprietários explorar outras vertentes do território (Oliveira, 2007). Desta forma, foram então criadas zonas de caça sociais, zonas de caça associativas e zonas de caça turística. Esta lei acabou por gerar conflitos na região, pois os caçadores residentes sentiram-se prejudicados pela redução da sua área de caça, o encerramento de caminhos e ainda, com os apoios dados as áreas de caça turística por parte da UE não estarem a gerar benefícios visíveis (Casimiro, 1993).

No ano de 1993, estimava-se que 57% da área do concelho era reserva de caça, dos quais 79,2% reservas de caça turística, havendo somente uma reserva de caça social, que foi solicitada pelas Juntas de Freguesia de Corte do Pinto e Santana de cambas e que representa menos de 1% do total das reservas de caça do concelho (Casimiro, 1993).

No entanto, em Mértola, a implementação da PAC não foi capaz de travar a perda populacional no município. Neste período, houve uma diminuição de 11.693 habitantes em 1981, para 8.712 em 2001, atingindo uma das mais baixas densidades populacionais da Europa.

3.3 – Caracterização Biofísica

Pretende-se agora fazer uma caracterização biofísica no que se refere aos aspetos mais relevantes para a caracterização da área do PNVG.

3.3.1– Geologia e Geomorfologia

O Parque Natural do Vale do Guadiana está inserido na Zona Sul Portuguesa (ZSP), constituindo-se, por sua vez, uma das unidades do Maciço Hespérico ou Maciço Antigo, que ocupa parte central e ocidental da Península Ibérica e que em Portugal abrange cerca de $\frac{3}{4}$ da área nacional (ADPM, 1993). Esta área é caracterizada estratigraficamente pela existência de terrenos mais recentes que o Devónico médio, afetados pela orogenia hercínica, estando a Norte limitada pela Zona de Ossa Morena

(ZOM). A ZPS é constituída principalmente por rochas metamórficas, entre as quais, xistos, grauvaques, metarenitos, pelitos, siltitos, conglomerados, quartzovaques, etc. Este território é atravessado por uma faixa piritosa que se estende desde Espanha (Sevilha), até quase ao litoral português (Grândola), faixa essa organizada por rochas vulcânicas inseridas numa estrutura mineralizada de elevado interesse económico.

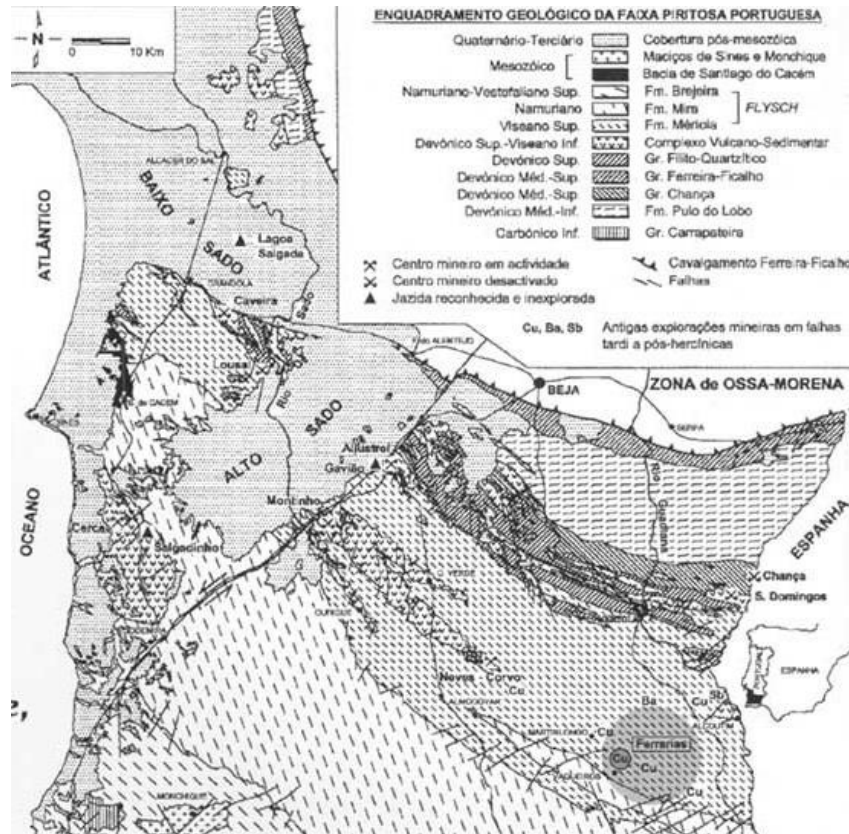


Figura 7 - Enquadramento geológico da faixa piritosa portuguesa / Fonte: Matos e Rosa

As formações dos períodos Devónico e Carbónico constituem fundamentalmente a região pertencente ao PNVG, sendo os fenómenos de metamorfismo considerados de baixa intensidade, onde predominam as litologias de xistos e grauvaques. Do ponto de vista geomorfológico, a área do parque evidencia-se por uma extensa peneplanície quebrada apenas pelo encaixe dos Vales do Rio Guadiana e seus afluentes e pelas elevações quartzíticas da Serra de Alcaria Ruiva, São Barão e Alvares (ICNF, 2013). Desta forma, conclui-se que a área em estudo pode-se inserir em três sub-áreas de interesse regional: *a)* peneplanície, que ocupa cerca de 75% da área em estudo; *b)* encaixe do rio Guadiana e vales adjacentes, com cerca de 20% de área representativa; *c)* os relevos quartzíticos das serras de Alcaria Ruiva, São Barão e Alvares (ADPM, 1993).

Na área compreendida pelo PNVG, é possível distinguir do ponto de vista da litoestratigrafia duas importantes unidades, a Norte a formação do Pulo do Lobo, constituído por filitos intercalados com bancadas de quartizitos e psamitos e a Sul a Faixa Piritosa, constituída por jazigos sulfuretos polimetálicos, associados a um complexo vulcano-sedimentar, de grande importância para a economia portuguesa (ICNF, 2001).

A análise à altimetria nos limites da área do PNVG possibilita verificar que cerca de 80% da área em questão localiza-se abaixo dos 200m, já que esta é uma região de baixas altitudes inserida na chamada Peneplanície Alentejana. Os restantes 20% da área correspondem às principais zonas de festo, com altitudes acima dos 200m, localizadas principalmente na região NE do parque (Serra da Alcaria Ruiva, Serra de São Barão e Serra de Alvares), e ainda nas formações pertencentes às serras algarvias a Sul. De acordo com estas características, constata-se a predominância dos declives moderados a acentuados, valores situados entre os 15 e 25%, situando-se habitualmente, as zonas mais declivosas com valores acima dos 25% em alguns troços das linhas de água principais de vales mais encaixados, como por exemplo o rio Guadiana, a ribeira de Cobres, a ribeira de Limas e pontualmente na ribeira do Vascão e na ribeira de Carreiras (Matos e Cancela, 1993).

3.3.2 – Hidrogeologia

A maior parte da área abrangida pelo PNVG é ocupada por uma grande variedade de rochas, que do ponto de vista hidrogeológico quantitativo, possuem comportamento monótono. Tratam-se sobretudo, de rochas que apresentam permeabilidade por fissuração com circulação fundamentalmente por fracturação (diáclases e falhas) com escassa aptidão aquífera. Estas rochas dão origem a aquíferos, em geral livres, descontínuos, de baixa produtividade, geralmente inferior a 1 l/s (ICNF, 2001).

Apesar destas condições relativamente desfavoráveis, a maioria das povoações dos concelhos recebe alguma contribuição de origem subterrânea para assegurar os abastecimentos domésticos e agrícolas. Por regra, as rochas de granulometria mais fina, os xistos, pelitos e siltitos, de tipo argiloso a siltítico, são as que apresentam permeabilidade mais reduzidas. Os membros mais grosseiros das séries sedimentares (arenitos, grauvaques e quartizitos), apresentam maiores permeabilidades e, conseqüentemente, maiores produtividades. A faixa piritosa, constituída por rochas

vulcânicas muito siliciosas, formam cristas na paisagem, e constituem zonas com maior permeabilidade e com maior aptidão hidrogeológica. As zonas com fraturas e filonetes preenchidos por quartzo constituem, igualmente, zonas favoráveis à circulação de águas subterrâneas (ICNF, 2001).

São frequentes as situações de esgotamento dos aquíferos em períodos de seca prolongados na região. Todavia, em períodos pluviosos os aquíferos recuperam rapidamente os níveis piezométricos (ICNF, 2001).

No aspeto qualitativo, a qualidade natural das águas na região é considerada baixa, geralmente, assinaladas por elevadas condutividades elétricas, induzidas através dos altos índices de mineralização das águas na região. Nestes terrenos, são frequentes valores de condutividade superiores a 1000 $\mu\text{S}/\text{cm}$, valor a partir do qual a água tende a ter um sabor salobro. Sendo os terrenos a Norte da serra de Alcaria Ruiva considerados os que apresentam os maiores valores de condutividades da área do PNVG (ICNF, 2001).

Quanto as questões ligadas a vulnerabilidade das águas à poluição tóxica, a maior parte da região é dominada por aquíferos em rochas fissuradas, apresentando uma vulnerabilidade baixa a variável. Existindo apenas uma pequena área sedimentar não consolidada onde a vulnerabilidade à poluição é média (ICNF, 2001).

3.3.3 – Hidrologia e Hidrografia

Além do rio Guadiana, várias outras linhas tributárias atravessam a área de intervenção do PNVG, entre elas destacam-se as ribeiras de Vascão, Carreiras, Oeiras, Terres e Cobres e Limas. Estas por sua vez estão inseridas na Bacia Hidrográfica do rio Guadiana compreendida por cerca de 66 960 Km^2 dos quais 55 260 Km^2 em Espanha (83%) e 11 700 KM^2 (17%) em Portugal, sendo o quarto maior rio ibérico em área, logo depois do Douro, do Ebro e do Tejo e sem dúvida “o grande rio dos Sul” (ADPM, 1993).

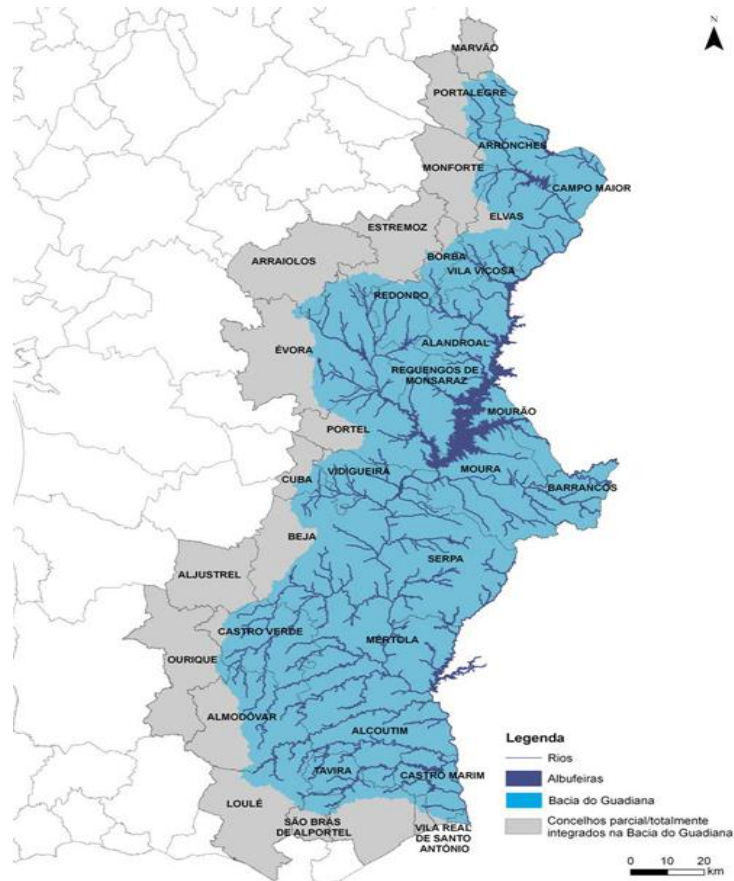


Figura 8 - Bacia hidrográfica do Rio Guadiana em Portugal / Fonte: Aguadiana - FCSH

O Guadiana é um rio caracterizado pela ocorrência de caudais médios reduzidos, ocasionados em virtude da sua natureza sazonal, fatores estes que conjugados favorecem o aparecimento de surtos de poluição e a morte da fauna aquática.

Sendo um dos sistemas hidrológicos mais suscetíveis de “stresse hídrico” da Europa e considerando a complicada gestão qualitativa e quantitativa que Portugal e Espanha dele fazem, o Guadiana tem sido alvo de fenómenos que estão na origem de problemas que afetam o seu equilíbrio, enquanto ecossistema ribeirinho, assim como das espécies animais, vegetais e humanas que dele dependem (Oliveira, 1996).

Por entre os territórios atravessados por esses corpos de água predomina o regime climático mediterrânico com a ocorrência de uma divisão sazonal e inter-anual bastante notável traduzindo-se numa variedade do escoamento muito significativa (Cardoso *et al.*, 2008).

3.3.4 – Solos e Capacidade de Uso

Com relação aos solos da região, a natureza litológica da área condiciona a grande maioria dos solos à unidade pedológica dos litossolos, ou solos esqueléticos, com baixos horizontes orgânicos e perfis culturais, estrutura, textura e capacidade de retenção de água impropria para a maioria das culturas agrícolas (ICNF, 2001). Aliás, no que se refere às associações pedológicas, a área é denominada pela subunidade A1 de solos esqueléticos e solos mediterrânicos em fases delgadas e com acentuados problemas de erosão do solo. Podem ainda ser encontrados na área os solos esqueléticos associados aos solos mediterrânicos pardos ou vermelhos de xisto, em regra em fase delgada (Matos e Cancela, 1993).

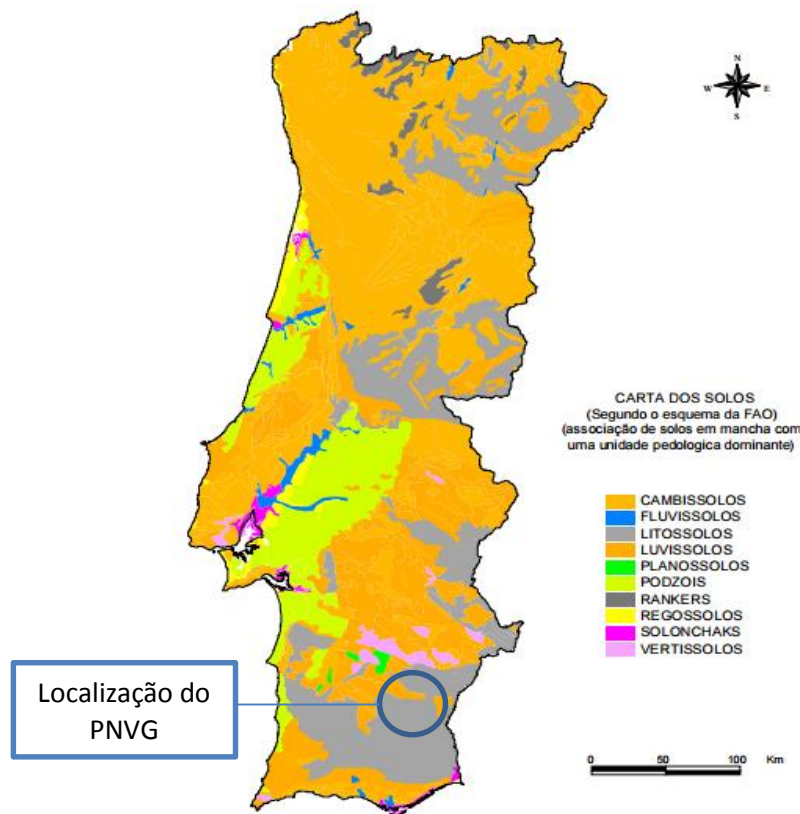


Figura 9 - Carta dos solos de Portugal Continental segundo a classificação da FAO / Fonte: Atlas do Ambiente Digital

Ainda segundo os mesmos autores, relativamente à capacidade de uso dos solos, de acordo com os critérios do CNROA, verifica-se que esta homogeneidade litológica e pedológica se traduz na dominância de solos com baixíssimas aptidões agrícolas (90% da área pertence às classes D e E, 9% na classe C, e apenas 1% nas classes A e B), mas de interesse para a silvo-pastorícia e para as florestas naturais de proteção. São solos muito

pobres em matéria orgânica e que não permitem tirar produções agrícolas rentáveis sem utilizar grandes quantidades de adubo.

Este cenário traduz-se em uma reduzida capacidade de uso dos solos na região. Os solos considerados das classes superiores A e B são praticamente inexistentes, restritos a faixas estreitas de reduzidas dimensões localizadas no fundo de pequenos vales. Na área compreendida pelo parque predominam, sobretudo, a classe dos solos E e alguns poucos D. Os solos da classe C, associados a material vulcânico, encontram-se circunscritos a uma área localizada a Noroeste da Alcaria Ruiva, ainda sim dominados por faixas de solos da classe D. A região Noroeste do parque é a que apresenta os melhores solos, coincidindo, logicamente, com a área de maiores explorações. Ao invés disso, nos setores Sul e Este, os solos são extremamente pobres, litossolos pouco profundos, ou esqueléticos (Casimiro, 1993).

Os solos do concelho de Mértola são de fraca qualidade para a agricultura. Na atualidade encontram-se bastante degradados, pois para além da sua génese de solos delgados e pobres, acumulam já um longo historial de décadas de exploração agrícola cerealífera, onde estiveram desprotegidos (sem matos e arvoredos) deixados expostos pela terra limpa e alqueivada coincidentes com o princípio do Outono, exatamente quando começam as primeiras chuvadas, que ocasionam por vezes grandes enxurradas arrastando uma enorme quantidade de terra para o fundo dos barrancos.

As terras de xisto dão sempre, nos nossos climas, uma imagem de pobreza e abandono. Impermeáveis, cobertas de uma rede hidrográfica densa que diseca as superfícies num mar infinito de cabeços, as delgadas faixas de melhor solo apenas se encontram no fundo dos barrancos. Tudo o mais é um terreno cascalhento...nas áreas chãs cobre às vezes a rocha uma capa de solo de alguns centímetros de espessura (Ribeiro, 1987, pp.86).77

3.3.5 – O uso do solo ao longo do tempo

Neste ponto da investigação importa perceber a evolução do uso do solo, para tal, serão apresentados a seguir alguns dos documentos históricos que moldaram essa evolução. De acordo com a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a alteração de uso de solo é um indicador de dinâmica ambiental de grande

relevância na aferição do progresso humano, cujo objetivo é alcançar um modelo de agricultura sustentável e um verdadeiro desenvolvimento rural (UNCSD, 1996).

Nos países Mediterrânicos situados no Sul do continente europeu, os níveis presentes de deterioração ambiental e dos recursos naturais são, sobretudo, a consequência de um passado de políticas de uso do solo inadequadas, desenvolvidas ao longo de contextos económicos diferentes, sem que houvesse adequação às características físicas e ambientais dos diferentes espaços em que foram aplicadas. Os efeitos da ocupação humana nos sistemas naturais tem ultrapassado a capacidade de defesa e regeneração dos ecossistemas. As consequências ambientais da moderna agricultura de mercado são relativamente bem conhecidas do público em geral, particularmente, através da análise de indicadores de degradação dos recursos naturais água e solo e de perda da biodiversidade (Roxo *et al.*, 1998).

A utilização dada aos solos do Concelho de Mértola foi-se modificando ao longo dos tempos, tendo no passado sido bastante diferente daquela que hoje se pratica. A relação do homem com a terra era em tempos anteriores, pautada pela harmonia e o equilíbrio no seu uso, onde as investidas humanas à natureza eram menores, possibilitando a conseqüente renovação e abundância dos recursos naturais.

Através do recurso a documentos históricos, é possível reter uma imagem de como eram utilizados os terrenos no Concelho de Mértola, sabendo-se por exemplo, que durante as ocupações Romanas e Árabes as áreas cultivadas encontravam-se, por questões de segurança, essencialmente no entorno das populações e eram predominantes na região extensas charnecas, que raramente eram arroteadas. Contudo, durante as influências da ocupação árabe, assistiu-se ao aumento das áreas de montado, limpando o mato e deixando as árvores, principalmente, azinheiras e sobreiros (Oliveira, 1996).

A reconquista dos territórios por parte dos cristãos e a colonização recente das áreas que foram conquistadas, levou a uma intensificação da procura de madeira e lenha em redor de Mértola, a regeneração do mato e da floresta era lenta surgindo então a necessidade de proteção desses recursos. Desta forma, várias foram as leis elaboradas que proibiam em determinadas áreas o corte de árvores e as roças de mato, assim como a entrada de gado nos pastos naturais em determinadas épocas do ano (Oliveira, 1996). Acredita-se que, a paisagem do concelho a partir do séc. XIII era

dominada por um forte dualismo, quer em termos de utilização da terra, quer pela dimensão da propriedade, dualismo este que ainda se faz sentir atualmente.

Eram recorrentes grandes áreas de florestas e matos de difícil acesso, que em grande parte correspondiam a terrenos baldios, pertencentes às populações, estas áreas no entanto, eram de grande valia para as populações, por se tratar de áreas de onde eram retirados os produtos (lenha, madeira, estrumes, mato para cama dos gados e pastagens naturais), essenciais para a sobrevivência das mesmas. De entre as atividades desenvolvidas, predominavam o pastoreio e a apicultura, onde a produção de mel e cera foi considerada durante vários séculos uma das atividades predominantes nestas áreas.

Porém, é a partir da Carta Agrícola publicada nos finais do séc. XIX (1897), que se tem uma imagem mais completa da ocupação e utilização dos terrenos desse Concelho. De acordo com as informações contidas neste documento, pode-se concluir que existia no Concelho um zonamento de orientação Norte-Sul, em que os terrenos a Sul era totalmente agrícola com a preponderância de cereais e criação de gado em propriedades de grandes dimensões, enquanto o Norte do Concelho predominavam extensos baldios, coberto de mato e floresta, cultivados aqui e ali de cereais, onde a dimensão das propriedades era muito menor, caracterizando uma ocupação agrícola intensa

O início do séc. XX marca a tomada de medidas protecionistas à produção de cereais, ocasionando uma mudança significativa na paisagem do concelho. Período em que surge por meio de Decreto-Lei a Campanha do Trigo (1929), constituindo-se com “ um intenso movimento nacional para a obtenção da autossuficiência em trigo (Pais *et al.*, 1976). Na década seguinte, período marcado pelo advento da Segunda Guerra Mundial, foram grandes os esforços técnicos e financeiros que visavam aumentar a produção nacional de trigo de maneira a evitar a importação deste cereal. Diante deste cenário, recorreu-se aos arroteamentos de muitos hectares de terrenos marginais incultos no concelho de Mértola, caracterizando-se numa deslocação dos melhores terrenos para os terrenos mais pobres (Oliveira, 1996). Este movimento gerou graves consequências relacionadas com a perda da fertilidade, em função da exaustão do solo.

A paisagem do concelho no período compreendido entre o final da década de 40 e a década de 60 era formada por uma vasta área agrícola de sequeiro, quase totalmente

limpa de vegetação natural e com a presença de algumas áreas dispersas de montados (Oliveira, 1996).

Contudo, registou-se de forma efetiva, um aumento da produção cerealífera de trigo no concelho, em virtude da vigorosa vulgarização desta cultura ocupando quase que a totalidade dos terrenos do Concelho de Mértola. Por volta de 1950 a área do concelho ocupada pelas culturas arvenses correspondia a 91,5%, e grande parte da população trabalhava na atividade cerealífera, sobretudo, constituídas por trabalhadores rurais, rendeiros, seareiros ou pequenos proprietários (Oliveira, 1996).

3.3.6 – Clima

A disposição geográfica e a orografia da região dão a conhecer um clima tipicamente mediterrânico com verões quentes e secos e invernos pouco chuvosos e frios. De acordo com a classificação de Koppen, a região insere-se nos climas Cs (mediterrânicos), caracterizados por serem os únicos climas do mundo (excetuando os desertos) sem chuva significativa nos meses de verão (ICNF, 2001). Nesta área, registam-se com alguma frequência a ocorrência de fenómenos climáticos extremos de cheias e secas, tornando-se patente uma elevada amplitude térmica.

Climaticamente, a zona em estudo apresenta fracas potencialidades agrícolas, não obstante precipitações anuais satisfatórias mas irregularmente distribuídas. A concentração de chuvas no inverno torna esta estação excessivamente húmida, enquanto que no verão a falta de água na época de maiores valores de insolação “esteriliza a terra” (Feio, 1991).

A temperatura é considerada um dos elementos climáticos mais fundamentais na descrição do clima de um local, sendo condicionante de todos os processos biológicos (ADPM, 1993). A temperatura média anual do ar na região é de 16,5 C, onde a média das temperaturas mínimas do mês mais frio é de 4,7 C (Janeiro) e por outro lado, a média das temperaturas máximas do mês mais quente, observada em Agosto, situa-se a volta dos 33,8 C.

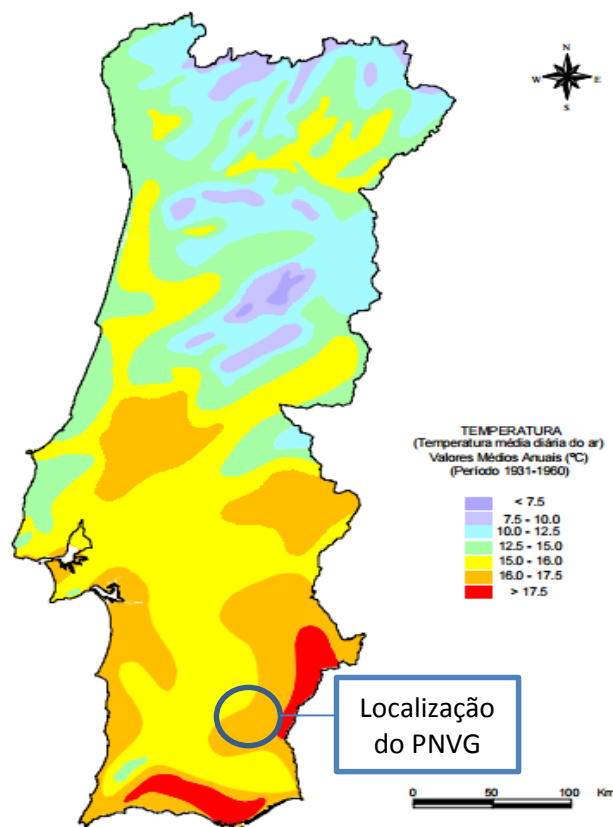


Figura 10 - Mapa da temperatura média diária do ar em Portugal Continental / Fonte: Atlas do Ambiente Digital

Nessa região verificam-se os valores mais baixos de precipitação, onde a média anual não ultrapassa os 500mm concentradas, sobretudo, entre os meses de Outubro e Março, por outro lado, entre os meses de Julho e Agosto, os registos de precipitação são quase nulos. Na região observa-se também os mais elevados níveis de insolação, registando uma média anual a volta das 2808,60 horas, sendo o mês de Julho a assinalar os valores máximos de insolação, com 367 horas e nos meses de Dezembro e Janeiro os valores mínimos com 148,1h e 149,7 horas respetivamente. Os ventos são predominantemente do quadrante NW existindo uma variabilidade das velocidades médias anuais, situadas entre os 7,8 Km/h, no mês de Dezembro e os 9,8 Km/h, no mês de Junho (Cardoso *et al.*, 2008).

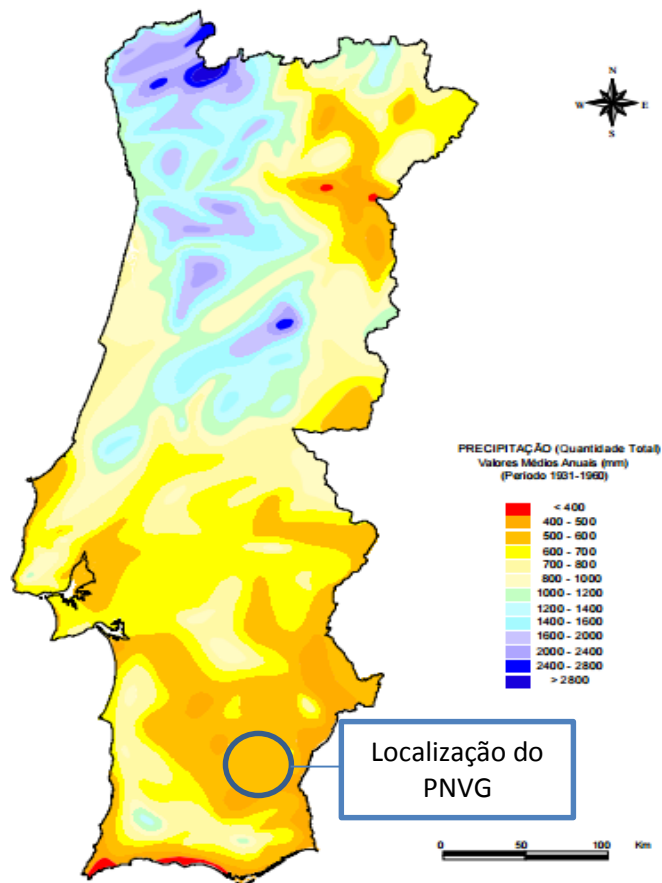


Figura 11 - Mapa da precipitação total em Portugal Continental / Fonte: Atlas do Ambiente Digital

3.4 – Caracterização Biológica

Serão agora apresentados os aspetos mais importantes na caracterização biológica do Parque Natural do Vale do Guadiana

3.4.1 – Aspetos Biogeográficos

De acordo com Rivas-Martínez (1987), em termos biogeográficos, o PNVG está inserido na Região Mediterrânica, Sub-Região Mediterrânea Continental, Província Luso-Estremadurense, Setor Mariánico-Monchiquense, Sub-Setor Baixo Alentejano-Monchiquense e, mais precisamente, Super-Distrito Baixoalentejano (Rivas-Martínez et al., 1990). Numa aproximação bioclimática, de carácter geral, o mesmo autor inclui o Troço Médio do Vale do Guadiana no Andar Meso-Mediterrânico, caracterizado por um índice de termicidade que varia entre 210 e 350. A escassez nos índices pluviométricos, inferior a 600 mm e, em algumas situações, abaixo dos 400 mm, colocaria o ombroclima desta zona entre seco (600/500-350) e semi-árido (350-200) (ADPM, 1993).

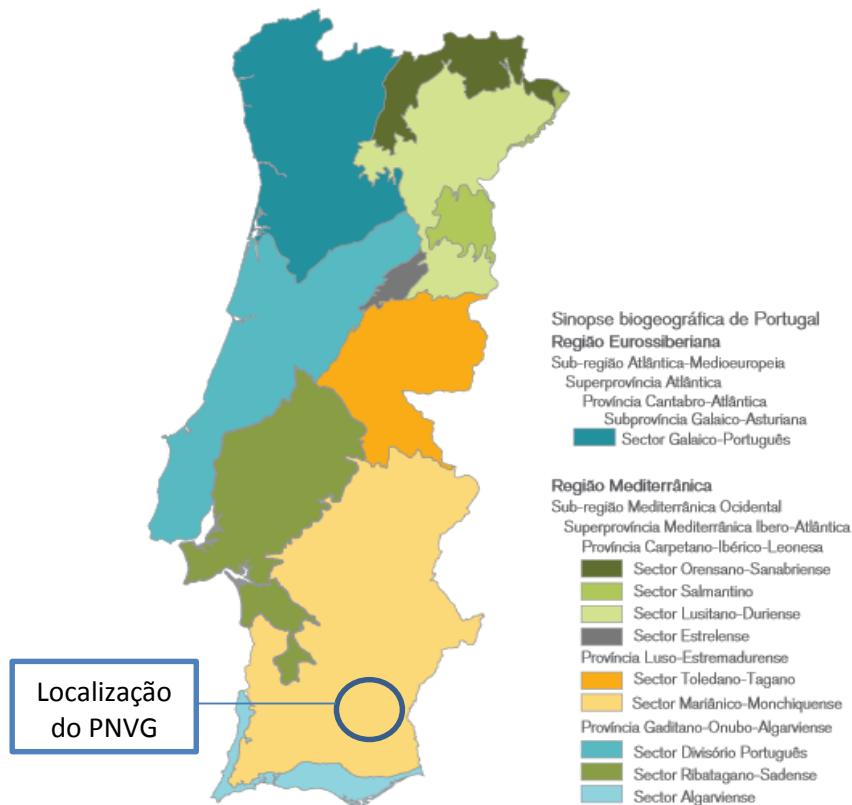


Figura 12 - Carta biogeográfica de Portugal Continental / Fonte: Costa et al. 1998

Ainda, segundo a classificação nacional (in Atlas do Ambiente) de Pina Manique e Albuquerque (1982), a região do Troço Médio do Vale do Guadiana insere-se no Andar Basal e, a Norte de Mértola, na zona fitoclimática IM (Ibero-Mediterrânica), de Mértola até ao Rio Vascão na zona M/IM (Mediterrânica/Ibero-Mediterrânica) onde, como característica autofítica, para além do zambujeiro (*Olea europaea* L. var. *sylvestris* (Miller) Lehr), ocorre a amendoeira (*Prunus dulcis* (Miller) D.A. Webb).

O substrato rochoso é dominado por xistos-argilosos. Conforme já anteriormente abordado, a área em estudo é geologicamente bastante homogénea. Diante desta realidade, a composição química do substrato não constitui um fator de relevância nas variações do coberto vegetal. Estas variações estão, sobretudo, relacionadas com os aspetos climáticos e geomorfológicos. A dominância dos litossolos (solos esqueléticos), associados a baixa produtividade agrícola, dominam a região. (ADPM, 1993).

Ainda assim, de acordo com Blondel e Aronson (1999), esta região é caracterizada pela existência de uma elevada biodiversidade, quando comparadas a outras áreas do continente europeu. Esta diversidade pode não ser elevada à escala

local, mas aumenta de forma considerável à escala regional, devido à heterogeneidade física e biológica resultante da paisagem em mosaico (ICNF, 2001).

3.4.2 – Flora e Vegetação

Na flora existente na área geográfica do parque é visível uma grande variedade de *habitats*, onde podemos encontrar: matagal mediterrânico, afloramentos rochosos, zonas de montado, estepe cerealífera, terrenos de pousio, margens e leitos dos cursos de água com vegetação ribeirinha. Nesse contexto destacam-se 4 conjuntos: as zonas ribeirinhas (loendro, tamargueira, tamujo); o matagal mediterrânico (estevas, sargaço, trovisco, zambujeira, murta e azinheiras); o montado (azinho e sobreiros) e zonas abertas/estepes cerealíferas (plantas xerófitas, herbáceas ou lenhosas).

No território proposto para ser protegido, foram identificadas 132 espécies vegetais, cuja sua distribuição espacial varia de forma significativa de acordo com as características climáticas e de relevo das diferentes áreas. Nas extensões correspondentes ao encaixe dos vales das linhas de água afluentes do Guadiana, por exemplo, formam-se microclimas que permitem melhorar as condições de temperatura e humidade para determinadas espécies se instalarem e se desenvolverem. O mesmo ocorre com a exposição das encostas, a insolação faz-se de diferentes formas, afetando a vegetação, consoante o quadrante dominante (Oliveira, 1996).

A área em questão revela um grande interesse florístico, que atinge a sua maior relevância na extensão do vale do Guadiana e na ribeira de Terres e Cobres, nessas áreas foram encontradas formações vegetais que apontam para níveis mínimos de intervenção humana. Por outro lado, são as zonas de matos – esteval que indicam menor interesse, onde a atividade agrícola e pastoril conduziu a um quase esgotamento dos solos e da vegetação (Oliveira, 1996).

De acordo com os levantamentos florísticos realizados, respeitantes à evolução do coberto vegetal e da ocupação do solo ao longo dos anos, conclui-se que os sistemas agro-silvo-pastoris, hoje, caracterizados pela sua pobreza e fragilidades, são a resultado trágico de sucessivos erros cometidos na gestão do recurso solo e do coberto vegetal. Estas zonas onde o esgotamento do solo é maior, quase sempre, correspondem a um empobrecimento da biodiversidade. No sentido contrário estão as áreas onde a influência humana, seja por dificuldades de acesso ou pela hostilidade dos locais, não

Ihe foi possível intervir. Importante referir que as áreas onde se mantiveram as práticas tradicionais de cultivo (plantio de trigo seguido de pousio), são de extrema importância para a biodiversidade, pois fornecem de forma eficaz alimento e abrigo para um número variado de espécies, em especial, de avifauna (Oliveira, 1996).

No que diz respeito às áreas em situação de abandono, estas podem ter diferentes níveis de interesse conforme o estágio de evolução em que se encontram. As formações de matos dominados pela esteva e pelo sargaço, de uma forma geral, não suscitam grande interesse do ponto de vista florístico e faunístico. Porém, têm todo o interesse em se manterem conservados pois desempenham um papel importante na proteção do coberto vegetal, ao mesmo tempo que, apresentam potencialidades para a apicultura, para a recolha de lenha e servindo de abrigo para espécies cinegéticas.

À medida que vai sendo desenvolvida a sucessão espacial dos matos no sentido de criar uma maior diversidade florística, surge também o interesse em mantê-lo conservado, pois desta forma, começam a despontar as oportunidades para o acolhimento da fauna, e na potencialização das importantes funções já referidas acima dos matos de esteva e sargaço.

3.4.3 – Fauna

A riqueza faunística deste troço do Guadiana deve-se à existência de um conjunto diversificado de unidades de paisagem que, de uma forma geral, se pode agrupar em zonas ribeirinhas, formações florestais, formações arbustivas e formações estepárias (Oliveira, 1996).

Deste modo, configura-se assim uma relação direta entre diversidade de habitats existentes e a diversidade faunística, principalmente algumas espécies de mamíferos, aves raras ou ameaçadas de extinção, assim como também diversas espécies de peixes. Ao todo estão catalogados na região a ocorrência de 192 espécies, sendo 128 de aves, 30 de mamíferos, 17 de anfíbios e 7 de répteis. Estas áreas de ocorrência foram alvo de uma classificação de acordo com o grau de interesse para a sua conservação, dando origem a diferentes níveis de áreas que podem ser de elevado, médio ou baixo interesse para a fauna da região protegida.

A proteção e conservação desta biodiversidade assume atualmente uma inegável responsabilidade, pois tratam-se,

muitas vezes, de recursos naturais que se encontram ameaçados, no limiar do seu equilíbrio biológico e ecológico ou caminhando irreparavelmente para a extinção. Este é assumidamente um problema ambiental que implica o compartilhar de responsabilidades individuais, locais, nacionais e transacionais (Oliveira, 1996).

Perante este cenário, importa referir a contribuição das legislações comunitárias e nacional para a manutenção da biodiversidade. A Diretiva Aves (79/409/CEE de 2 de Abril 1979), que visa a proteção, gestão e a regulamentação de espécies de aves selvagens que ocorram no território dos Estados Membros. Aborda um conjunto de regras gerais de proteção de espécies de aves selvagens que podem ser caçadas, de acordo com os métodos de caça e comercialização de avifauna permitidos. Igualmente, com a Diretiva Habitats (42/93/CEE), legislação que define a estrutura comum para a conservação das plantas e animais, não incluindo as aves. E dos *habitats* enquanto meios naturais, das espécies relacionadas segundo este diploma, 13 delas são ocorrentes na região do PNVG (Oliveira, 1996).

É no rio Guadiana e área envolvente que estão os sistemas mais ricos ao nível de espécies. Outras áreas também apresentam características privilegiadas para a avifauna da região como é o caso das formações de azinho, em particular as superfícies de montado. As espécies ocorrentes na região de Mértola, protegidas pela Diretivas Aves “são objeto de medidas de conservação especial, respeitantes ao seu *habitat*, de modo a garantir a sua sobrevivência e reprodução na área de distribuição” (Oliveira, 1996). Dentre as espécies listadas, na região do parque encontram-se a cegonha branca, a cegonha negra, o milhafre real, o abutre de egito, o grifo, o abutre negro, a águia cobreira, o tartaranhão caçador, a águia de bonelli, a abertada, o cortiçol de barriga preta, o bufo real e o rolieiro.

Com relação às 30 espécies de mamíferos presentes na região, a conclusão é que o território no entorno do troço do vale do Guadiana revela-se com um alto valor natural, visto que 20% da área foi classificada como de interesse elevado e 70% de interesse médio. Restando apenas 10% total de áreas onde o interesse para a sua conservação é considerado reduzido, tratando-se de paisagens já bastante transformadas onde estão presentes áreas sociais e áreas de produção florestal com a

introdução de espécies exóticas. Destacam-se dentro desta área, unidades de paisagem importantes do ponto de vista da originalidade específica, como as formações de azinho (13 espécies) e as culturas arvenses (12 espécies). Porém, quando encontram-se associadas com zonas ribeirinhas, ganham uma maior relevância devido à especificidade das espécies que caracterizam este tipo de *habitats* constituído por 4 espécies específicas (Oliveira, 1996).

É a margem dos principais cursos de água, em que os matos são mais densos e o acesso é mais difícil, que encontram-se as condições mais apreciáveis para a ocorrência de grandes mamíferos os quais suscitam interesse conservacionista, entre as espécies aqui encontradas está, por exemplo, o gato-bravo, o toirão, e a fuinha. Estas zonas também são concorridas por espécies de hábitos noturnos, como o texugo, a gineta, o saca-rabos e a doninha. Encontra-se também indícios principalmente em zonas mais abertas da presença de javali e de raposa. O coelho é também uma das espécies aqui relatadas e que contribui para a diversidade faunística deste ecossistema, embora não esteja totalmente limitado a estas áreas em específico, sendo também bastante comum em diversos *habitats*, destaca-se desse conjunto de espécies a lebre que tem por preferência por áreas estepárias.

Dentro do conjunto dos mamíferos ligados ao meio aquático, destaca-se a lontra, espécie seriamente ameaçada no continente europeu, que está abrangida pela Diretiva Habitats. Constitui-se nesta região como uma das mais importantes populações dessa espécie em Portugal (Oliveira, 1996).

Igualmente de relevante interesse conservacionista foram registadas 4 espécies de morcegos na região, 2 das quais constituintes da Diretiva Habitats (morcego-de-ferradura-grande e o morcego-rato-grande), estas espécies são dentre todas as espécies de mamíferos as que apresentam os maiores índices de valor conservacionista. A região é ainda o ecossistema que abriga, o que é considerado o menor mamífero da Europa e um dos menores do mundo, o musaranhão-anão-de-dentes-brancos, cuja sua distribuição é restrita ao nosso território (Oliveira 1996).

Relativamente a população de exemplares anfíbios, estão catalogados 17 espécies presentes na área do PNVG, a presença de tais espécies na região é de interesse vital, pois a dependência destes seres relativo ao meio aquático e ao meio terrestre simultaneamente, fazem com que sejam excelentes indicadores biológicos nas

avaliações de qualidade da água e dos biótopos. As linhas de água de carácter sazonal podem assumir um papel primordial, pois nelas podem encontra-se ovos e as larvas de algumas espécies como a salamandra de costelas salientes. Constan ainda duas espécies de anfíbios endémicas da Península Ibérica, com elevado interesse de conservação, são elas: o sapo-parteiro e a cobra-de-pernas pentadáctilas.

No conjunto das 7 espécies de répteis enumeradas na área do PNVG, assumem-se como as mais comuns: a cobra rateira, o cágado e o cágado de carapaça estriada, sendo os dois últimos constantes nas políticas vigentes da Diretiva Habitats. Outras espécie como: o sapinho de verrugas verdes e a Lagartixa-do-mato-Ibérica possuem uma localização bastante restrita em Portugal com a particularidade de contar com poucos indivíduos. Porém as populações relacionadas na área do PNVG demonstram ter uma distribuição considerável e um efetivo populacional notável.

Nos ecossistemas de maior interesse quanto a presença de espécies de répteis e anfíbios, atesta-se que estas espécies comportam-se de modos diferentes consoante a disponibilidade de água, pois no caso das espécies de répteis, quanto menor for a disponibilidade de água, maior é a sua ocorrência e abundância, por outro lado, para os anfíbios a disponibilidade de água média-baixa é a mais importante. Perante isto, o Vale do Rio Guadiana (em sentido estrito) é a zona de menor importância, mas as zonas de barrancos e rio secundário ganham interesse para este tipo de fauna (Oliveira, 1996).

O valor patrimonial da comunidade piscícola da bacia do Guadiana, em que a área de intervenção se insere, é muito elevado, tendo sido considerada pelos especialistas como aquela que merecia, no conjunto das bacias nacionais, uma maior atenção em termos conservacionistas (SNPRCN, 1991).

O rio Guadiana e seus afluentes apresentam uma fauna piscícola extremamente variada, existindo 16 espécies de peixes dulçaquícolas autóctones e migrantes, dos quais 10 são endemismos ibéricos, estando, em Portugal, 4 restringidos à bacia hidrográfica do Guadiana. É o caso do saramugo (*Anaocypris hispanica*), da boga do Guadiana (*Chondrostoma willkommii*), do barbo-de-cabeça-pequena (*Barbus microcephalus*) e do caboz-de-água-doce (*Salaria fluviatilis*). (ICNF, 2013). Dentre estas espécies, o saramugo é a espécie em maior risco de extinção tendo sido classificado como criticamente em perigo (Cabral *et al.*, 2005).

Entre outros peixes migradores, ainda se pode encontrar a lampreia (*Petromyzum marinus*) e a saboga (*Alosa fallax*), enquanto que o sável (*Alosa alosa*) está em perigo de extinção. Todos estes aspetos contribuem para que a bacia hidrográfica do Guadiana seja considerada a mais importante em Portugal para a conservação da ictiofauna de águas interiores (ICNF, 2013).

3.5 – Caracterização Socioeconómica

O tecido económico caracteriza-se por uma debilidade estrutural, aliada a um setor primário relevante, mas pouco rentável, um setor secundário pouco expressivo e a um setor terciário influente, mas concentrado na Vila de Mértola e assente, principalmente, na administração pública local e instituições de solidariedade social.

A agricultura, apesar de constituir um pilar fundamental na cadeia económica local tem registado nas últimas décadas uma redução considerável da sua atividade, expressa na diminuição das áreas utilizadas devido tanto a condicionantes internas como externas (Cardoso *et al.*, 2008). Este decréscimo juntamente com a disseminação da mecanização na agricultura observada na década de 1970 teve como consequências graves desequilíbrios entre a população ativa e a oferta de postos de trabalho. O efeito mais grave da conjugação destes fatores foi o êxodo da população, que emigrou a procura de melhores ofertas de trabalho e de condições de vida, esta questão contribuiu de forma decisiva para o envelhecimento populacional.

3.5.1 – População Residente

No ano de 2014, o concelho de Mértola registava uma densidade populacional de 5,2 hab/Km², o valor mais reduzido dentre todos os concelhos da região do Baixo Alentejo, seguida do concelho de Ourique, com 7,6 hab/Km²; a mais elevada da região situava-se no concelho de Beja com 30,2 hab/Km², seguido de Cuba com 28,0 hab/Km² (INE, 2015).

Ao contrário do ocorrido no continente, e de acordo ao registado na NUT II Alentejo, de maneira geral, a população residente no Baixo Alentejo teve uma quebra em todos os concelhos, diferentemente do concelho de Beja, que registou um crescimento entre 2001 e 2011, o que configurou uma variação positiva entre 1991 e 2011, e o concelho de Alvito, que registou uma variação positiva entre 1991 e 2001.

O concelho de Mértola foi o que registou as maiores quebras, com uma alteração negativa em torno dos -26% entre os anos de 1991 e 2011, valor semelhante apenas ao do município de Aljustrel, que registou uma variação de -23% no mesmo período.

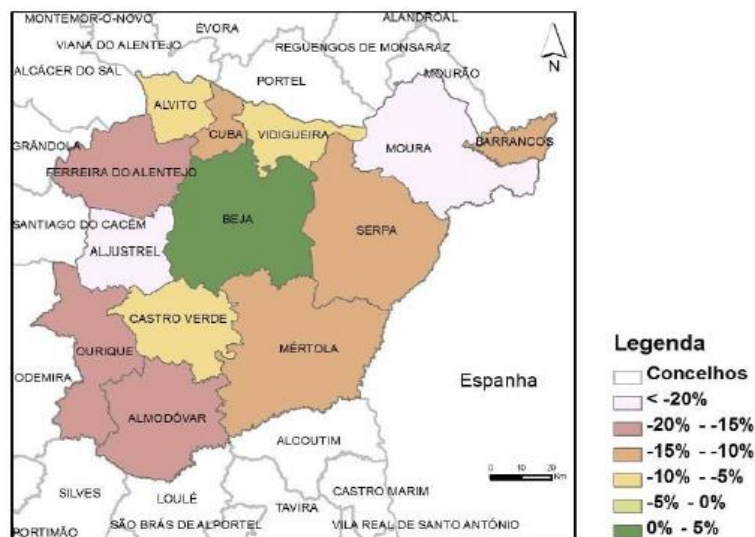


Figura 13 - Variação da população residente - Baixo Alentejo 1991-2011 / Fonte: INE

3.5.2 – População Agrícola

Os dados entre os anos de 1989 e 2009 da população agrícola familiar, assim como da população residente, confirmam uma perda em todos os concelhos da região, em consonância com a tendência tanto no continente, como também na NUT II Alentejo. Em relação especificamente ao concelho de Mértola, este registou quebras de cerca de -35% entre 1989 e 1999, -12% entre 1999 e 2009, e -43% entre 1989 e 2009. Quanto à proporção da população agrícola familiar na população residente, o concelho de Mértola registou uma variação global negativa de -7% entre 1989 e 2009.

Com relação ao número de produtores agrícolas, seguindo a disposição registada no continente e da NUT II Alentejo, o concelho de Mértola assinalou uma perda de 44% dos seus produtores entre 1989 e 2009, principalmente, nos primeiros 10 anos deste período (-29% entre 1989 e 1999). Quanto à disposição dos produtores agrícolas por faixas etárias, no concelho de Mértola os produtores agrícolas com 65 ou mais anos representaram sempre a volta de 40% a 50% do total de produtores no período compreendido entre 1989 e 2009, com destaque para o número de produtores agrícolas com idade entre 35 e os 54 anos que a partir de 1999 ultrapassou os da faixa etária dos 55 a 64 anos, tendência que se manteve em 2009, o mesmo aconteceu aos da faixa etária com 65 ou mais anos.

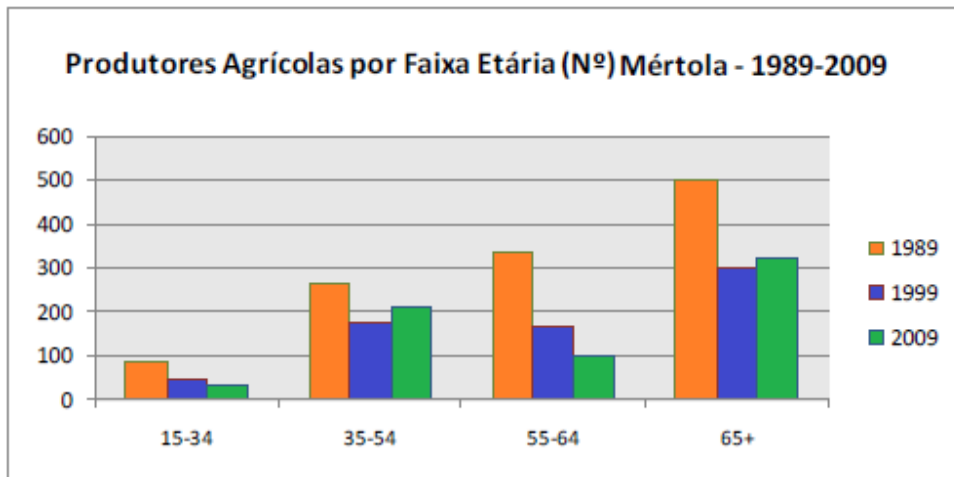


Figura 14 - Produtores agrícolas por faixa etária no concelho de Mértola / Fonte: INE

Capítulo IV - Metodologia

4.1 – Opções Metodológicas

Existem algumas opções que podem ser consideradas para realizar uma investigação e assim chegar a resultados tão concretos e conclusivos quanto possível. Neste ponto iremos abordar as opções tomadas para as metodologias de investigação em Ciências Sociais e os métodos escolhidos para a recolha de dados que auxiliaram na execução deste trabalho.

De maneira a averiguar os efeitos da implementação do Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG), no desenvolvimento da região onde este se insere, foram utilizadas as seguintes metodologias: definição de indicadores de desenvolvimento sustentável (análise quantitativa) e entrevistas presenciais (análise qualitativa).

Durante o mês de Agosto de 2015 foram consultados os *sites* do Instituto Nacional de Estatística (INE) e Pordata, pertencente a Fundação Francisco Manuel dos Santos, em busca de indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o desenvolvimento da análise quantitativa desta avaliação. Deste modo os dados estatísticos escolhidos foram agrupados segundo quatro dimensões da sustentabilidade, são elas: social, económica, ambiental e institucional.

A **dimensão social** é composta por dez indicadores: população residente; taxa bruta de natalidade; taxa bruta de mortalidade; índice de envelhecimento; número de indivíduos em idade ativa por idoso; população ativa; saldo migratório; densidade populacional; taxa de analfabetismo e nível de escolaridade. A **dimensão económica** é composta por seis indicadores: taxa de desemprego; número de empresas; explorações agrícolas; população empregada; ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem e poder de compra *per capita*. A **dimensão ambiental** é composta por três indicadores: despesas em ambiente dos municípios por habitante; receitas em ambiente dos municípios por habitante e área destinada para a Zona de Proteção Especial da Rede Natura 2000. Por último a **dimensão institucional**, composta por quatro indicadores: organização não-governamental voltada para as atividades ambientais (ONGA); associados das organizações não-governamentais de ambiente por mil habitantes; investimento destinado às ações de proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios e número de bombeiros.

A maior dificuldade na utilização desta ferramenta metodológica foi a escassez de indicadores desagregados ao nível dos municípios (Mértola e Serpa), sendo que os índices de maior interesse que poderiam ser escolhidos para o melhor desenvolvimento desta avaliação encontravam-se dispostos nas duas plataformas estatísticas consultadas na *internet*, na maioria da vezes, por região (Alentejo/Baixo Alentejo) ou apenas para Portugal, o que dificultou a utilização de um número máximo de estatísticas possíveis, não permitindo uma aproximação maior da realidade observada na região do Parque Natural do Vale do Guadiana. Da mesma maneira, os dados selecionados são referentes aos dois municípios como um todo e não apenas às freguesias abrangidas territorialmente pela área do parque que são, em Mértola: Alcaria Ruiva, Espírito Santo, S. João dos Caldeireiros, Santana de Cambas, Corte do Pinto e Mértola e em Serpa: Santa Maria e Santana.

Relativamente às entrevistas, estas ocorreram nos dias 8 e 9 de junho de 2015 no concelho de Mértola. Foi solicitada a colaboração a representantes de 15 entidades, mas apenas 10 aceitaram conceder entrevista, foram elas:

- Parque Natural do Vale do Guadiana (PNVG/ICNF);
- Câmara Municipal de Mértola (CMM);
- Hotel Museu (Mértola);
- Cooperativa Agrícola do Guadiana (Mértola);
- Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM);
- Junta de Freguesia do Corte do Pinto;
- Zona de Caça Municipal (Mértola);
- Hotel Rural Ecoland (Corte Gafo de Cima);
- Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso (CEEVF);
- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH-UNL).

As entidades contactadas que não responderam à solicitação foram:

- Campo Arqueológico de Mértola;
- Clube Náutico de Mértola;
- Associação de Desenvolvimento Integrado Rota do Guadiana (Serpa);
- Câmara Municipal de Serpa (CMS);
- Fundação Serrão Martins (Corte do Pinto)

O guião que conduziu as entrevistas foi composto por 19 perguntas abertas, abordando diversos temas, dividido por 6 grupos de perguntas: os impactos socioeconómicos; socioculturais; na governança local; sobre o ambiente e o território; os problemas e desafios atuais e ambição para o futuro através de uma visão/ideia estruturante (anexo).

No caso concreto desta avaliação, as entrevistas foram registadas por meio de um gravador de voz e posteriormente transcritas na íntegra. Em seguida, foram identificados os temas abordados em cada uma das respostas, os quais constituíram-se como categorias de análise, tratadas com recurso a ferramenta *Microsoft Office Excel*, ao qual foram agregados o valor 1 quando a categoria em questão era citada pelo entrevistado e valor 0 quando isto não acontecia. Por fim, estes valores foram contabilizados, de modo a fornecer o resultado do que era, na opinião dos entrevistados, o mais relevante quanto a questão colocada.

Com base nos resultados obtidos por meio destas duas ferramentas metodológicas, será então desenvolvida uma avaliação final que confronta as duas análises, de modo a fornecer uma visão global do impacto do PNVG no desenvolvimento local, a qual iremos apresentar mais a frente neste estudo.

4.2 – A Utilização de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (Análise Quantitativa)

No que se refere ao universo de ferramentas metodológicas disponíveis, o indicador é considerado o que mais facilmente nos fornece uma visão abstrata da realidade segundo um modelo teórico, disponibilizando conhecimento único para todos aqueles com responsabilidades nas tomadas de decisões da gestão territorial. Segundo Papudo (2007), independentemente do nível de conhecimento pessoal adquirido, esta ferramenta facilita a compreensão por parte dos interessados, do conjunto de dados utilizados pelos decisores políticos nos seus atos de gestão, o que proporciona um incremento dos níveis de transparência dos mesmos.

Um indicador representa um valor com capacidade de transmitir informação sobre uma determinada realidade de forma simplificada. Permite-nos compreender o processo de mudança num dado sistema. O uso desta ferramenta possibilita-nos: 1) a identificação de tendências no desenvolvimento e transformações na área de intervenção; 2) avaliar os impactos a diferentes níveis; 3) monitorizar e avaliar as

políticas e os instrumentos de gestão; 4) caracterizar os valores sociais que a sociedade atribui a um determinado projeto; 5) comparar dados temporais e espaciais (Oliveira, 2012).

Considerando a dimensão institucional do desenvolvimento sustentável, passou haver a necessidade de avaliar o desempenho das economias face ao novo conceito. Logo, especialistas económicos chegaram a conclusão de que, por exemplo o PIB, normalmente utilizado como indicador de desempenho das economias, não era suficiente, por si só, para traduzir de forma fidedigna o bem-estar económico (Leipert & Simonis, 1988; Daly, 1988; Pearce *et al*; 1988).

Foi diante deste cenário que passaram a despontar, um pouco por todo o mundo, novas metodologias de análise, em especial indicadores da sustentabilidade das políticas ou escolhas de desenvolvimento. Tais indicadores são utilizados para medir a sustentabilidade das estratégias subjacentes ao desenvolvimento e implementação de um projeto que pressuponha mudança (Oliveira, 2012).

Neste sentido, a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável é feita mediante a utilização de ferramentas que, basicamente, consistem no estabelecimento de objetivos e indicadores que forneçam informações sobre o grau de evolução alcançado em relação aos objetivos previamente estabelecidos.

Tem sido cada vez mais recorrente a utilização de indicadores nas metodologias que têm por intuito, condensar a informação obtida de caráter técnico e científico em seu formato original ou em dados “brutos”, transformando-a numa análise simplificada da realidade. Desta forma, preserva-se o essencial dos dados originais, onde são observadas apenas as variáveis que melhor servem os objetivos e não todas as que podem ser mensuradas ou analisadas. Este processo visa facilitar o uso da informação por parte dos decisores, gestores políticos, grupos de interesse ou até mesmo do público em geral.

Em matéria de sustentabilidade, torna-se relevante para as nações, seus governantes e para a sociedade em geral, a DGA adoção de metas a atingir para cada um desses indicadores, de maneira que seja possível a avaliação do seu desempenho neste critério. Uma vez estabelecidas, poder-se-á então, em qualquer altura, avaliar a distância que separa o país do fim em vista. Se não identificarem claramente os objetivos

que pretendem atingir, dificilmente conseguirão impor um ritmo, manter o entusiasmo ou medir o progresso realizado (DGA, 2000).

Cabe ao decisor político o estabelecimento de tais metas, sendo que, para um grupo considerável de indicadores, estas metas já estão previamente estabelecidas através da legislação nacional e comunitária de convenções e protocolos internacionais ratificados pelo Estado português. Na ausência de metas, a implementação de procedimentos como a avaliação ambiental estratégica de planos, programas ou políticas setoriais, conduzirá decerto na grande maioria dos casos, a resultados inconclusivos (DGA, 2000).

Relativamente ao conteúdo, amplitude e natureza do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, abordado nessa dissertação, são consideradas fundamentalmente quatro categorias:

- Indicadores ambientais;
- Indicadores económicos;
- Indicadores sociais;
- Indicadores institucionais

4.3 – A Entrevista Base Para a Análise Qualitativa

A entrevista é uma das ferramentas metodológicas a que recorreremos para recolha de informação empírica. A principal característica da entrevista é a aproximação e comunicação física entre o investigador e o seu interlocutor, onde o investigador adota uma posição neutra, já o interlocutor reflete as suas perceções sobre um acontecimento ou situação. Ao contrário do inquérito por questionário, na entrevista as perguntas são abertas e cabe ao investigador estar atento para que o interlocutor, ao responder, não se afaste do assunto abordado, mas sem interferir nas respostas. As respostas abertas são importantes dados qualitativos, pois além de tudo, exprimem emoções, interpretações e/ou experiências, permitindo ao investigador diferentes níveis de profundidade para posterior análise.

Os objetivos almejados quando se realiza uma entrevista são: saber como o entrevistado reage diante de situações e/ou fatos que lhe são expostos, saber se suas reações envolvem conflitos de ideias; analisar e avaliar um problema em específico

como o funcionamento de uma organização, os variados pontos de vista existentes, entre outros (Quivy e Campenhoudt, 2005).

Capítulo V – Resultados

5.1 – Análise Quantitativa: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Em seguida, passam a ser apresentados os resultados respeitantes a avaliação realizada a partir dos dados estatísticos, obtidos através dos *sites* do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Portal Pordata.

- **Indicadores Sociais**

A análise dos indicadores sociais dos dois municípios compreendidos pelo PNVG (Mértola e Serpa) revela uma clara tendência na diminuição da população da região em vários sentidos. Conforme vimos anteriormente, de acordo com a **população residente** (figura 15), em ambos os municípios tem vindo a diminuir nas últimas décadas e, ao mesmo tempo, vem perdendo a capacidade de se autorregenerar quer nas circunstâncias do saldo natural, que apresenta valores sucessivamente negativos, resultado do acréscimo considerável do número de óbitos e do forte retrocesso da natalidade, quer na incapacidade de atração de novos residentes, realidade esta verificada, principalmente, no município de Mértola.

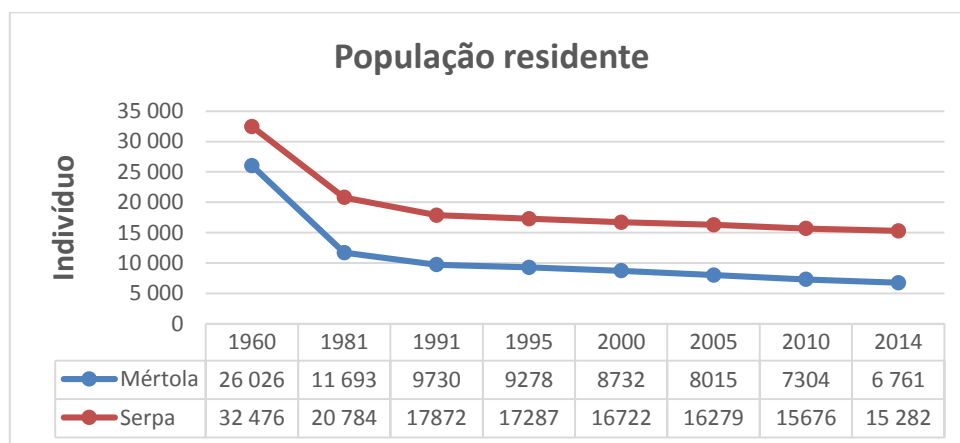


Figura 15 - População residente nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: Pordata

A partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Portal Pordata, foi possível verificarmos uma queda populacional acentuada, desde os anos 60, altura em que eram contabilizados 26 026 habitantes em Mértola e 32 476 em Serpa, tendência essa que se manteve ao longo das últimas décadas. Em 2014, o concelho de Mértola contava com, sensivelmente, menos 20 000 habitantes em relação ao início desta série em 1960 (6 761 habitantes), uma redução do número total de habitantes de

74%. Serpa registava um total de 15 282 habitantes, uma perda de cerca de 53% da sua população.

Esta perda populacional é facilmente compreendida quando observados os dados referentes as taxas de natalidade, mortalidade, o índice de envelhecimento e o saldo migratório. De acordo com os dados recolhidos, a **taxa de natalidade** na região tem diminuído de forma significativa, no início dos anos 80 eram registados em Mértola 9,7 nascimentos por cada mil habitantes, valor este que em 2014 baixou para os 5,2 nascimentos, representando em termos percentuais uma quebra de menos 46%. O mesmo ocorreu no concelho de Serpa que passou de uma taxa de 12,4 nascimentos por cada mil habitantes em 1981 para 6,9 nascimentos em 2014, o que representa um decréscimo de menos 44% na taxa de natalidade (Figura 26 em anexo).

Por outro lado, a **taxa de mortalidade**, registou um significativo aumento nos dois territórios, Mértola passou de uma taxa 11,6 mortes por cada mil habitantes em 1960, para 17,2 em 2014, o que representa um aumento de 48% neste indicador. O município de Serpa, por sua vez, apresentava uma taxa de 9,8 mortes por cada mil habitantes no início da década de 80, em 2014 este valor situava-se nos 15, 2 um acréscimo percentual de 55% na taxa de mortalidade do município (Figura 27 em anexo).

Quanto ao **índice de envelhecimento** (figura 16), assim como a taxa de mortalidade, este também experimentou uma subida acentuada nos últimos anos, no início da década de 1990 a relação entre a população idosa e a população jovem em Mértola era de 185,4 idosos por cada 100 jovens em 1991, passando para os 366,6 em 2013, o que representa um aumento em termos percentuais de 98% neste valor. Relativamente a Serpa em 1991 este valor era de 126,9 idosos por cada 100 jovens, passando para 213,6 em 2013, aumento de 68% neste índice.

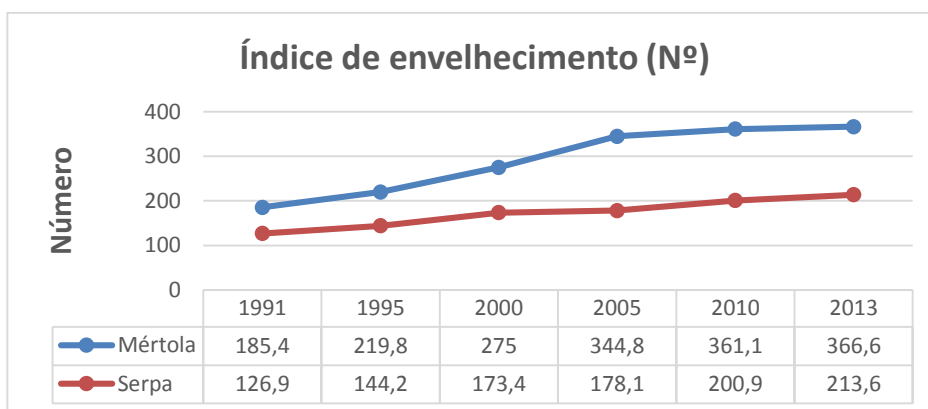


Figura 16 - Índice de envelhecimento nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: INE

Estes valores traduzem-se num acentuado envelhecimento da estrutura etária da população, acrescentando graves consequências como o aumento do rácio da dependência dos inativos condicionado pela evolução crescente do rácio de dependência dos idosos. No que diz respeito ao **número de indivíduos em idade ativa por idoso**, em 1960 Mértola possuía um rácio 8 indivíduos em idade ativa por idoso, em 2011 este valor encontrava-se nos 1,6 indivíduos, o que representa uma diminuição de 80%. Em relação ao município de Serpa este valor era de 8,5 indivíduos em idade ativa por idoso em 1960, no ano de 2011 este valor diminuiu para os 2,4 indivíduos, representando uma redução de 72% no número de indivíduos em idade ativa por idoso (Figura 28 em anexo).

Segundo as estimativas, a **população ativa** (figura 17), nos concelhos de Mértola e Serpa eram, respetivamente, no início da década de 1960 de 10 784 e 12 643 indivíduos em idade ativa, esse valor passou para os 2 740 e 6 725 indivíduos em 2011, respetivamente, representando uma redução de 75% em Mértola e de 47% em Serpa.

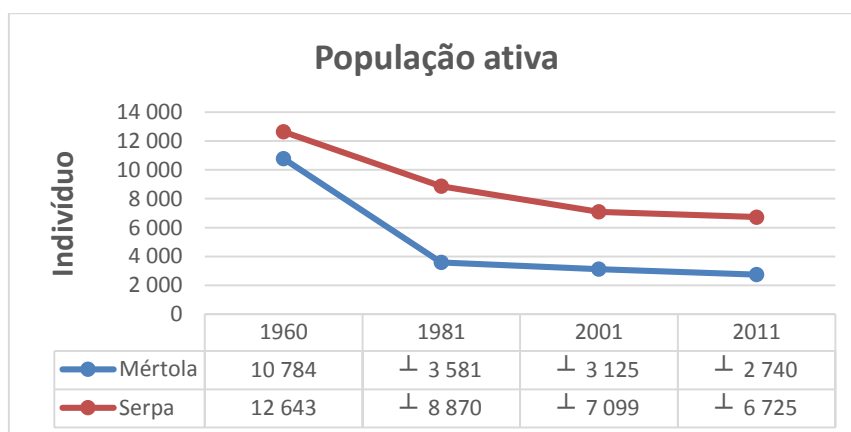


Figura 17 - População ativa nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: Pordata

Aliado a estes índices, o **saldo migratório** (figura 18), observado na região desde o início da década de 1990, adiciona mais um fator que contribui para o agravamento da perda populacional no território. Porém, o resultado deste índice mostra-se mais comprometedor para o concelho de Mértola, que assinalou durante boa parte da década de 90 índices negativos no seu saldo migratório, e desde o ano de 2001 (quando registou uma diferença de menos 14 indivíduos entre entradas e saídas), tem vindo a apresentar sucessivamente valores negativos no seu saldo migratório, sendo essa diferença no ano de 2013 de menos 48 indivíduos. Quanto ao município de Serpa, a situação apresenta-se mais confortável, entre os anos de 1991 e 2013 registaram-se

apenas quatro ocorrências em que o saldo migratório apresentou valores negativos, e todos relativos ao início dos anos 90. Em 2013, a diferença entre as saídas e entradas por migração no concelho de Serpa revelou em um saldo positivo (38 indivíduos).

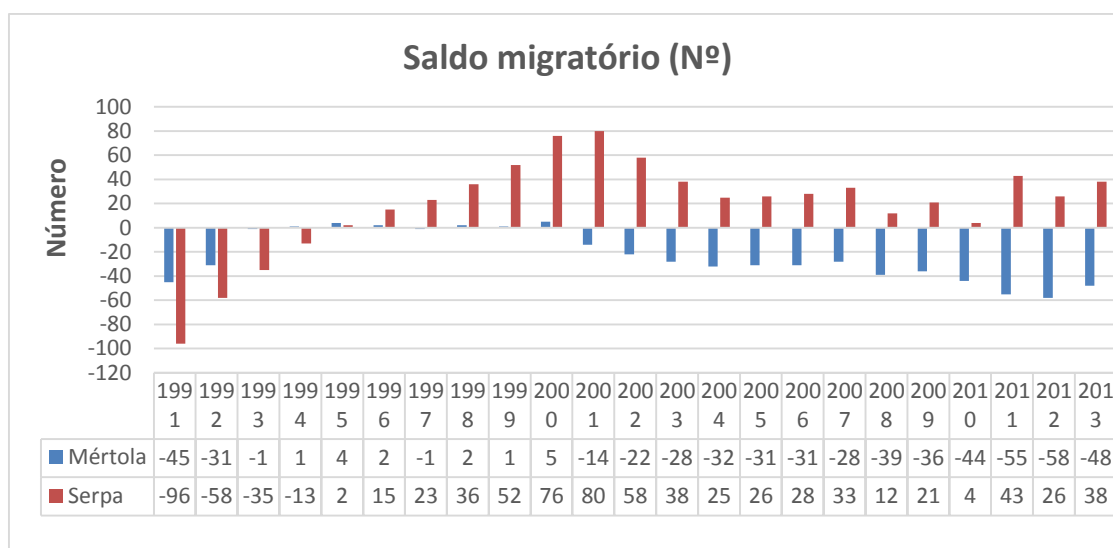


Figura 18 - Saldo migratório nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: INE

A conjugação entre os parâmetros apresentados até aqui traduz-se numa queda acentuada da **densidade populacional** nos dois municípios. Em 1960, Mértola e Serpa possuíam, respetivamente, uma densidade populacional de 20,1 e 29,4 indivíduos por Km². Já no ano de 2014 eram, respetivamente de 5,2 e 13,7 indivíduos por Km², o que representa uma quebra de 74% na densidade populacional de Mértola e de 53% em Serpa. Particularmente, no caso de Mértola, as densidades populacionais registadas são, em parte, justificadas perante a dimensão do seu território, um dos maiores em área do país (Figura 29 em anexo).

Ainda quanto aos indicadores sociais e no que se refere a **taxa de analfabetismo**, Portugal possui um valor relativamente alto e o Alentejo contribui em grande parte para este aumento. No ano de 1981 Mértola possuía 40% da sua população constituída por indivíduos considerados analfabetos, este valor passou para 14,9% em 2011, relativamente ao município de Serpa, em 1981 os indivíduos considerados analfabetos eram 35,7% da população total, em 2011 esse valor diminuiu para os 13,1% do total da população. Estes valores são em parte justificados pela estrutura etária da população, caracterizada pelo nível de envelhecimento elevado e relativo isolamento geográfico (Figura 30 em anexo).

No que se refere ao **nível de escolaridade** (quadro 7), da população, de acordo com os dados do portal Pordata, no município de Mértola em 1960, 70,7% da população acima dos 15 anos era considerada sem nível de escolaridade, 28,5% tinha o ensino básico do 1º ciclo completo, 0,7% o ensino secundário e apenas 0,1% o superior. Relativamente ao concelho de Serpa, registava-se 71,5% sem nível de escolaridade, 27,4% ensino básico do 1º ciclo, 0,9% secundário e 0,1% superior.

Em 2011, ambos os concelhos alcançaram melhoras consideráveis no que toca a taxa de escolaridade de suas populações, em Mértola, 23,1% da população acima dos 15 anos era considerada sem nível de escolaridade (-67%), 33,8% tinha o ensino básico do 1º ciclo completo (+19%), 10,5% secundário (+1 400%) e 5,1% superior (+5 000%). Em Serpa, 20,4% da população acima dos 15 anos era considerada sem nível de escolaridade (-71%), 28,4% tinha o ensino básico do 1º ciclo (+3,6%), 12,1% secundário (+1 244%), 7,5% superior (+7 400%).

	Sem nível de escolaridade							
	1960		1981		2001		2011	
Mértola	70,7		61,1		36,9		23,1	
Serpa	71,5		53,8		32,2		20,4	
	Básico 1º ciclo				Secundário			
	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
Mértola	28,5	29,4	30,3	33,8	0,7	0,4	5,8	10,5
Serpa	27,4	31,2	29,0	28,4	0,9	0,9	7,8	12,1
	Básico 2º ciclo				Médio			
	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
Mértola	-	5,9	12,7	12,5	-	0,6	0,3	0,4
Serpa	-	9,3	15,1	13,0	-	0,7	0,3	0,7
	Básico 3º ciclo				Superior			
	1960	1981	2001	2011	1960	1981	2001	2011
Mértola	-	2,3	11,9	14,6	0,1	0,1	2,2	5,1
Serpa	-	3,7	12,1	18,0	0,1	0,4	3,4	7,5

Quadro 7 - Nível de escolaridade nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: Pordata

- **Indicadores Económicos**

O Alentejo mantém uma taxa de desemprego seguidamente elevada, no ano de 2013, registou um valor de 16,9%, ligeiramente acima do registado em Portugal (16,2%), esse resultado poderá ser explicado com base na fragilidade do tecido económico da região. Quanto a evolução da **taxa de desemprego** (figura 19), nos municípios

analisados, Mértola registava um valor de 6,0% no início da década de 1960, passando para os 12% em 2011, representando um considerável aumento de 100% ao longo do período estudado. Quanto ao concelho de Serpa, a taxa observada em 1960 era de 2,3%, atualmente este valor situa-se nos 20,5%, o que se traduz num aumento de 791% em 2011.

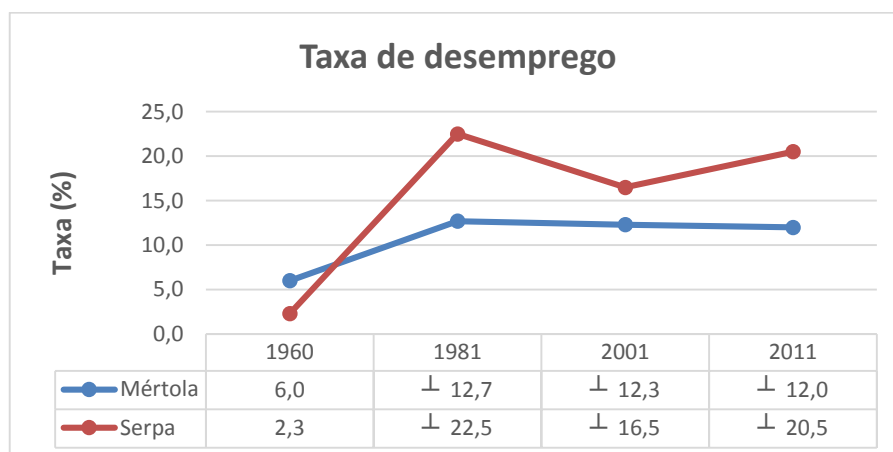


Figura 19 - Taxa de desemprego nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: Pordata

Segundo dados do INE, o **número de empresas** (figura 20), tem vindo a diminuir, ligeiramente, nos dois concelhos, entre os anos de 2004 e 2012 Mértola registou uma diminuição de menos 104 unidades, passando de 844 para 740 estabelecimentos, o que corresponde a uma redução de 12%. O mesmo ocorreu em Serpa, o município apresentou um resultado de menos 96 empresas, passando de 1 633 para 1 537 entre 2004 e 2012, um decréscimo de 6% no número total de empresas.

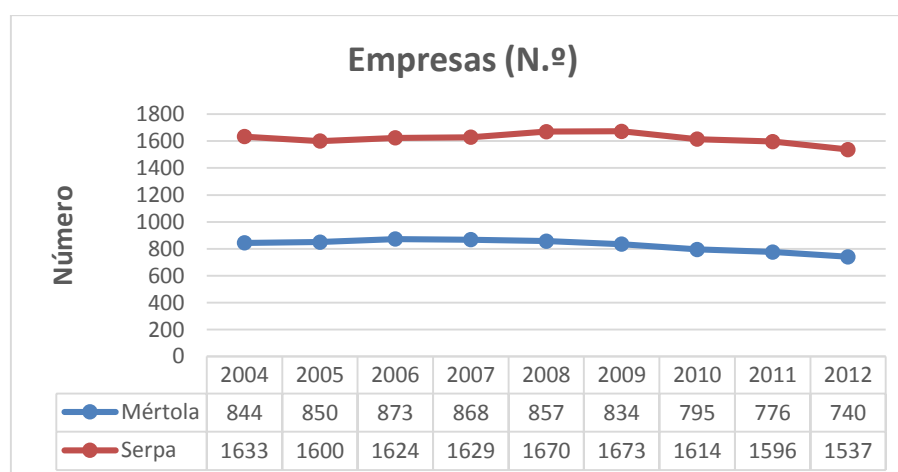


Figura 20 - Número de empresas nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: INE

Especificamente no que concerne às **explorações agrícolas** (figura 21), observa-se uma forte tendência na redução do número total de explorações. O concelho de

Mértola que registava 1 184 unidades no ano de 1989 passou para 663 em 2009, redução de menos 44% explorações. Comparativamente em Serpa a redução no mesmo período foi de 2 690 para 2 001 explorações entre 1989 e 2009, representando menos 26% no número de explorações.

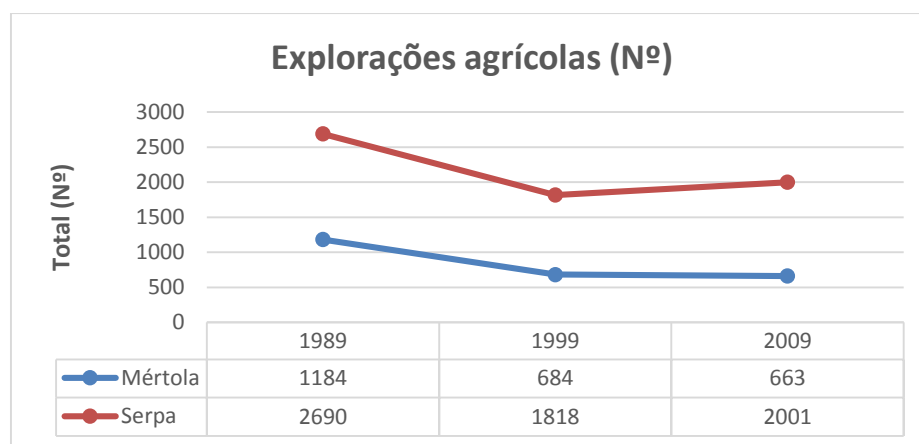


Figura 21 - Explorações agrícolas nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: INE

Em consequência das alterações introduzidas, sobretudo, nas políticas de desenvolvimento rural e agrícola, observa-se uma deslocalização da população do setor primário para o setor terciário. Desta forma, o setor primário tem vindo a perder peso relativamente aos demais setores. Quanto ao setor secundário, este distribui-se por vários subsectores de atividade, com maior relevância para as indústrias alimentares e as indústrias metalúrgicas de base, os produtos metálicos e a construção civil. No setor terciário o subsector de maior importância é, sobretudo, aos ligados ao comércio por grosso e retalho, alojamento e restauração (Município de Barrancos/ADPM, 2009)

Quanto ao número de **indivíduos empregados**, em 1960 o município de Mértola contava com 10 000 indivíduos empregados por vários setores de atividade, esse número diminuiu para os 2 411 indivíduos em 2011, uma redução de cerca de 76% no número de indivíduos. Relativamente ao município de Serpa, em 1960 o concelho contava com 12 272 indivíduos empregados, no ano de 2011 esse valor desceu para os 5 348 indivíduos empregados, simbolizando uma redução de 56% no número de indivíduos empregados (Figura 31 em anexo).

Os dois concelhos obtiveram uma subida significativa no **ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem** (figura 22), entre os anos de 1985 e 2013, em Mértola este valor passou dos 167,9 para os 792,1 Euros em média, representando em termos percentuais um aumento de 372% neste índice. O mesmo aconteceu no

concelho de Serpa, onde observou-se também uma subida considerável deste valor passando dos 142,9 para os 803, 1, aumento de 462%.

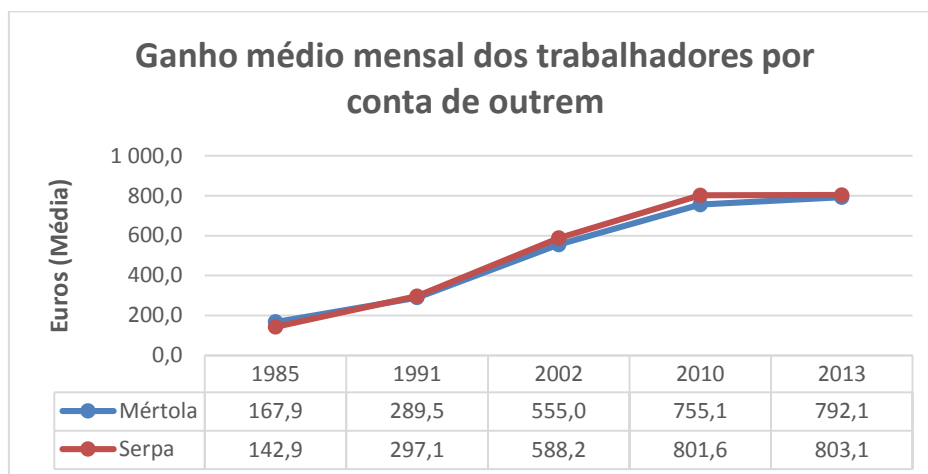


Figura 22 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: Pordata

Relativamente ao **poder de compra *per capita***, verifica-se uma notável melhora nos dois concelhos. No que se refere ao município de Mértola, este índice subiu de 31,61% em 1993 para os 61,31% em 2011, um aumento de 94%. No mesmo período registou-se também um acréscimo do poder de compra *per capita* do município de Serpa que passou dos 44,66% para os 66,68%, representando um acréscimo de 49% (Figura 32 em anexo).

- **Indicadores Ambientais**

Na sequência de uma conjugação de condições de ordem natural, os concelhos de Mértola e Serpa estão inseridos numa região bastante limitada em relação a disponibilidade de recursos hídricos, principalmente, nas origens de água bruta de carácter subterrâneo utilizada para consumo humano, esta circunstância é o resultado de características hidrogeológicas presentes nesta região que se traduzem em produtividades muito baixas e consequentemente baixa disponibilidade em água para ser captada (CMM/ s data).

De acordo com os dados do INE **as despesas em ambiente dos municípios por habitante** (figura 23), traçaram percursos distintos nos dois territórios, sendo que Mértola possui a maior despesa, principalmente, entre os anos de 2003 e 2005 em que este valor disparou, atingindo o máximo de 342 Euros por habitante (2005). Atualmente, a despesa do município de Mértola com ambiente é de 101 Euros por habitante (2013),

valor muito superior ao registado no ano de 1993 (15 Euros por habitante), o que representa um aumento de 573% neste período. Relativamente ao município de Serpa, este manteve sempre uma trajetória ascendente homogénea entre os anos apresentados, passando dos 11 Euros por habitante em 1993 para os 61 Euros em 2013, um crescimento de 455%.

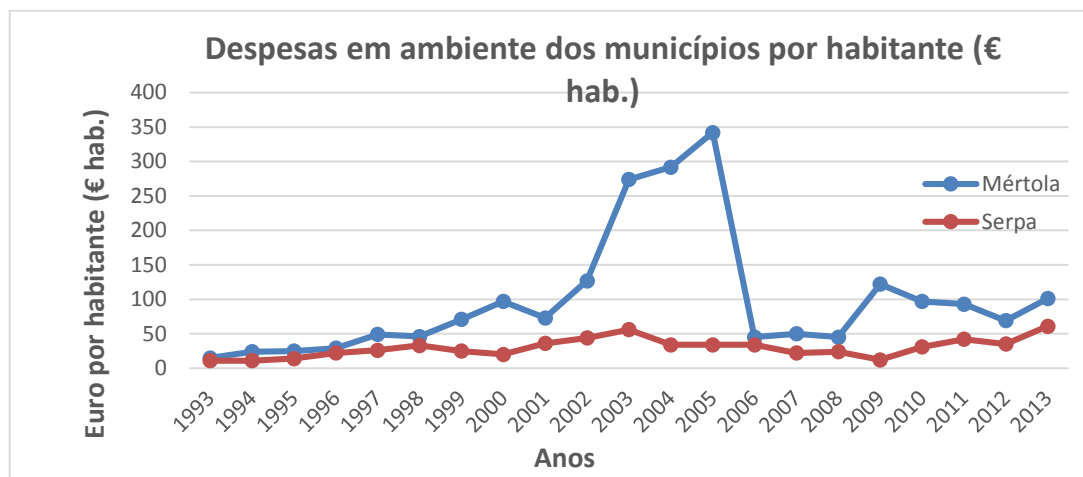


Figura 23 - Despesas em ambiente dos municípios por habitante nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: INE

Neste sentido, os dados relativos às **receitas em ambiente dos municípios por habitante** (figura 24), relevam um traçado bastante semelhante ao registado nas despesas, mais uma vez o município de Mértola figura com o maior valor, atingindo o seu pico no ano de 2005, com uma receita de 145 Euros por habitante. De acordo com os valores de 2013 a receita em ambiente encontra-se a volta dos 35 Euros por habitante, valor bastante superior ao registado em 1994 de 1 Euro por habitante, assinalando um considerável aumento de 3 400%. Quanto ao território de Serpa, este manteve-se mais ou menos equilibrado durante a série aqui analisada, o município passou a obter receitas a partir de 1995 ano em que registou o valor de 8 Euros por habitante, atualmente este valor encontra-se nos 18 Euros por habitante, um acréscimo de 125% no período considerado.

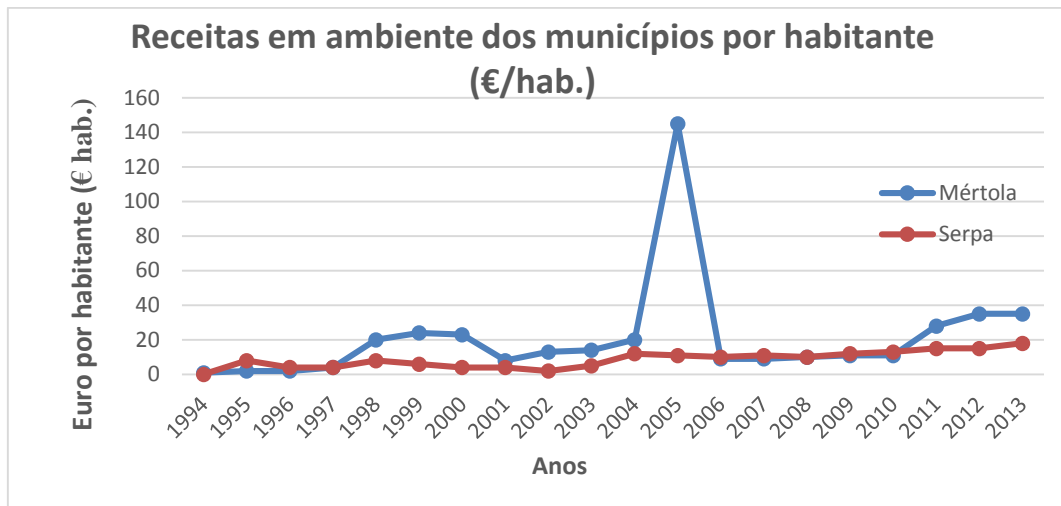


Figura 24 - Receitas em ambiente dos municípios por habitante nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: INE

No território dos dois concelhos ao longo do período compreendido entre os anos de 2004 e 2010 a **área destinada para a Zona de Proteção Especial da Rede Natura 2000** manteve-se praticamente inalterada. Houve um ligeiro aumento a partir do ano de 2008 desta componente no município de Mértola, que passou dos 71 198 hectares para 72 775 hectares em 2010, um modesto aumento de 2%. Por outro lado, o concelho de Serpa pouco alterou a área afeta as ZPE's no ano de 2004 eram de 9 343 hectares e em 2010 esse número desceu ligeiramente para os 9 337 hectares, redução de 0,06% no período analisado.

- **Indicadores Institucionais**

As associações de defesa e valorização do ambiente e/ou património natural e construído, desenvolvem um papel de extrema importância no território, sobretudo, em regiões onde o panorama socioeconómico é considerado desfavorável. De acordo com os dados disponíveis pelo INE nas duas áreas analisadas, existe apenas uma **organização não-governamental voltada para as atividades ambientais (ONGA)**, a qual se localiza em Mértola.

O número de **associados desta organização não-governamental de ambiente por mil habitantes** (figura 25), tem vindo a evoluir positivamente nos últimos anos. Em 1998, o concelho de Mértola contava com 130 associados por cada mil habitantes, em 2014 esse número subiu para os 213 associados, o que representa em termos percentuais um aumento de 64% no número de associados por cada mil habitantes. Importa ressaltar, que neste caso, a trajetória ascendente deste indicador pode, em

parte, ser explicado pela diminuição do número da população residente no município, uma vez que, o indicador em causa é uma medida proporcional por cada mil habitantes.

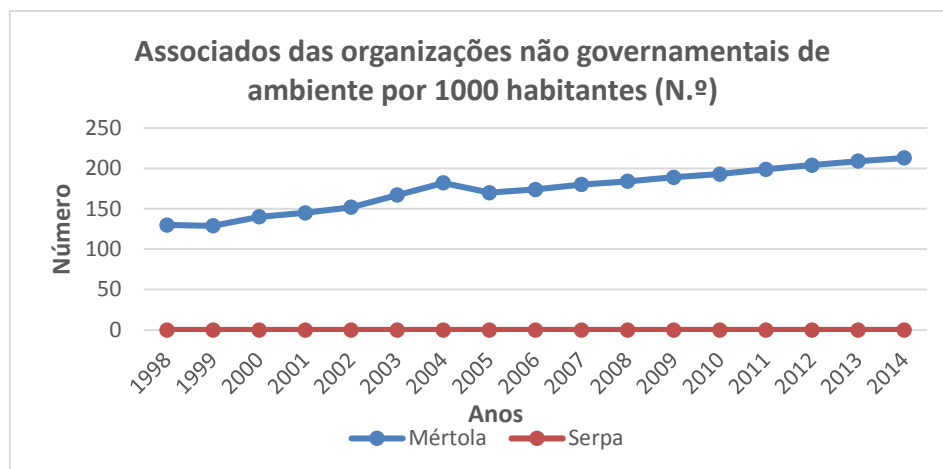


Figura 25 - Associados das organizações não-governamentais de ambiente por 1000 habitantes nos concelhos de Mértola e Serpa / Fonte: INE

O investimento destinado às ações de proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios ao longo da série analisada têm-se mantido praticamente nulo, no período estatístico compreendido entre 1993 e 2013, em apenas três ocasiões registaram-se a ocorrência de investimentos neste âmbito, todas em Mértola nos anos de 1993 (2 milhares Euros), 1999 (5 milhares Euros) e 2000 (136 milhares Euros). Relativamente ao município de Serpa no período analisado o investimento na proteção da biodiversidade e da paisagem foi inexistente em todos os anos.

Relativamente ao **número de bombeiros** nos dois municípios, este tem vindo a decair nos últimos anos. Em 1998 era contabilizados no concelho de Mértola, 65 indivíduos que pertenciam a esta categoria, após um ligeiro aumento, principalmente, no início dos anos 2000, este número voltou a cair para menos da metade, no ano de 2013, foram contabilizados 33 indivíduos pertencentes a esta categoria, uma redução de 49% neste índice. Comparativamente, o município de Serpa possui um trajetória semelhante ao ocorrido em Mértola, no ano de 1998 eram registados 67 indivíduos nas corporações de bombeiros, no ano de 2013 esse número diminuiu para 40, o que se traduz numa redução de 40% no número de indivíduos pertencentes a esta categoria (Figura 33 em anexo).

5.2 – Análise Qualitativa: Entrevistas

A seguir passam a ser apresentados os resultados da análise realizada relativamente às respostas obtidas através das dez entrevistas as entidades da região com intervenção na área abrangida pelo Parque Natural do Vale do Guadiana. Estes dados empíricos são apresentados de acordo com os grupos de questões e as respetivas questões que estruturam o guião de entrevista.

- **Impactos socioeconómicos**

1- A criação do PNVG contribuiu para a dinamização da economia local? De que forma?

Para 67% dos entrevistados o PNVG contribuiu para a dinamização da economia local, principalmente, através do setor do turismo/atividades recreativas, onde 40% deste total consideram este setor como o mais beneficiado neste âmbito, ainda de entre as opiniões favoráveis quanto ao contributo do parque na dinamização da economia local, 13% julgam que a criação do PNVG foi benéfica, pois gerou mais empregos na região. Outros setores também figuram como favorecidos com a implementação do parque, como é o caso do setor dos produtos naturais/artesanais e a caça, com 7% cada. Por outro lado, 33% dos entrevistados consideram que o parque não trouxe nenhum benefício em termos económicos para a região.

2- Quais as atividades económicas que mais beneficiaram com a criação do Parque?

A maioria dos entrevistados (80%) considera que houve atividades económicas beneficiadas com a implementação do parque. De entre as atividades que mais foram favorecidas com o estabelecimento do PNVG na região estão: o turismo/atividades recreativas, a caça, os produtos naturais/artesanais, a restauração e as atividades agropecuárias, de entre essas, 44% dos entrevistados apontam as atividades turísticas como a mais beneficiada, em seguida situa-se a caça e os produtos naturais/artesanais com 14% cada, o setor da restauração representa 10% das respostas e ainda o setor agropecuário, com 5%. No sentido inverso, 20% dos participantes não considera haver atividades económicas que tenham sido beneficiadas com o PNVG, desse total, 50% acredita que as limitações regulamentares impostas pela gestão do parque não permitem o desenvolvimento de atividades económicas na região e outros 50% da amostra não justificou a sua resposta.

3- Considera que influenciou de alguma maneira a criação de empregos na região? Se sim, quais os setores mais influenciados?

80% dos entrevistados acreditam que sim, o PNVG foi um motor na geração de empregos na região. Desse total, 33% aponta o setor turístico/atividades recreativas como o principal beneficiado, seguido pelo setor da restauração com 19% das respostas, e igualmente, com 19% dos entrevistados a considerarem que a existência da sede do parque e o desenvolvimento das suas atividades no concelho de Mértola, também veio a contribuir para a criação de empregos na região através dos próprios funcionários do parque. As atividades ligadas aos produtos naturais/artesanais e a caça, também configuram como atividades que mais geraram empregos na região com 14% e 10% respetivamente do total das respostas. Por último as atividades agropecuárias foram citadas por 5% dos entrevistados. Por outro lado, 20% do total da amostra afirma que as limitações impostas pelo parque não permitem o incremento de empregos na região.

4- O parque constitui uma oportunidade para o desenvolvimento do empreendedorismo local? Se sim, de que modo?

Quando perguntados se o PNVG constituiu uma oportunidade para o desenvolvimento do empreendedorismo local, 80% dos entrevistados consideram que não, desses, 56% alegam dificuldades no desenvolvimento de ações empreendedoras baseadas nas limitações impostas pelo parque, 33% citam o carácter “pouco” empreendedor da população como obstáculo ao empreendedorismo local e ainda 11% dos participantes não justificaram a sua resposta. No sentido inverso, 20% consideram que houve desenvolvimento do empreendedorismo na região, com destaque para o setor turístico/atividades recreativas com 67% das respostas desse total e ainda 33% dos entrevistados citam o setor da caça como o outro setor que mais gerou ações de carácter empreendedor no território.

5- O notório envelhecimento populacional, associado a emigração por parte da população jovem, influencia de que maneira no PNVG?

Quanto as dinâmicas demográficas observadas no território, no que diz respeito ao envelhecimento populacional, aliado a emigração por parte da população jovem,

60% do total dos entrevistados consideram que estes fatores influenciam diretamente no PNVG. Entre estes, 36% apontam esta realidade como motivadora para a perda de empregos e dinamismo económico, igualmente como, outros 36% alegam que as pressões demográficas da região influenciam na perda dos valores patrimoniais/biodiversidade/identidade e ainda de entre os que consideram haver influências, 27% dos entrevistados acreditam que as questões demográficas observadas na região são decisivas para a ocorrência de situações de abandono das terras e consequentemente o despovoamento e desertificação do território. Em contrapartida, 30% do total dos entrevistados afirmam que o envelhecimento populacional e a emigração da população jovem são situações que não têm influências sobre a gestão e a evolução parque. Observa-se ainda a ocorrência de 10% do total da amostra cuja resposta revelou-se inconclusiva.

É possível constatar a partir deste primeiro conjunto de perguntas relacionadas com os **impactos socioeconómicos** que o setor do turismo/atividades recreativas foi o mais beneficiado e, ao mesmo tempo, influenciado pela implementação do parque de acordo com os entrevistados. Este setor também se destacou quanto à geração de empregos e empreendedorismo, já que a criação do parque fomentou o aproveitamento das condições ambientais em favor das atividades de recreio e lazer.

- **Impactos socioculturais**

6- Qual a influência do PNVG na cultura e no património cultural local?

No que se refere à influência do PNVG na cultura e no património cultural local, 80% do total da amostra considera que o parque tem influência direta nessa questão. Desse total, 50% dos participantes afirmam que essa influência acontece através da preservação dos valores ambientais (fauna e flora), 22% associam a figura do parque a um benefício na preservação do património construído e imaterial da região, 14% julgam existir influências nas atividades ligadas ao setor da caça, 7% das respostas alegam haver benefícios para a cultura e no património local relacionados com as questões do turismo/atividades recreativas, da mesma forma que 7% da amostra considera a existência do parque natural positivo na valorização e preservação dos produtos naturais/artesanais locais. No sentido inverso, 20% dos questionados revelam que o

PNVG não tem influência nos temas relacionados com a cultura e o património cultural local.

7- De que forma a existência do PNVG influenciou a autoestima da população e consequentemente a identidade local?

Quanto às questões relacionadas com o efeito do PNVG na autoestima da população e no reforço da identidade local, observa-se claramente um equilíbrio nas respostas, onde 40% do total dos entrevistados considera como positiva a criação do parque relativamente à autoestima e a identidade local, de entre estes, 50% alegam que isso acontece através de uma maior identificação dos residentes com os valores ambientais do território, 42% considera que existem vantagens em termos de uma maior visibilidade e reconhecimento da região perante os turistas e técnicos e 8% acredita que o maior contributo está relacionado com a redução da pobreza na região, e isto veio a refletir no aumento da autoestima da população. Para outros 40% do total da amostra a implementação do parque natural teve implicações negativas na autoestima e na identidade da população local, este efeito negativo é justificado pelos entrevistados através da imposição das limitações regulamentares do parque. Por fim 20% do total das respostas revelaram-se como inconclusiva em virtude de haver a consideração das duas vertentes na mesma resposta.

8- Acredita que a existência desta área protegida estimulou/valorizou de alguma maneira a prática de atividades tradicionais?

Quando questionadas relativamente a influência do parque natural na valorização das práticas tradicionais desenvolvidas na região, observou-se um claro equilíbrio nesta matéria, com 50% dos entrevistados a considerarem que sim, contra 50% que afirmam não haver estímulos. De entre os que consideraram o parque como uma valorização, os produtos naturais/artesanais são para 50% desse total o setor mais beneficiado, seguido pelas atividades cinegéticas com 37,5% e a caça com 12,5%. No sentido contrário, de entre as respostas que consideraram não haver valorização do parque nas práticas tradicionais, 60% destes afirmam que as limitações regulamentares impostas pelo parque são o principal fator e 40% não justificaram a sua resposta.

Este segundo conjunto de perguntas foi pautado pela existência de um equilíbrio quanto as questões relacionadas aos **impactos socioculturais**, as entidades entrevistadas demonstram estar claramente divididas relativamente a influência do Parque Natural do Vale do Guadiana na autoestima da população ou até mesmo na valorização das práticas culturais tradicionais da região.

- **Impactos na governança local**

9- A criação do Parque colaborou para o desenvolvimento de relações de cooperação entre as diversas instituições ligadas à região?

De modo a favorecer o bom funcionamento e gestão de uma área protegida, é essencial que exista uma boa articulação entre as diversas entidades que atuam no território. Perante isto, o desenvolvimento de relações de cooperação entre as diversas instituições atuantes no PNVG é encarado como positiva por 60% dos participantes, que afirmam haver uma certa aproximação entre as entidades e associações existentes em decorrência da implementação do parque na região. Por outro lado, 30% dos entrevistados consideram que não houve uma mais-valia nas relações entre as entidades no território, considerando não existirem relações estreitas entre as diversas instituições e 10% não sabem ou não respondem. Entre as entidades mais vezes citadas pelos entrevistados, estão a CMM (Câmara Municipal de Mértola) com 45%, a ADPM (Associação de Defesa do Património de Mértola) com 36%, o CAM (Campo Arqueológico de Mértola) com 9%, outras entidades somam 9% do total da amostra.

10- Acredita que existe partilha de informações, responsabilidades e decisão entre as várias entidades atuantes? De que forma isso acontece?

Quando perguntados se acreditam na partilha de informações, de responsabilidades e de decisões entre as várias entidades atuantes, 60% do total dos entrevistados afirma existir. Destes, 50% consideram que essa partilha acontece, sobretudo, através dos planos de gestão e ordenamento, 33% através da realização de reuniões e eventos e 17% responderam que sim sem justificação. No sentido contrário, para 40% do total da amostra não existe partilha de informações entre as entidades, desse conjunto 50% acredita que o fato de o parque não ser gerido localmente dificulta a partilha de informações, bem como de responsabilidades e decisão entre as várias

entidades atuantes na região, 25% dos participantes afirma ter existido apenas na fase inicial de criação do parque e igualmente 25% não justificam a sua resposta.

11- Atraiu o desenvolvimento de projetos e parcerias para a região?

Neste quesito, o parque constituiu um fator de atração de parcerias e projetos na região para 60% do total dos entrevistados, desses, 67% responderam que o setor do turismo/atividades recreativas é o mais beneficiado e 33% responderam que o PNVG foi importante no estabelecimento de parcerias entre as associações e as entidades locais. Por outro lado, 20% do total da amostra considera que o parque não exerce influência nessa matéria, metade destes justificam essa não atração devido as limitações regulamentares impostas na área compreendida pelo parque e a outra metade não justificou a sua resposta. Por fim, 20% do total dos participantes não sabem ou não responderam.

12- Considera que existem conflitos entre as atividades económicas desenvolvidas e os objetivos de conservação do PNVG? Se sim, quais? Entre que atores?

A totalidade dos entrevistados considera que sim, existem conflitos entre as atividades económicas desenvolvidas no parque e os objetivos de conservação do mesmo. Para as entidades entrevistadas, a fileira agropecuária e florestal (39%) e as atividades do setor da caça (39%) são os principais setores geradores de conflitos, entre as atividades económicas e os objetivos de conservação do parque. A recente campanha de introdução do Lince-Ibérico na área do PNVG é para 11% dos entrevistados motivo maior da existência de conflitos, 11% também é o total da amostra que considera a construção de infraestruturas de apoio às atividades económicas o principal motivo de desacordos na região.

13 - Conhece alguma estratégia que tenha sido definida e implementada com vista à adoção de princípios de governança?

Quando questionados se têm conhecimentos de estratégias que tenham sido definidas e implementadas na região com vista a adoção de princípios de governança, 60% dos participantes afirmam que sim, sobretudo, através de ações de sensibilização/*workshops* com a população, nomeadamente, sobre a introdução do

Lince-Ibérico e na conservação de espécies. E 40% do total da amostra afirmam não ter nenhum conhecimento quanto a aplicação de tais medidas.

O terceiro conjunto de respostas acerca dos **impactos na governança local** destaca-se pelo reconhecimento no papel do parque no desenvolvimento de relações entre as entidades locais, favorecendo a criação de parcerias colaborativas entre as mesmas, ainda assim, constata-se a existência de conflitos entre diversos setores da sociedade e o parque.

- **Impactos sobre o ambiente e o território**

14- Do ponto de vista ambiental, considera que houve ao longo destas duas últimas décadas um avanço ou retrocesso quanto à conservação da paisagem e da biodiversidade? Porquê?

Do ponto de vista ambiental, uma clara maioria (80%), considera haver avanços no que toca à conservação da paisagem e da biodiversidade na região do PNVG. De entre estes, 35% afirmam que os avanços foram, sobretudo, na preservação dos valores ambientais, 29% no aumento do número de espécies, 18% devido a adoção de boas práticas nas atividades agropecuárias, 12% através do ordenamento cinegético e 6% considera que houve um avanço devido a investigação científica realizada na área do parque. No sentido contrário, 10% do total dos entrevistados afirma existir um retrocesso, sendo a florestação de pinheiros fator unânime na totalidade das respostas entre os participantes deste conjunto e ainda, 10% do total da amostra afirmam que tanto houve avanços como retrocessos.

15- Quais os aspetos mais importantes da transformação da paisagem da região nos últimos 20 anos?

Quanto aos aspetos mais importantes da transformação da paisagem nos últimos 20 anos, 56% dos entrevistados consideram as manchas florestais de pinheiros como o aspeto mais relevante na alteração paisagística da região. 17% dos questionados admitem que o abandono dos terrenos agrícolas é o fator mais importante desta transformação, a perda das áreas de montado são para 11% dos entrevistados condição de maior relevância. Constam ainda áreas com a introdução de culturas vinícolas, de atividades agropecuária e o crescimento de estevas com 5% cada das opiniões.

16- De que modo decorreu a articulação entre o Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural e outros instrumentos de gestão territorial de âmbito local?

O modo como decorreu a articulação entre o Plano de Ordenamento e Gestão do PNVG e os demais instrumentos de gestão territorial de âmbito local, é definitivamente um tema que divide bastante as opiniões, 30% das respostas consideram não haver conflitos, ou seja, existe uma boa articulação entre os planos de âmbito local e o plano de ordenamento e gestão do parque. No sentido contrário, 20% acreditam que existem conflitos entre os diversos âmbitos, assim como, 20% é também o total dos participantes que alegam não haver qualquer tipo de articulação entre os planos, uma vez que, o plano de ordenamento e gestão sobrepõe-se aos demais. E por fim, 30% dos entrevistados afirma não ter conhecimento quanto a essa matéria.

17- Articulação com os instrumentos de gestão territorial

- **Numa escala de 1 a 5 como avalia o desempenho do PNVG a nível local nos últimos 20 anos?**

Quanto a articulação com os instrumentos de gestão territorial, numa escala de 1 a 5 (onde 1 representava o nível mínimo de articulação e 5 o nível máximo), foi pedido a cada um dos participantes que avaliasse o desempenho do PNVG a nível local nos últimos 20 anos. Os resultados obtidos confirmam que, a maioria dos participantes (30%) avaliam com o nível 3 da escala o desempenho do parque nessa matéria, os níveis 1 e 4 representam cada um 20% das respostas, ficando o nível 2 com 10% do total da amostra, o nível 5 não foi citado por nenhum dos entrevistados. E ainda 20% do total da amostra não sabiam ou não responderam.

No quarto grupo de perguntas relacionadas com os **impactos sobre o ambiente e o território** é possível identificar que o maior impacto na região está ligado as ações de reflorestamento desenvolvidas durante o início da década de 1990 em grande parte do concelho, onde foi utilizado o plantio de espécies florestais, sobretudo, de pinheiros e eucaliptos que alterou de forma profunda a paisagem da região. Contudo, este foi um dos aspetos anteriores que motivaram a criação do parque na região, na tentativa de travar ou pelo menos diminuir os efeitos desta ação.

- **Problemas e desafios atuais**

18- Quais são os problemas e desafios atuais para a gestão do PNVG?

Quando questionados relativamente aos problemas e desafios atuais para a gestão do PNVG, na opinião dos entrevistados, 22% julgam que a falta de ações de divulgação e promoção do parque como uma entidade presente na região junto a população é o maior desafio para a gestão desta área. 17% das respostas afirmam que o maior obstáculo é a aceitação do parque por parte da população residente, principalmente, a parcela mais idosa desta. 13% dos participantes entendem as dificuldades financeiras como o maior impedimento. Em seguida, surgem quatro categorias com a mesma percentagem do total das respostas (9% cada), que são: falta de recursos humanos, administração centralizada em Lisboa e não presente em Mértola (não regional), desenvolvimento económico local e majoração das limitações aos proprietários dos terrenos. Por fim, questões ligadas a perda populacional, a articulação entre as entidades da região e a degradação dos recursos naturais são os maiores desafios para 4% dos entrevistados em cada uma destas situações citadas.

- **A ambição para o futuro, visão, ideia estruturante**

19- Qual é a ambição ou a visão estratégica que preconiza para o PNVG nos próximos 10 anos?

Várias são as ambições dos entrevistados em forma de visão estratégica para o futuro do parque, a principal delas prende-se com as questões ligadas à preservação ambiental da área, representando 18% das respostas. 15% ambicionam que haja uma maior articulação entre o parque e as entidades da região. 12% desejam, respetivamente, maiores recursos financeiros e mais capacidade de diálogo entre o parque e a população residente. As categorias de maior dinamização turística e recursos humanos possuem 9% cada, constam ainda a determinação que o parque detivesse um modelo de gestão local (6%) e a capacidade de gerar mais empregos na região (6%). Por último, 3% em cada uma das afirmações desejam que o parque fosse capaz de travar a perda da população local, de melhoramento dos aspetos relacionados com a atividade cinegética, do pagamento de majorações aos proprietários referentes às limitações impostas por possuírem as suas terras dentro dos limites do parque e ainda a valorização dos produtos tradicionais da região.

O conjunto relacionado com as duas últimas questões do guião revela que entre os maiores problemas e desafios atuais observados nas respostas prende-se, sobretudo, com a falta de ações de divulgação e promoção do parque como uma entidade presente na região, a aceitação do parque por parte da população residente, em especial, os mais idosos e as dificuldades financeiras para a sua gestão. Quanto a ambição para o futuro, na opinião dos entrevistados, destaca-se o desejo da continuidade nos trabalhos de preservação ambiental da área, uma maior capacidade de articulação entre o parque e as entidades da região, maiores recursos financeiros e a melhoria da capacidade de diálogo com a população.

5.3 – Resultados Finais: confrontação das análises quantitativa e qualitativa

A seguir serão apresentados os resultados referentes à confrontação entre as duas ferramentas metodológicas utilizadas nesta investigação: a análise quantitativa, através do uso de indicadores (sociais, económicos, ambientais e institucionais) e análise qualitativa realizada por meio de entrevistas presenciais a várias entidades da região. Esta confrontação tem por objetivo discutir os resultados obtidos por meio de cada uma das metodologias utilizadas, de modo a traçar um resultado final referente em que consistiu a criação do Parque Natural do Vale do Guadiana no desenvolvimento local nesta região do país. Para esse fim, foi elaborada uma tabela de cruzamento entre as informações extraídas de cada um dos métodos, e as suas respetivas reflexões.

- **Âmbito social**

De modo a realizar a confrontação entre os resultados obtidos, de entre os vários índices sociais analisados, foram selecionados quatro indicadores neste âmbito para a avaliação do impacto do Parque Natural do Vale do Guadiana na região, foram eles: População residente; índice de envelhecimento; população ativa e saldo migratório. Partindo de uma análise geral, a primeira conclusão obtida neste estudo ressalta os graves problemas relacionados com a perda na estrutura demográfica da região.

Podemos constatar que entre os anos de 1960 e 2014 a **população residente** tem vindo a diminuir drasticamente nos dois concelhos, trazendo consigo graves problemas ao nível do despovoamento dos núcleos urbanos e rurais, o que poderá conduzir a desertificação e conseqüentemente o abandono dos terrenos agrícolas por perda de fertilidade dos solos. A conjugação destas circunstâncias acarretam em graves

problemas ambientais e económicos com as quebras na produção e produtividade agrícola e a intensificação dos processos de degradação dos solos, problemas os quais o parque natural não conseguiu inverter.

Relativamente ao **índice de envelhecimento**, observa-se um aumento gradual ao longo das últimas décadas, traduzindo-se num elevado número de idosos comparativamente ao total da população dos dois municípios, estes fator tem como consequência a perda dos traços tradicionais e da identidade cultural da região, uma vez que, são os mais idosos os detentores do saber-fazer e das artes tradicionais, onde habitualmente estão depositados os valores culturais e de identidade de um povo e de uma região.

Quanto a **população ativa**, esta tem vindo a ser reduzida gradualmente ao longo dos anos, o que origina défice nos recursos humanos e numa ineficiência económica na região, por sua vez, refletindo-se em uma baixa capacidade de geração de empregos e novos empreendimentos. No que diz respeito ao **saldo migratório**, este tem-se demonstrado mais comprometedor no caso de Mértola que tem vindo a registar valores negativos, principalmente, na última década. Esta situação concorre também para uma perda generalizada no número de empregos associada a quebra no dinamismo económico, expresso na total incapacidade de atração e fixação de pessoas para o concelho.

A conjugação destes fatores (índices), resultou nos últimos anos em graves problemas sociais para os dois concelhos, assim como também, um pouco por toda a região do Baixo Alentejo, trazendo como resultado uma forte retração demográfica e económica para a região incapacitando-a de conseguir a superação destes obstáculos, que permitiria regeneração social e económica. O parque poderá vir a ser beneficiado, em parte, dentro deste cenário, com a redução das pressões exercidas sobre o território, uma vez que, em certas ocasiões, o terreno ganha a capacidade de autorregeneração a partir do abandono, diminuindo os processos de compactação do solo e sobrepastoreio, por exemplo, reestabelecendo o equilíbrio dos ecossistemas.

- **Âmbito económico**

Para a realização da análise dos indicadores económicos da região foram escolhidos de entre os vários índices quatro indicadores de modo a fornecer uma visão

da atuação do PNVG no desenvolvimento local, que são: a taxa de desemprego; o número de empresas; número de explorações agrícolas e o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem.

De acordo com a **taxa de desemprego**, esta tem vindo a aumentar consecutivamente nas últimas décadas. Porém, diante dos resultados obtidos nas entrevistas, o parque é reconhecido como um fator de atração de renda e empregos na região, configurando-se como uma alternativa ao combate do elevado número de indivíduos em situação de desemprego.

O segundo índice analisado diz respeito ao **número de empresas** que observou uma redução entre os anos de 2004 e 2012. Através dos dados recolhidos nas entrevistas, constata-se que a população da região é considerada envelhecida e “pouco empreendedora”, o que poderá influenciar, de algum modo, na redução do número de empresas na região, em decorrência da fraca estrutura empresarial e da reduzida oferta de mão-de-obra, sobretudo, nos setores mais especializados.

Em seguida foi avaliado também o **número de explorações agrícolas**, que apresentou uma redução entre os anos de 1989 e 2009, neste sentido, os resultados obtidos através da análise qualitativa, consideram que o parque possibilitou agregar valor a outras atividades económicas (que não as de cunho agropecuário), como é o caso do setor do turismo e atividades recreativas e de lazer, “aproveitando-se” dos atrativos ambientais da região, que sempre existiram, mas não eram devidamente valorizados. Isto significou uma deslocalização da população do setor primário para o setor terciário em decorrência a mudança no uso do recurso solo que passou a ser utilizado para fins turísticos em detrimento do antigo uso agropecuário, solos em grande parte, já pouco produtivos desgastados por anos sucessivos de utilizações inadequadas.

Por último, ainda dentro do âmbito económico foi levado em consideração o **ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem**, que registou um aumento considerável entre os anos de 1985 e 2013, este fator contribuiu para a redução dos níveis de pobreza da região que, por sua vez, trouxe aos dois municípios melhorias significativas nas condições de vida e de bem-estar humano, refletindo de forma concreta, a elevação da autoestima e da dignidade do povo desta região.

No que se refere a análise dos dados económicos, podemos constatar que o momento que a região atravessa é delicado, aqui demonstrado pela retração observada

em praticamente todos os índices observados. Devemos, no entanto, ter em consideração a conjuntura socioeconómica recente que o país atravessa que sem dúvida também vem a contribuir para o agravamento das condições expostas. Ainda assim, o parque é visto pela maioria dos indivíduos participantes da entrevista como uma opção válida no combate das adversidades que se apresentam, funcionando como um gerador de novas oportunidades de negócios para uma região carente de estímulos económicos.

- **Âmbito ambiental**

Os indicadores representativos da dimensão ambiental desta análise são: as despesas e receitas em ambiente dos municípios por habitante. Relativamente ao primeiro indicador, as **despesas em ambiente dos municípios por habitante**, tem vindo a registar uma trajetória ascendente ao longo dos últimos anos, esta valorização tem-se refletido em avanços consideráveis (relatados em todas as entrevistas realizadas), na conservação da paisagem e na biodiversidade, o que se reflete em resultados satisfatórios na conservação dos habitats e no aumento do número de espécies que habitam e se desenvolvem dentro do parque e em suas áreas adjacentes.

No que se refere as **receitas em ambiente dos municípios por habitante**, observa-se um aumento considerável desde o ano de 1994, este incremento poderá estar relacionado com uma maior visibilidade e reconhecimento por parte de turistas e técnicos, fato este observado em boa parte das entrevistas realizadas, traduzindo-se numa maior capacidade de atração de visitantes, que por sua vez, constitui-se como um incentivo financeiro para a economia da região.

A combinação destes indicadores exprimem, de certa forma, o êxito alcançado pelo Parque Natural do Vale do Guadiana na tentativa de travar ou, pelo ao menos, de minorar os processos de alteração e degradação da paisagem e da biodiversidade que vinham sendo observados ainda antes mesmo da sua criação, sendo reconhecido como uma mais-valia na sensibilização através ações de preservação dos valores ambientais, patrimoniais e imateriais da região, atuando como um agente fiscalizador “defensor do ambiente”.

- **Âmbito institucional**

De entre os indicadores institucionais utilizados na análise quantitativa desta avaliação, foram escolhidos para a confrontação dos resultados os seguintes: associados das organizações não-governamentais de ambiente e o investimento destinado às ações de proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios. Relativamente ao **número de associados das organizações não-governamentais de ambiente**, destaca-se o papel de grande relevância na região da ADPM (Associação de Defesa do Património de Mértola), que constitui-se como a única associação desta espécie na região, localizada no concelho de Mértola, é considerada entre os participantes da entrevista como uma das entidades mais relevantes no que concerne ao desenvolvimento de relações de cooperação entre as instituições no território, esta circunstância exprime-se através de um importante fortalecimento do associativismo ambiental, essencial nas ações e projetos por ela desenvolvidos.

No que diz respeito ao **investimento destinado às ações de proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios**, este revelou-se praticamente nulo ao longo da série de anos analisada, registando-se apenas três ocorrências durante esse período (todas concentradas no concelho de Mértola), este cenário, reflete-se no resultado obtido por meio das entrevistas o qual destaca-se as florestações introduzidas nos dois territórios (pinheiros e eucaliptos), como o aspeto mais relevante na transformação da paisagem nos últimos vinte anos, o que leva a crer que o frágil investimento realizado tem-se demonstrado incapaz de solucionar os problemas relacionados com as alterações verificadas do uso do solo e na paisagem.

A análise dos fatores institucionais revela, por um lado, avanços consideráveis que dizem respeito a atuação da sociedade nas ações de cooperação e/ou parcerias, trazendo a responsabilidade de participação ativa dos cidadãos nas dinâmicas dos seus próprios processos de desenvolvimento local. Mas, por outro lado, a baixa capacidade de investimentos na proteção ambiental dos municípios revela-se um indicador insuficiente, uma vez que, raras foram as situações em que ocorreram, de forma efetiva, ao longo dos últimos anos, a utilização de fundos para estas finalidades, constituindo-se como uma lacuna nas atividades relativas à proteção dos ecossistemas e do habitat.

Indicador quantitativo	Indicador qualitativo	Resultado/Reflexão
População residente: Redução entre 1960 e 2014	Abandono dos terrenos agrícolas, despovoamento e desertificação	O PNVG não conseguiu inverter os graves problemas ambientais e a degradação dos solos
Índice de envelhecimento: Aumento entre 1991 e 2013	Região com elevado índice de idosos na sua população	Perda dos traços tradicionais e identidade
População ativa: Redução entre 1960 e 2011	Falta de recursos humanos	Baixa capacidade de geração de empregos
Saldo migratório: Negativo em Mértola entre 1991 e 2013 e positivo para Serpa	Perda de empregos e dinamismo económico	Incapacidade de atração e fixação de pessoas para o município
Taxa de desemprego: Aumento entre 1960 e 2011	PNVG considerado gerador de empregos na região	Parque é visto como uma alternativa à geração de empregos
Nº de empresas: Redução ligeira entre 2004 e 2012	População considerada pouco empreendedora	Fraco empreendedorismo local
Explorações agrícolas: Redução entre 1989 e 2009	PNVG valorizou outras atividades económicas (turismo)	Observou-se uma deslocalização da população do setor primário para o terciário
Ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem: Aumento entre 1985 e 2013	Redução dos níveis de pobreza na região	Melhorias na condição de vida e bem-estar humano
Despesas em ambiente dos municípios por habitante: Aumento entre 1993 e 2013	Avanços na conservação da paisagem e biodiversidade	Resultados satisfatórios na conservação de habitats e aumento no nº de espécies
Receitas em ambiente dos municípios por habitante: Aumento entre 1994 e 2013	Maior visibilidade e reconhecimento por parte de turistas e técnicos	Maior capacidade de atração de visitantes para a região
Associados da ONGA por 1000 hab.: Aumento entre 1998 e 2014	ADPM entre as entidades mais relevantes nas relações de cooperação	Fortalecimento do associativismo ambiental na região
Investimento destinado às ações de proteção da biodiversidade e paisagem dos municípios: Praticamente nulo entre 1993 e 2013 (apenas 3 ocorrências em Mértola)	Todas as entidades ouvidas consideram as florestações (pinheiros e eucaliptos) como o aspeto mais relevante na transformação da paisagem	O fraco investimento realizado tem-se demonstrado incapaz de solucionar os problemas relacionados com as alterações do uso do solo e na paisagem

Quadro 8 - Confrontação das análises quantitativa e qualitativa / Fonte: Própria

5.4 – Limitações e Importância da Investigação

A escassez de indicadores de desenvolvimento sustentável, específicos sobre os concelhos onde está localizado o Parque Natural do Vale do Guadiana impossibilitou um retrato mais conciso do impacto da área protegida no desenvolvimento local, sendo sem dúvida a maior limitação desta Dissertação. Outro ponto a ter em consideração é a não colaboração por meio de entrevistas de cinco importantes Instituições muito atuantes na área do Parque. As suas impressões e opiniões seriam bastante relevantes, uma vez que tais entidades interferem na economia, promovem a cultura e o turismo naquela região.

Embora as dificuldades apresentadas tenham surgido, esta investigação revela-se importante do ponto de vista das entidades envolvidas direta ou indiretamente com o PNVG, como também para investigadores, já que evidencia a visão e o posicionamento de cada um que esteja ligado ao Parque, suas atividades e sua realidade, tornando-se uma fonte de informação para aqueles que se interessem pelo tema.

Conclusão

Os territórios rurais de baixa densidade, partilham de um modo geral os mesmos problemas em suas estruturas socioeconómicas, questões estas relacionadas com a fraca oferta de emprego, elevados índices de emigração e envelhecimento, baixa densidade populacional e níveis críticos de suas infraestruturas e equipamentos.

No caso do território onde o Parque Natural do Vale do Guadiana está inserido não é diferente, constitui-se por uma das regiões de menor densidade populacional da Europa, a qual presenciou, nas últimas décadas, um forte declínio num dos setores mais importantes da sua economia: a agropecuária. Era este o cenário observado na região no momento da criação do PNVG, tendo esta classificação trazido oportunidades como dinamizador das atividades locais, sendo assim considerado como um motor de desenvolvimento.

De um modo geral, o fenómeno de “desruralização” aconteceu um pouco por todo o país, criando as bases que levaram a uma “patrimonialização” e uma consequente intensificação do turismo rural. A redução das áreas de cultivo possibilitou a abertura para uma diversificação de usos do solo, que deixou de ser campo quase que exclusivo das atividades agropecuárias para adquirir várias novas funcionalidades, de que fazem parte o turismo e as atividades recreativas, conjugados com a tarefa primordial que é a proteção ambiental.

Através da avaliação realizada ao Parque Natural do Vale do Guadiana, foi possível constatar que o setor das atividades turísticas ganhou nos últimos anos grande notoriedade, sejam elas de cariz ambiental, cinegético ou cultural, muito por conta da situação do abandono dos terrenos rurais, relegando este território ao abandono dos campos agrícolas, que até certo ponto foi benéfico, na medida em que capacitou a regeneração de certas áreas agregando um estimável valor ambiental ao seu já reconhecido valor patrimonial (Construído e imaterial). Não podemos esquecer que, acessibilidade condicionada aos locais de maior interesse (do ponto de vista ambiental) que nele existem como, por exemplo, a formação geológica do pulo do lobo, local de difícil acesso, que beneficia-se de um relativo estado de conservação, o mesmo acontecendo em outras localidades dentro da área do parque, como a área conhecida como “Canais” e “Corredora”. Isto tudo faz-nos refletir que este território não comporta

um grande fluxo de massificação turística, como talvez “alguns” desejaram no momento inicial do parque, visto tratar-se de áreas moderadamente isoladas, que não permitem fácil acesso ao grande público, caso contrário poderia por em causa as qualidades ambientais da região.

Ainda no que concerne às diferentes atividades desenvolvidas na região, e em especial o turismo, observa-se a existência de uma competição pelo mesmo território, o que vem a originar a ocorrência de potenciais conflitos entre as diferentes atividades, principalmente, entre a atividade cinegética e as demais atividades do turismo de natureza, como a prática do *birdwatching*, por exemplo.

Neste quesito, um dos maiores feitos alcançados na região diz respeito ao ordenamento cinegético, que quando bem organizado, permite a utilização dos recursos naturais do território, auxiliando na manutenção da biodiversidade no território, onde segundo os próprios moradores da área, a cessação da “caça livre”, a criação de reservas (associativas e turísticas), assim como o aumento das ações de controlo e fiscalização sobre as espécies e quantidade de animais a abater e das épocas de caça, trouxeram resultados positivos referentes ao aumento da biodiversidade da região, sobretudo, nas espécies cinegéticas, o que permitiu também um incremento da avifauna como, por exemplo, algumas aves de rapina que voltaram a região devido à existência maior de espécimes que servem de alimentos para estas aves. Estas ações funcionaram como mais um passo em direção à multifuncionalidade do território, contribuindo de forma decisiva na regressão dos impactos sobre os solos, reforçando o que são os objetivos conservacionistas do parque.

Relativamente ao rio Guadiana, este sofreu durante largos anos com os processos de assoreamento, tanto de origem química em decorrência do transportes de inertes oriundos da mina de São Domingos como, posteriormente, de origem biológica, por conta da utilização de adubos fosfatados e de más práticas agrícolas que levaram ao esgotamento dos recursos do solo e conseqüente ao estado de erosão do mesmo. Este cenário agravou-se mais recentemente a partir da entrada em funcionamento da barragem do Alqueva, que com o encerramento de suas comportas interrompeu as limpezas torrenciais naturais do rio Guadiana, o que veio a acrescentar mais um vetor que concorre no processo de assoreamento do rio, inviabilizando, cada vez mais, a navegação no rio.

Apesar da criação do parque ter sido fomentada através de associações de desenvolvimento locais, este não é de todo consenso geral no seio da população que nele reside, ou seja, mesmo passados vinte anos, a sua implementação e gestão dão origem a opiniões distintas por parte das comunidades locais. Vale a pena ressaltar que, as opiniões que se mostram contrárias estão, sobretudo, concentradas nos setores da agropecuária da região, pois é a este nível que se fazem sentir as maiores restrições ao nível da regulamentação do Plano de Ordenamento e Gestão da área protegida. Exemplo disso são os condicionalismos às construções, ao número de cabeças de gado, ao tipo e intensificação de agricultura, entre outros. Para mais alegam que as restrições são impostas por pessoas que não conhecem a realidade da região, que são unicamente impostas, sem a oportunidade de alternativas.

Porém, essas restrições regulamentares estão previstas no próprio Plano de Ordenamento do Parque Natural, que salienta: (...) todos os Parques Naturais dispõem obrigatoriamente de um Plano de Ordenamento e respetivo regulamento, estabelecendo regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e assegurando a permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, através da fixação dos princípios e regras quanto à ocupação, uso e transformação do solo na área do Parque natural, (...) assim, o POPNVG constitui um instrumento vinculativo quer das entidades públicas, quer das entidades privadas (ICNF, 2001). E ainda que o direito a propriedade privada seja reconhecido pela Constituição da República Portuguesa, este direito não é garantido em absoluto, está limitado nos termos previstos e definidos em outras partes da Constituição que remetem aos limites diversos desse direito, como o dever de servir ao interesse geral, numa perspetiva de função social da propriedade, a qual faz parte de um território cujas características e qualidades são únicas e relevantes na inserção da natureza e na paisagem, estas características serão de grande importância na determinação das potencialidades e nas restrições à sua utilização.

A ideia original aquando a criação do PNVG era criar em Portugal o primeiro parque regional, cuja gestão seria desenvolvida a nível local, gerido pelas entidades da região e que contasse a dinâmica direta da participação das comunidades. Contudo, esta possibilidade não foi possível, visto que a legislação vigente neste momento, não permitia esta classificação de âmbito local. Esta situação veio a contrariar o que eram os

objetivos iniciais do parque, que o mesmo se traduzisse num dinamizador do território que fosse muito para além do turismo.

O setor turístico, apesar de ter sido considerado como o mais beneficiado com a criação do estatuto de conservação neste território, sendo um gerador de empregos na região, não tem sido capaz, por si só, de atrair e fixar mais pessoas e desta forma, reverter a quebra na estrutura demográfica da região, caracterizada pelo forte movimento de saída da população nas últimas décadas. Esta realidade mostra-se mais dura na constatação do encerramento de diversos setores de atividades como os serviços, por exemplo, aguçando ainda mais os índices de perda da população. Porém não é apenas este fato que pode explicar esta situação, as debilidades evidenciadas nesta análise revelam um fraco potencial empreendedor entre os residentes destas áreas, causado por um défice de investimento endógeno e móvel em atividades de base inovadoras, gerando uma perda do capital humano.

A criação do PNVG na região, pode ser considerada benéfica, na medida em que, tem vindo a conseguir cumprir com o que são os seus objetivos de conservação do parque, através das medidas, programas e planos de ordenamento do território, preservando os valores ambientais da fauna e flora, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e atraindo para a região maior visibilidade e reconhecimento por parte da comunidade científica e de visitantes em geral, ao mesmo tempo em que é considerado uma mais-valia no beneficiamento dos produtos naturais e artesanais da região, é o caso, disso, por exemplo, as plantas aromáticas e medicinais ou o mel. É positiva também, no sentido em que cria um ambiente de cooperação entre as entidades presentes no território, através das ações de colaboração entre as mesmas em assuntos ligados à gestão do parque. O PNVG desenvolve um papel de relevância na sensibilização das populações nas matérias voltadas para a conservação do ambiente, principalmente através de ações de conscientização dos jovens em idade escolar.

Por fim podemos concluir que, os maiores desafios que o parque enfrenta atualmente e tudo leva a crer, que no futuro, continuará a enfrentar serão, a aceitação por parte dos moradores da região que relutam muitas vezes em concordar com a presença das restrições em suas propriedades, a alocação de maiores recursos humanos e financeiros a sua gestão, a capacidade de criar novos postos de trabalho de modo a fortalecer e diversificar o seu tecido económico e principalmente, a estabilização da

estrutura demográfica da região, pautando-se no equilíbrio das relações homem-natureza.

Referências Bibliográficas

Adams, W. M. (2004). *Against Extinction: The Story of Conservation*. Earthscan, Londres.

Alves, N. (2009), *Novos factos sobre a pobreza em Portugal*, Boletim Económico, Banco de Portugal.

Amend, S. e Amend, T. (1992) *Habitantes en los Parques Nacionales: una contradicción insoluble?* In: Amend, S. e Amend T. (ed.) *Espacios sin habitantes? Parques Nacionales de America del Sur*. Editorial Nueva Sociedad/UICN, Caracas.

Agência Portuguesa do Ambiente – APA (s/data) *Domínio Público Hídrico (DPH)*. Disponível em: <http://bit.ly/1N9JzZU> 01/09/2015.

Associação de Defesa do Património de Mértola – ADPM (1993) *Caracterização Biofísica do Troço Médio do Vale do Guadiana (Região de Mértola)*.

Bensusan, N. (2006) *A conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Editora FGV, Rio de Janeiro.

Brilha, J. e Galopim, C.A.M. (2010) *Geoconservação em Portugal: uma introdução. Ciências Geológicas: Ensino, investigação e sua história*. Associação Portuguesa de geólogos, volume II.

Brilha, j. (2005) *Património Geológico e Geoconservação: a Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica*. Palimagem Editores, Viseu.

Burnay, M. J. (1989) *As Áreas Protegidas e o Desenvolvimento em Meios Rurais*. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 107 – nºs 1-6.

Cardoso, A. C., Rocha, P., Fialho, S., Farinha, J.C., Rito, P., e Silva, E. (2008) *Plano de Gestão do Vale do Guadiana – Parque Natural do Vale do Guadiana e Zona de Proteção Especial do Vale do Guadiana*. ICNB. Mértola.

Casimiro, P.J.C.C. (1993) *Concelho de Mértola, Geo-biografia das mudanças de uso do solo*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Castro, G. (2003) *Conservation Finance: The Long Road to Sustainability* Presentation to the Sustainable Finance Stream, Vth IUCN World Parks Congress, 8-17 September 2003, Durban South Africa.

Cavalcanti, C. (2009) *Introdução à economia ecológica*. In Moura, Alexandrina, S (ed.) *Políticas públicas e meio ambiente: da economia política às ações setoriais*. Fundação Joaquim Nabuco. Recife.

Clemente, S. (2010) *Áreas Protegidas: Reconversão do Espaço Rural?* XII Colóquio Ibérico de Geografia.

Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional – CNREN (s/data) A Reserva Ecológica Nacional. Disponível em: <http://bit.ly/1LKAhpP> 31/03/2015.

Cunha, L.O. (2002) *Uma Perspetiva para a Gestão Integrada da Áreas protegidas*, Millennium, 25.

Diegues, A.C.S. (1994) *O mito da natureza intocada* – 3ª edição – Núcleo de Apoio à Pesquisa obre Populações Humanas e Áreas húmidas Brasileiras, Hucitec USP, 1994, São Paulo.

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – DGADR (s/data) Reserva Agrícola Nacional (RAN). Disponível em: <http://bit.ly/1RDxVbd> 31/03/2015.

Direção Geral do Ambiente - DGA (2000) *Proposta um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável*. Direção de Serviços de Informação e Acreditação, Lisboa.

Emerton, L., Bishop, J. & Thomas, L. (2006) *Sustainable Financing of Protected Areas. A global review of challenges and options*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK.

ESADR 2013 Atas Proceedings (2013) Turismo em áreas protegidas e Desenvolvimento local, Laboter/CIPGeo/IESA.

ESPARC (2004): *Alcanzar la eficacia en la gestión de los espacios naturales protegidos*. Actas del X Congreso de EUROPARC-España. Ed. Fundación Fernando González Bernáldez. Madrid.

European Environment Agency - EEA (2009) *Progress Towards the European 2010 Biodiversity Target*. EEA, Copenhagen.

Fearnhead, P. (2003). *Tourism Concessions: Public-private partnerships for commercially sustainable conservation*. Sustainable Financing Stream, Vth Worlds Parks Congress, 8-17 September 2003, Durban, South Africa.

Fisher, R.J., Maginnis, S., Jackson, W.J., Barrow, E. et Jeanrenaud, S. (2005) *Poverty and Conservation, landscapes, people and Power, Landscapes and Livelihoods*, Series nº 2, IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido.

Ghimire, K. (1993) *Parques e populações: problemas de sobrevivência no manejo de parques nacionais na Tailândia e Madagáscar*. Tradução de Cristina Adams. NUPAUB-USP/UNRISD. São Paulo, 68 p. Série Documentos e Relatórios de pesquisa, n. 3.

Gray, M., (2004) *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*, Jonh Wiley and Sons, Chichester, England.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF (2014) Convenção de Ramsar. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/ramsar> 07/04/2015.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF (2013) Parque Natural do Vale do Guadiana, Fauna. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnvg/fauna> 13/04/2015.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF (2013) Parque Natural do vale do Guadiana, Classificação, Caracterização. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnvg/class-carac> 13/04/2015.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF (2013) Parque Natural do Vale do Guadiana, Geologia e geomorfologia. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnvg/geo> 13/04/2015.

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF (2012) Rede Natura 2000. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000> 05/04/2015.

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas – ICNF e Parque Natural do vale do Guadiana – PNVG (2001) *Plano de Ordenamento do Parque Natural do Vale do Guadiana – POPNVG, 1ª Fase – Estudos de Caracterização, Diagnóstico e Pré Proposta de Ordenamento*.

Instituto Geográfico Português – IGEO (2009) *Atlas de Portugal*. Disponível em: http://dev.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1e_4.html 22/09/2015.

Instituto Nacional de Estatística – INE (2014) Anuário Estatístico da Região Alentejo 2013, Edição Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatística – INE (2011) Censos 2011 – Resultados Provisórios, Edição Instituto Nacional de Estatística, I.P.

International Union for Conservation of Nature - IUCN (2014) *Nuevo informe del PNUMA revela que el mundo está en el buen camino para cumplir con la Meta para las Áreas Protegidas Terrestres y Marinas para 2020*. Disponível em <http://bit.ly/1Ovds8v> 13/04/2015.

International Union for Conservation of Nature – UICN (1994) *Guidelines for protected areas: management categories*. Gland: International Union for Conservation of Nature – IUCN, World Conservation Monitoring Centre – WCMC. Disponível em: <http://bit.ly/1VMwLQB> 25/09/2015.

Jacob, M. (1991) *The Green Economy, Environment Sustainable and the politics of the future*, Pluto Press, UK.

Lubchenco, J., A.M. Olson., L.B. Brubaker., S.R. Carpenter., M.M. Holland., S.P. Hubbell., S.A. Levin., J.A. MacMahon., P.A. Matson., J.M. Melillo., H.A. Mooney., C.H. Peterson., H.R. Pulliam., L.A. Real., P.J. Regal., P.G. Risser (1991) *The Sustainable Biosphere Initiative: An Ecological Research Agenda*. Ecology.

Magalhães, R.P., Leitão, M.A., Saavedra, A., Pena, S., Ferreira, A.I. (2013) *Estrutura Ecológica Nacional: Uma proposta de delimitação e regulamentação*, Centro de Estudos de Arquitetura Paisagística “Professor Caldeira Cabral (CEAP), Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

McCormick J. (1992) *Rumo ao paraíso*. Rio de Janeiro: Relume- Dumará 224 p.

Millennium Ecosystem Assessment (2005) *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Island Press, Washington, DC. Disponível em: <http://bit.ly/Zkt2yO> 22/03/2015.

Morsello, C. (2001) *Áreas protegidas públicas e privadas, seleção e manejo*. Annablume: Fapesp, São Paulo.

Oliveira, N.G. (2009) *Mindelo: de novo área protegida - e as outras? Parques e Vida Selvagem*.

Oliveira, R. (2007) *Integrative Landscape Management. New Parameters for the Implementation of the Common for the Common Agriculture Policy. A Case Study in Southern Portugal*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora. Évora.

Oliveira, R., Baptista, I. (2001) *Guadiana Vivo. Uma Abordagem Participada do Planeamento e Gestão do Parque Natural do Vale do Guadiana*. ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola.

Oliveira, R. (1996) *Contributos para a Preservação e Valorização do Património Natural do Troço Médio do Vale do Guadiana*, Associação de Defesa do Património de Mértola.

Papudo, R.M. (2007) *Indicadores de Ordenamento do Território: uma proposta metodológica*. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Perico, R.E., Ribeiro, M.P. (2002) *Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável, Visão do Território na América Latina e Caribe*. Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Portal Pordata, Base de Dados Portugal Contemporâneo.

Quintão, A.T.B. (1983) *Evolução do conceito de Parques Nacionais em relação com o processo de desenvolvimento*. Brasil Florestal, Brasília, n.54.

Quivy, R., Campenhoudt, L.V. (2003) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Editora Gradiva.

Rios, A.V., e Irigaray, C.T. (2005) *O direito e o desenvolvimento sustentável: cursos de direito ambiental*. Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo.

Rodrigues, G.A. (2006) *Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática*. São Paulo: Forense.

Roxo, M.J., Casimiro, P.C., Mourão, J.M. (1998) *Políticas agrícolas, mudanças de uso do solo e degradação dos recursos naturais – Baixo Alentejo Interior*, Revista Mediterrâneo, Instituto Mediterrâneo, FCSH – UNL.

STRA-REP – Committee of Experts for the European Ecological Network, 1999. Existing Agreements and Initiatives in developing the Pan-European Ecological Network Council of Europe. Strasbourg, France.

Therborg, J., Van Schaik, C. (2002) *Por que o mundo necessita de Parques*. Fundação O Boticário/UFPR, Curitiba.

United Nations Conference on Sustainable Development - UNCSD (1996). *Sustainable Development – Framework and Methodologies*.

West, P., Brechin, S.R. (coord.). *Resident People and National Parks*, The University of Arizona Press, Tucson.

World Commission on Environment and Development – WCDE (1987) *“Our Common Future”*; United Nations, New York.

Legislação Consultada

Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro, que estabelece as Normas Relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho, que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Decreto-Lei nº 11/87, de 07 de Abril, que define a Lei de Bases da política de ambiente.

Decreto-Lei nº 31/2014, de 30 de Maio, que estabelece as Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Decreto-Lei nº 17/2014, de 4 de Fevereiro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 de Março, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Decreto-Lei nº 135/2012, de 29 de Junho, institui a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas I.P.

Anexos

Anexo I – Gráficos e tabelas: Análise quantitativa

- Indicadores Sociais

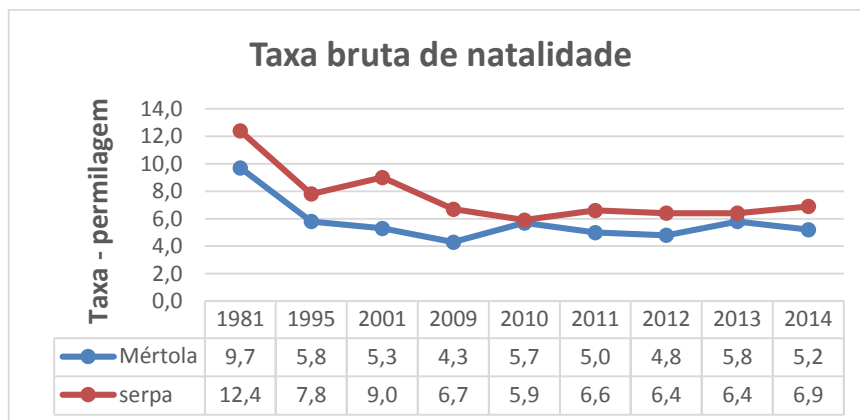


Figura 26 - Taxa bruta de natalidade / Fonte: Pordata

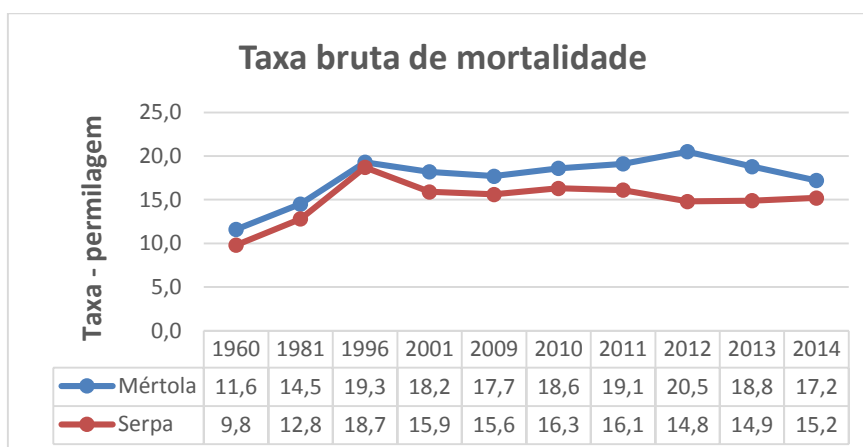


Figura 27 - Taxa bruta mortalidade / Fonte: Pordata

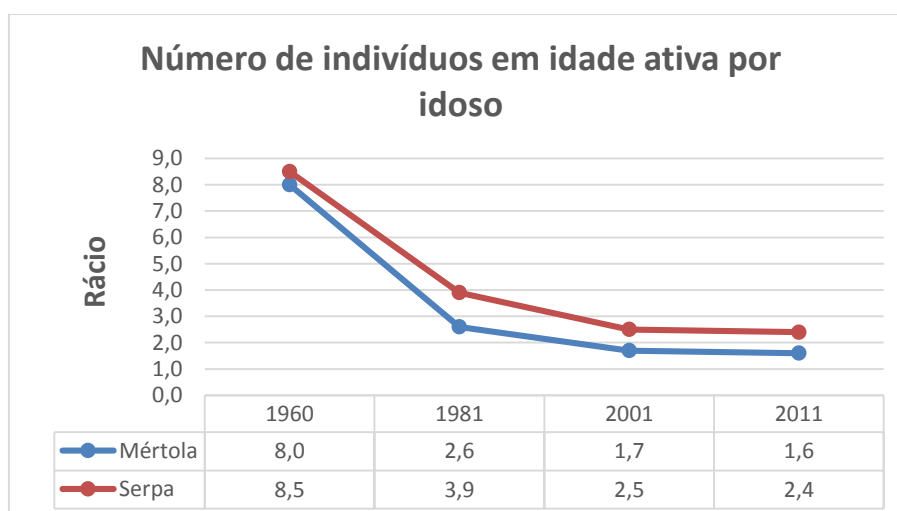


Figura 28 - Número de indivíduos em idade ativa por idoso / Fonte: Pordata

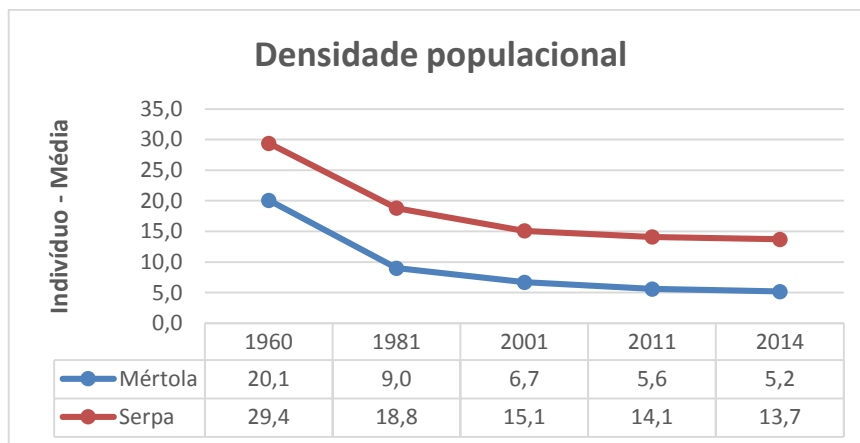


Figura 29 - Densidade populacional / Fonte: Pordata

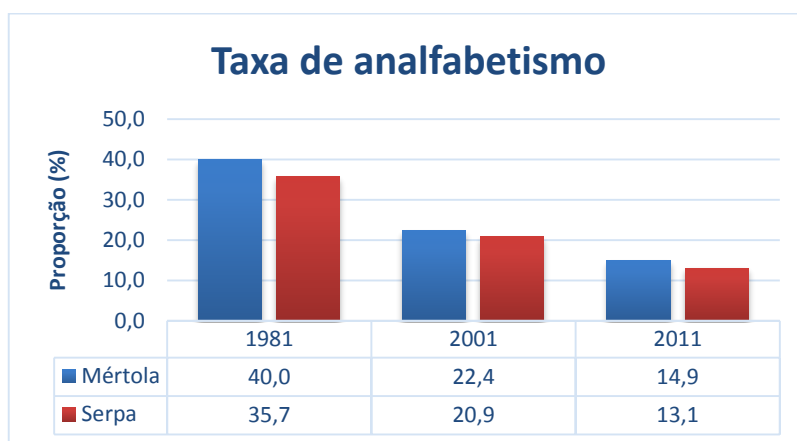


Figura 30 - Taxa de analfabetismo / Fonte: Pordata

- **Indicadores Económicos**

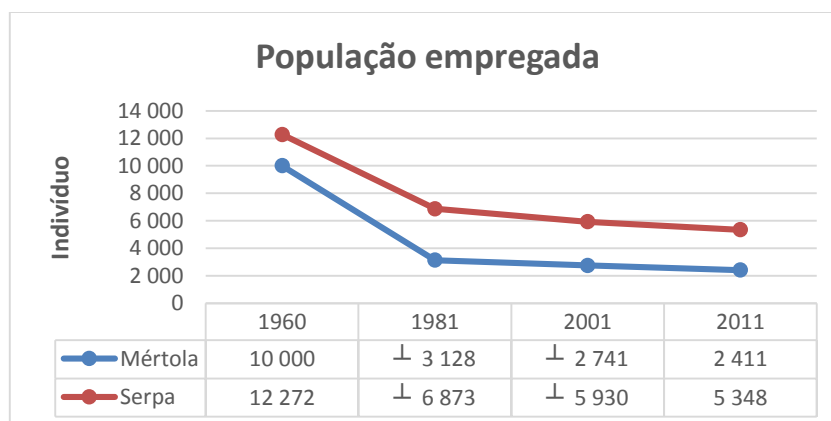


Figura 31 - População empregada / Fonte: Pordata

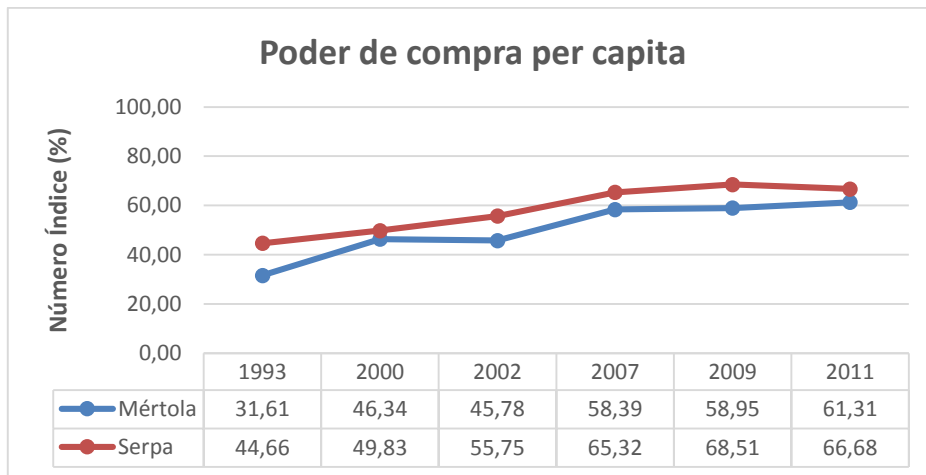


Figura 32 - Poder de compra per capita / Fonte: Pordata

Indicador Institucional

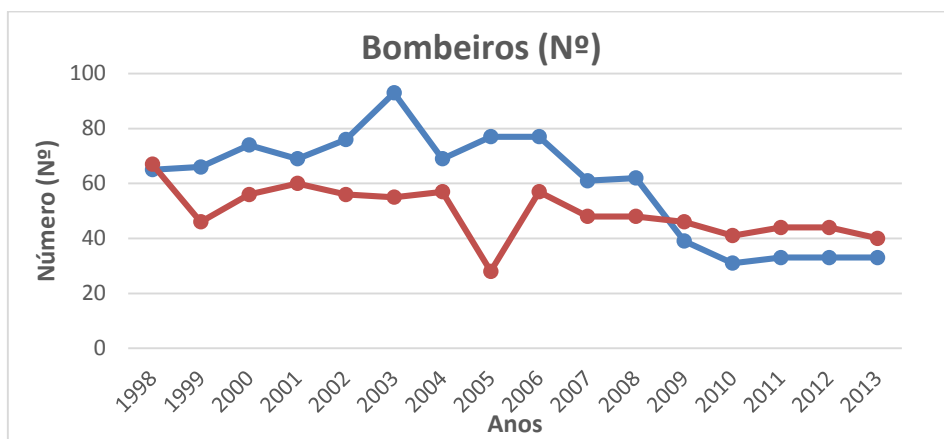


Figura 33 - Bombeiros (Nº) / Fonte: INE

Anexo II – Guião das entrevistas

Esta entrevista tem por objetivo, constituir-se como um contributo qualitativo para a Dissertação de Mestrado em Gestão do Território - Área de Especialização em Ambiente e Recursos Naturais de Marco Gonçalo da Silva Costa, aluno da FCSH – UNL, cujo tema é: "Áreas protegidas e desenvolvimento em meio rural. O Parque Natural do Vale do Guadiana 20 anos depois".

- **Impactos socioeconómicos**

1- A criação do PNVG contribuiu para a dinamização da economia local? De que forma?

2- Quais as atividades económicas que mais beneficiaram com a criação do Parque?

3- Considera que influenciou de alguma maneira a criação de empregos na região? Se sim, Quais os sectores mais influenciados?

4- O parque constitui uma oportunidade para o desenvolvimento do empreendedorismo local? Se sim, de que modo?

5- O notório envelhecimento populacional, associado a emigração por parte da população jovem, influencia de que maneira no PNVG?

- **Impactos socioculturais**

6- Qual a influência do PNVG na cultura e no património cultural local?

7- De que forma a existência do PNVG influenciou a autoestima da população e consequentemente a identidade local?

8- Acredita que a existência desta área protegida estimulou/valorizou de alguma maneira a prática de atividades tradicionais?

- **Impactos na governança local**

9- A criação do Parque colaborou para o desenvolvimento de relações de cooperação entre as diversas instituições ligadas à região?

10- Acredita que existe partilha de informações, responsabilidades e decisão entre as várias entidades atuantes? De que forma isso acontece?

11- Atrai o desenvolvimento de projetos e parcerias para a região?

12- Considera que existem conflitos entre as atividades económicas desenvolvidas e os objetivos de conservação do PNVG? Se sim, quais? Entre que atores?

13 - Conhece alguma estratégia que tenha sido definida e implementada com vista à adoção de princípios de governança?

- **Impactos sobre o ambiente e o território**

14- Do ponto de vista ambiental, considera que houve ao longo destas duas últimas décadas um avanço ou retrocesso quanto à conservação da paisagem e da biodiversidade? Porquê?

15- Quais os aspetos mais importantes da transformação da paisagem da região nos últimos 20 anos?

16- De que modo decorreu a articulação entre o Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural e outros instrumentos de gestão territorial de âmbito local?

17- Articulação com os instrumentos de gestão territorial

- Numa escala de 1 a 5 como avalia o desempenho do PNVG a nível local nos últimos 20 anos?

- **Problemas e desafios atuais**

18- Quais são os problemas e desafios atuais para a gestão do PNVG?

- **A ambição para o futuro, visão, ideia estruturante**

19- Qual é a ambição ou a visão estratégica que preconiza para o PNVG nos próximos 10 anos?

Anexo III – Tabelas de dados qualitativos

1- A criação do PNVG contribuiu para a dinamização da economia local? De que forma?

	EMP	TUR	PNAT	CÇ	NÃO
E1	1	1	0	0	0
E2	0	1	0	1	0
E3	0	0	0	0	1
E4	1	0	0	0	0
E5	0	0	0	0	1
E6	0	1	0	0	0
E7	0	1	1	0	0
E8	0	1	0	0	1
E9	0	1	0	0	1
E10	0	0	0	0	1
TOTAL	13,33%	40,00%	6,67%	6,67%	33,33%
	2	6	1	1	5

CATEGORIAS
 EMP: EMPREGO
 TUR: TURISMO/ATIVIDADES DE LAZER
 PNAT: PRODUTOS NATURAIS/ARTESANAIS
 CÇ: CAÇA
 NÃO

2- Quais as atividades económicas que mais beneficiaram com a criação do Parque?

	TUR	RES	AP	CÇ	PNAT	SIM	NÃO	N/S JUST	LIM
E1	1	0	0	0	0	1	0	0	0
E2	1	0	0	1	1	1	0	0	0
E3	0	0	0	0	0	0	1	1	0
E4	1	0	0	0	0	1	0	0	0
E5	0	0	0	0	1	1	0	0	0
E6	1	1	0	0	0	1	0	0	0
E7	1	0	1	1	0	1	0	0	0
E8	0	0	0	0	0	0	1	0	1
E9	1	1	0	1	1	1	0	0	0
E10	1	0	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL	43,75%	12,50%	6,25%	18,75%	18,75%	80,00%	20,00%	50,00%	50,00%
	7	2	1	3	3	8	2	1	1

SIM
 SUB CATEGORIA:
 TUR: TURISMO
 RES: RESTAURAÇÃO
 AP: AGROPECUÁRIA
 CÇ: CAÇA
 PNAT: PRODUTOS NATURAIS

NÃO
 SUB CATEGORIA:
 N/S JUST: NÃO SEM JUSTIFICAÇÃO
 LIM: LIMITAÇÕES

3- Considera que influenciou de alguma maneira a criação de empregos na região? Se sim, Quais os sectores mais influenciados?

	NÃO/LIM	SIM	TUR	RES	AP	CÇ	PNAT	FUNPAR
E1	0	1	1	1	0	0	0	1
E2	0	1	1	0	0	1	1	0
E3	1	0	0	0	0	0	0	0
E4	0	1	1	0	0	0	0	0
E5	0	1	1	0	0	0	1	1
E6	0	1	1	1	0	0	0	1
E7	0	1	1	0	1	1	0	0
E8	1	0	0	0	0	0	0	0
E9	0	1	0	1	0	0	0	1
E10	0	1	1	1	0	0	1	0
TOTAL	20,00%	80,00%	33,33%	19,05%	4,76%	9,52%	14,29%	19,05%
	2	8	7	4	1	2	3	4

SIM
SUB CATEGORIA
TUR: TURISMO
RES: RESTAURAÇÃO
AP: AGROPECUÁRIA
CÇ: CAÇA
PNAT: PRODUTOS NATURAIS
FUNPAR: FUNCIONÁRIOS DO PARQUE

NÃO/LIM: NÃO JUSTIFICADO POR LIMITAÇÕES

4- O parque constitui uma oportunidade para o desenvolvimento do empreendedorismo local? Se sim, de que modo?

	TUR	CÇ	SIM	NÃO	N/S JUST	LIM	PC EMP
E1	1	0	0	1	0	0	0
E2	0	0	0	0	1	1	0
E3	0	0	0	0	1	0	1
E4	1	1	1	0	0	0	0
E5	0	0	0	0	1	0	1
E6	0	0	0	0	1	0	1
E7	0	0	0	0	1	0	1
E8	0	0	0	0	1	0	1
E9	0	0	0	0	1	0	0
E10	0	0	0	0	1	0	0
TOTAL	66,67%	33,33%	20,00%	80,00%	11,11%	55,56%	33,33%
	2	1	2	8	1	5	3

SIM

SUB CATEGORIA:
TUR: TURISMO
CÇ: CAÇA

NÃO

SUB CATEGORIA:
N/S JUST: NÃO SEM JUSTIFICAÇÃO
LIM: LIMITAÇÕES
PC EMP: POPULAÇÃO POUCO EMPREENDEDORA

5- O notório envelhecimento populacional, associado a emigração por parte da população jovem, influencia de que maneira no PNVG?

	EDE	VPBI	ADD	INFLU	N INFLU	INCONCL
E1	0	0	0	0	1	0
E2	1	0	0	1	0	0
E3	0	0	0	0	1	0
E4	0	0	0	0	1	0
E5	0	1	1	1	0	0
E6	1	0	0	1	0	0
E7	0	0	0	0	0	1
E8	1	1	1	1	0	0
E9	1	1	1	1	0	0
E10	0	1	0	1	0	0
TOTAL	36,36%	36,36%	27,27%	60,00%	30,00%	10,00%
	4	4	3	6	3	1

INFLU: TEM INFLUÊNCIA
N INFLU: NÃO TEM INFLUÊNCIA
INCONCL: RESPOSTA INCONCLUSIVA

SUB CATEGORIA:
EDE: PERDA DE EMPREGOS E DINAMISMO ECONÓMICO
VPBI: PERDA DE VALORES PATRIMONIAIS/BIODIVERSIDADE/IDENTIDADE
ADD: ABANDONO/DESPOVOAMENTO/DESERTIFICAÇÃO

6- Qual a influência do PNVG na cultura e no património cultural local?

	PVA	PPCI	TUR/ATR	PNAT	CÇ	INFLU	N INFLU
E1	1	0	0	0	0	1	0
E2	0	0	0	0	0	0	1
E3	1	0	0	0	1	1	0
E4	1	0	0	0	0	1	0
E5	1	1	1	0	0	1	0
E6	1	0	0	1	0	1	0
E7	1	1	0	0	1	1	0
E8	0	1	0	0	0	1	0
E9	1	0	0	0	0	1	0
E10	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	50,00%	21,43%	7,14%	7,14%	14,29%	80,00%	20,00%
	7	3	1	1	2	8	2

SUB CATEGORIA:

PVA: PRESERVAÇÃO VALORES AMBIENTAIS (FAUNA E FLORA)

PPCI: PRESERV. DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E IMATERIAL

TUR/ATR: TURISMO E ATIVIDADES RECREATIVAS

PNAT: PRODUTOS NATURAIS

CÇ: CAÇA

INFLU: TEM INFLUÊNCIA

N INFLU: NÃO TEM INFLUÊNCIA

7- De que forma a existência do PNVG influenciou a autoestima da população e consequentemente a identidade local?

	VAL AMB	VIS/REC	RED POB	LIM	POSITIV	NEGATIV	INCONCL
E1	1	1	0	0	1	0	0
E2	1	1	0	1	0	0	1
E3	0	0	0	1	0	1	0
E4	1	0	0	0	1	0	0
E5	0	0	0	1	0	1	0
E6	1	1	1	0	1	0	0
E7	1	1	0	0	1	0	0
E8	0	0	0	1	0	1	0
E9	0	0	0	1	0	1	0
E10	1	1	0	1	0	0	1
TOTAL	50,00%	41,67%	8,33%	33,33%	40,00%	40,00%	20,00%
	6	5	1	6	4	4	2

POSITIV: POSITIVA

NEGATIV: NEGATIVA

INCONCL: INCONCLUSIVA

POSITIVO

VAL AMB: ATRAVÉS DO VALORES AMBIENTAIS

VIS/REC: MAIOR VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO

RED POB: REDUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE POBREZA

NEGATIVO

LIM: LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELO PARQUE

8- Acredita que a existência desta área protegida estimulou/valorizou de alguma maneira a prática de atividades tradicionais?

	AP	PNAT	CÇ	SIM	NÃO	N/S JUST	LIM
E1	1	1	0	1	0	0	0
E2	1	1	0	1	0	0	0
E3	0	0	0	0	1	0	1
E4	0	0	1	1	0	0	0
E5	0	0	0	0	1	0	1
E6	0	1	0	1	0	0	0
E7	0	0	0	0	1	1	0
E8	0	0	0	0	1	0	1
E9	0	0	0	0	1	1	0
E10	1	1	0	1	0	0	0
TOTAL	37,50%	50,00%	12,50%	50,00%	50,00%	40,00%	60,00%
	3	4	1	5	5	2	3

NÃO

SUB CATEGORIA

LIM: LIMITAÇÕES

N/S JUST: NÃO SEM JUSTIFICAÇÃO

SIM

AP: AGROPECUÁRIA

PNAT: PRODUTOS NATURAIS

CÇ: CAÇA

9- A criação do Parque colaborou para o desenvolvimento de relações de cooperação entre as diversas instituições ligadas à região?

	SIM	NÃO	NS/NR	ADPM	CMM	CAM	OUTROS
E1	1	0	0	1	1	0	0
E2	0	0	1	0	0	0	0
E3	0	1	0	0	0	0	0
E4	1	0	0	1	1	0	0
E5	1	0	0	0	1	0	0
E6	1	0	0	1	1	0	1
E7	1	0	0	0	0	0	0
E8	0	1	0	0	0	0	0
E9	1	0	0	1	1	1	0
E10	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL	60,00%	30,00%	10,00%	36,36%	45,45%	9,09%	9,09%
	6	3	1	4	5	1	1

SIM

SUB CATEGORIA: ENTIDADES DA REGIÃO

ADPM: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

CMM: CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

CAM: CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA

NÃO

NS/NR: NÃO SABE OU NÃO RESPONDE

10- Acredita que existe partilha de informações, responsabilidades e decisão entre as várias entidades atuantes? De que forma isso acontece?

	S/ S JUST	REUNIÃO	PGO	SIM	NÃO	INÍCIO	N LOCAL	N/ S JUST
E1	0	1	0	1	0	0	0	0
E2	0	0	1	1	0	0	0	0
E3	0	0	0	0	1	0	0	1
E4	0	1	0	1	0	0	0	0
E5	0	0	1	1	0	0	0	0
E6	0	0	0	0	1	1	0	0
E7	1	0	0	1	0	0	0	0
E8	0	0	0	0	1	0	1	0
E9	0	0	1	1	0	0	0	0
E10	0	0	0	0	1	0	1	0
TOTAL	16,67%	33,33%	50,00%	60,00%	40,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	1	2	3	6	4	1	2	1

SIM:

SUB CATEGORIA

S/ S JUST: SIM SEM JUSTIFICAÇÃO

REUNIÃO: ATRAVÉS DE REUNIÕES

PGO: ATRAVÉS DOS PLANOS DE GESTÃO E ORDENAMENTO

NÃO:

SUB CATEGORIA

INÍCIO: APENAS DURANTE A FASE DE CRIAÇÃO DO PARQUE

N LOCAL: O PARQUE NÃO É GERIDO LOCALMENTE

N/ N JUST: NÃO SEM JUSTIFICAÇÃO

11- Atraiu o desenvolvimento de projetos e parcerias para a região?

	SIM	NÃO	NS/NR	TUR	PAR LOC	LIM	N/ S JUST
E1	1	0	0	1	0	0	0
E2	0	0	1	0	0	0	0
E3	0	0	1	0	0	0	0
E4	1	0	0	1	0	0	0
E5	1	0	0	0	1	0	0
E6	0	1	0	0	0	0	1
E7	1	0	0	1	0	0	0
E8	0	1	0	0	0	0	1
E9	1	0	0	0	1	0	0
E10	1	0	0	1	0	0	0
TOTAL	60,00%	20,00%	20,00%	66,67%	33,33%	50,00%	50,00%
	6	2	2	4	2	1	1

SIM

SUB CATEGORIA

TUR: TURISMO

PAR LOC: PARCERIAS ENTRE ENTIDADES LOCAIS

NÃO

SUB CATEGORIA

LIM: LIMITAÇÕES

N/ S JUST: NÃO SEM JUSTIFICAÇÃO

INÍCIO: APENAS NA FASE DE CRIAÇÃO DO PARQUE

12- Considera que existem conflitos entre as atividades económicas desenvolvidas e os objetivos de conservação do PNVG? Se sim, quais? Entre que atores?

	CÇ	APF	LINCE	CONSTR
E1	0	0	0	1
E2	1	1	0	0
E3	0	1	0	0
E4	1	0	1	0
E5	1	1	0	0
E6	1	1	0	1
E7	1	1	0	0
E8	0	1	0	0
E9	1	0	1	0
E10	1	1	0	0
TOTAL	38,89%	38,89%	11,11%	11,11%
	7	7	2	2

CÇ: CAÇA
 APF: NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL
 LINCE: INTRODUÇÃO DO LINCE-IBÉRICO
 CONSTRUÇÃO: CONSTRUÇÕES NA ÁREA DO PARQUE

13 - Conhece alguma estratégia que tenha sido definida e implementada com vista à adoção de princípios de governança?

	SIM/SENS	NÃO
E1	0	1
E2	1	0
E3	0	1
E4	1	0
E5	1	0
E6	1	0
E7	1	0
E8	0	1
E9	0	1
E10	1	0
TOTAL	60,00%	40,00%
	6	4

SIM/SENS: SIM, ATRAVÉS DE AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO/WORKSHOPS
 NÃO

14- Do ponto de vista ambiental, considera que houve ao longo destas duas últimas décadas um avanço ou retrocesso quanto à conservação da paisagem e da biodiversidade? Porquê?

	PRE AMB	ORD CIN	PRA AGR	IN CIENT	Nº ESPÉC	AVANÇO	RET/PINH	AVA/RET
E1	1	0	0	0	1	1	0	0
E2	1	1	0	0	0	1	0	0
E3	1	1	0	0	1	1	0	0
E4	1	0	0	0	0	1	0	0
E5	1	0	0	0	1	1	0	0
E6	0	0	0	1	0	1	0	0
E7	1	0	1	0	1	1	0	0
E8	0	0	0	0	0	0	1	0
E9	0	0	1	0	0	1	0	0
E10	0	0	1	0	1	0	0	1
TOTAL	35,29%	11,76%	17,65%	5,88%	29,41%	80,00%	10,00%	10,00%
	6	2	3	1	5	8	1	1

AVANÇO:
 SUB CATEGORIA
 PRE AMB: PRESERVAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS
 ORD CIN: ORDENAMENTO CINEGÉTICO
 PRA AGR: BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS
 IN CIENT: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
 Nº ESPÉC: AUMENTO NO NÚMERO DE ESPÉCIES

RET/PINH: RETROCESSO/FLORESTAÇÃO
 AVA/RET: AS DUAS SITUAÇÕES EXISTIRAM

15- Quais os aspetos mais importantes da transformação da paisagem da região nos últimos 20 anos?

	FLOREST	VINHA	ESTEVAS	ABANDO	P.MONTA	AP
E1	1	0	0	0	0	0
E2	1	1	0	0	0	0
E3	1	0	0	0	0	0
E4	1	0	0	0	1	0
E5	1	0	1	1	0	0
E6	1	0	0	1	0	0
E7	1	0	0	0	1	0
E8	1	0	0	0	0	0
E9	1	0	0	0	0	1
E10	1	0	0	1	0	0
TOTAL	55,56%	5,56%	5,56%	16,67%	11,11%	5,56%
	10	1	1	3	2	1

FLOREST: PINHEIROS/EUCALIPTOS
 VINHA: PRODUÇÃO VINÍCOLA
 ESTEVAS: CRESCIMENTO DE MATOS
 ABANDONO: TERRENOS AGRÍCOLAS
 CEREAIS: PRODUÇÃO CEREAIS
 P MONTA: PERDAS DE ÁREAS DE MONTADO
 AP: AGROPECUÁRIA

16- De que modo decorreu a articulação entre o Plano de Ordenamento e Gestão do Parque Natural e outros instrumentos de gestão territorial de âmbito local?

	N CONFLI	CONFLIT	N ARTICU	NS/NR
E1	0	1	0	0
E2	0	0	0	1
E3	1	0	0	0
E4	1	0	0	0
E5	0	1	0	0
E6	1	0	0	0
E7	0	0	1	0
E8	0	0	1	0
E9	0	0	0	1
E10	0	0	0	1
TOTAL	30,00%	20,00%	20,00%	30,00%
	3	2	2	3

N CONFLI: NÃO EXISTIRAM CONFLITOS
 CONFLIT: EXISTEM CONFLITOS
 N ARTICU: NÃO EXISTE ARTICULAÇÃO ENTRE OS PLANOS
 NS/NR: NÃO SABE OU NÃO RESPONDE

17- Articulação com os instrumentos de gestão territorial

- Numa escala de 1 a 5 como avalia o desempenho do PNVG a nível local nos últimos 20 anos?

	1	2	3	4	5	NS/NR
E1	0	0	1	0	0	0
E2	0	0	0	0	0	1
E3	0	1	0	0	0	0
E4	0	0	0	1	0	0
E5	0	0	1	0	0	0
E6	0	0	0	1	0	0
E7	1	0	0	0	0	0
E8	1	0	0	0	0	0
E9	0	0	0	0	0	1
E10	0	0	1	0	0	0
TOTAL	20,00%	10,00%	30,00%	20,00%	0,00%	20,00%
	2	1	3	2	0	2

ARTICULAÇÃO C/ OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
 ESCALA DE 1 A 5

18- Quais são os problemas e desafios atuais para a gestão do PNVG?

	FINANÇA	REC HUM	ACE POP	PER POP	ADM CEN	DES EC LO	MAJ LIM	ART ENT	DIVU PAR	DEG REC
E1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E2	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
E3	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0
E4	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
E5	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0
E6	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
E7	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0
E8	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
E9	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0
E10	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1
TOTAL	13,04%	8,70%	17,39%	4,35%	8,70%	8,70%	8,70%	4,35%	21,74%	4,35%
	3	2	4	1	2	2	2	1	5	1

FINANÇA: DIFICULDADES FINANCEIRAS
 REC HUM: FALTA DE RECURSOS HUMANOS
 ACE POP: ACEITAÇÃO DO PARQUE POR PARTE DA POPULAÇÃO
 PER POP: PERDA POPULACIONAL
 ADM CEN: ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA/ NÃO REGIONAL
 DES EC LO: CRIAR DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL
 MAJ LIM: MAJORAÇÕES E LIMITAÇÕES
 ART ENT: ARTICULAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES DA REGIÃO
 DIVU PAR: FALTA DE DIVULGAÇÃO DO PARQUE
 DEG REC: DEGRADAÇÃO DOS REC NATURAIS

19- Qual é a ambição ou a visão estratégica que preconiza para o PNVG nos próximos 10 anos?

	DIN TUR	CÇ	PRE AMB	REC FIN	GES LOC	EMP	PER POP	REC HUM	DIA POP	MAJ LIM	PRO REG	ART ENT
E1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
E2	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
E3	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
E4	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	1
E5	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1
E6	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1
E7	0	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0
E8	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0
E9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
E10	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	9,09%	3,03%	18,18%	12,12%	6,06%	6,06%	3,03%	9,09%	12,12%	3,03%	3,03%	15,15%
	3	1	6	4	2	2	1	3	4	1	1	5

DIN TUR: DINAMIZAÇÃO TURÍSTICA
 CÇ: CAÇA
 PRE AMB: PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
 REC FIN: RECURSOS FINANCEIROS
 GES LOC: QUE A GESTÃO SEJA LOCAL
 EMP: CRIAÇÃO DE EMPREGOS
 PER POP: TRAVAR A PERDA POPULACIONAL
 REC HUM: MAIORES RECURSOS HUMANOS
 INFRAEST: MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS DO PARQUE
 DIA POP: MAIOR CAPACIDADE DE DIÁLOGO C/ A POPULAÇÃO RESIDENTE
 MAJ LIM: MAJORAÇÕES PELAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS
 PRO REG: VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS REGIONAIS
 ART ENT: MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES E O PARQUE